Sindicato Rural de TAPEJARA – PR.

EDITAL DE RESULTADO DE ELEIÇÃO

Em eleição realizada no dia 08/10/2026, este Sindicato Rural, em conformidade com o artigo 532 – Parágrafo 2º da CLT e com o estatuto desta entidade, elegeu a chapa abaixo descrita, a qual dirigirá o Sindicato Gestão no período de 15/11/2026 a 14 /11/2029.

Cargo	Nome do Candidato
Presidente	SEBASTIÃO OLÍMPIO SANTAROZA
Vice-presidente	ARIOVALDO FRANCISCO BALBINO
Secretário	JOSE REINALDO ÁVILA
Tesoureiro	ROBERTO AKIRA FUNAYAMA
Suplentes de diretoria	AGENIRO BARRAVIEIRA
	LUIZ CESAR VILAS BOAS
Conselho Fiscal	1 - ROSINES CALDERON BALBINO
	2 -ELIEZAR CAMPANER
	3 -JOÃO CESAR GARLA
Suplentes de Conselho Fiscal	1 - DANILA CALDERON
	2 - LÉIA SILVIA SANTOS MELLO SANTAROZA
	3 - MARCELO HENRIQUE BAEZA
Delegado representante	SEBASTIÃO OLÍMPIO SANTAROZA
Suplentes de delegado representante	JOSE REINALDO ÁVILA

A contar da data da presente publicação fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso

TAPEJARA PR, 09 DE OUTUBRO DE 2023.

SEBASTIÃO OLÍMPIO SANTAROZA.
Presidente do Sindicato Rural de Tapejara – PR.

Sebastião Olimpio Santaroza
Presidente

Rua Santa Catarina, 496
Fone/Fax (44) 3677.1560
CEP 87.430-000 Tapejara – Paraná
E-mail: sinditap1@uol.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 119/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: RIO PRETO DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIA LTDA - ME
DO OBJETO: Aquisição de 09 (nove) tablets, novos e de primeiro uso, destinados aos Agentes de Combate às Endemias – ACE, para utilização nas atividades de campo e administrativas relacionadas às ações de vigilância e controle de endemias, conforme especificações técnicas e quantitativos estabelecidos, com recursos provenientes da Resolução SESA nº 605/2024 e do PROVIGIA.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 19 de abril de 2027.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 16.092,00 (dezesseis mil e noventa e dois reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA DISPENSA nº 41/2026.
Alto Piquiri - PR, 19 de outubro de 2026.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
RODRIGO MARQUES NOGUEIRA
Representante Legal da Empresa
Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 306/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: EXONERA, A PEDIDO, FERNANDA PEREIRA LIRA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando o pedido de exoneração protocolado pela servidora sob o nº 178/2026, nesta data,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a servidora FERNANDA PEREIRA LIRA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.038.354-1/PR e inscrita no CPF nº 082.881.189-09, do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – 40 HORAS, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, a partir de 19 de outubro de 2026, declarando-se a vacância do referido cargo.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 427/2026.
SÚMULA: Concessão de Férias Interrompidas.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1 º - Conceder 12 (doze) dias de férias que haviam sido interrompidas através da Portaria de nº 361/2026, ao servidor, ANTONIO CARLOS DA SILVA, portador da CI/RG nº. 23.517.765-8/SSP-PR, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA, lotado na SECRETARIA DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS, com o período de aquisição 24/12/2022 a 23/12/2023, com fruição em 03/08/2026 à 01/09/2026, conforme Portaria de nº 320/2026, para serem gozadas no período de 20/10/2026 à 31/10/2026.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 dias do mês de Outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº724 DE 19 DE OUTUBRO DE 2.026
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, como também do Decreto nº 98 de 09 de Junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 diária de R$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), ao servidor municipal CASSIA ORTIZ FERREIRA ALDRIGUE, matrícula n° 502, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
Dia 20/1006h00min/ 20h00min CAMPO MOURÃO
PARANA Participar do curso Planejamento Eficientes, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 19 de Outubro de 2026.
Inês Pereira Ribeiro
Secretaria Educação Cultura e Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº723 DE 19 DE OUTUBRO DE 2.026
SÚMULA: "Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".
A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, como também do Decreto nº 98 de 09 de Junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;
RESOLVE:
Art. 1° - CONCEDER 01 diária de R$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), ao servidor municipal EDINO PACHECO DOS SANTOS, matrícula n° 513, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no seguinte dia, local e finalidade:
Data Horário Saída/Chegada Destino Motivo
Dia 20/10 06h00min/ 20h00min CAMPO MOURÃO
PARANA Levar os servidores para participar do curso Planejamento Eficientes, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021
I – Na concessão das diárias mencionadas no caput, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.
II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.
Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Douradina/PR, 19 de Outubro de 2026.
Inês Pereira Ribeiro
Secretaria Educação Cultura e Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 628/2026
Data: 19.10.2026
Ementa: concede férias aos Servidores Públicos Municipais, conforme especifica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 739/2024, 3.474/2024, 2.735/2025 e 4.110/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Diva Maria de Oliveira	29847-01	2025/2026	01/11/2026 a 20/11/2026
Ivan Leonardo Wachsmann	30903-02	2025/2026	19/10/2026 a 23/10/2026
Neuza Rodrigues	19534-01	2024/2025	15/11/2026 a 14/12/2026
Rosangela Gonçalves da Silva	30686-01	2025/2026	26/10/2026 a 24/11/2026
William Grecco	29454-02	2025/2026	11/11/2026 a 25/11/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N.º 20/2025 ID: nº 3144, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE DOURADINA E CONSTRUTORA TÉCNICA ANGRA LTDA.
Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE DOURADINA, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Cidade, à Av. Barão do Rio Branco, nº. 767, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº. 78.200.110/0001-94, representado na forma legal por seu Prefeito Municipal Sr. OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA, a seguir denominado CONTRATANTE, e do outro lado CONSTRUTORA TÉCNICA ANGRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada à Est, Cambota, nº 81, Lote 21, B-111, B-2, Vila vitória, CEP. 86.975-000 na cidade de Mandaguari, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 77.436.624/0001-80 e na Inscrição Estadual sob o nº 907.03120-90, telefone (044) 9830-1194, e-mail: construtora.angra.ltda@gmail.com, neste ato representado por seu sócio Administrador: Daniel Sacramento, brasileiro, Solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.440.411-9 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 445.255.759-72, residente e domiciliado à Est, Cambota, nº 81, Lote 21, B-111, B-2, Vila vitória, CEP. 86.975-000, na cidade de Mandaguari, no Estado do Paraná, denominada CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA- DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 20/2025, ID n° 3144 decorrente da Concorrência Eletrônica nº 08/2024, até 31 de dezembro de 2026, contados a partir do término do prazo inicialmente estabelecido, qual seja, 05 de setembro de 2026, com fundamento no art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato, oriunda da Concorrência Eletrônica n°08/2024.
E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo em quatro vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis (03/09/2026)
Prefeitura Municipal de Douradina – PR
Oberdam Jose de Oliveira
Contratante
Testemunhas
Construtora Técnica Angra Ltda
Daniel Sacramento
Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 627/2026
Data: 19.10.2026
Ementa: revoga parcialmente a Portaria Municipal nº 610/2026, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, de acordo com as disposições da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições, e, considerando o memorando online sob o nº 3.663/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Fica revogada parcialmente a Portaria n° 610/2026, de 05 de outubro de 2026, concernente as férias do Servidor Público Municipal IGOR MOSCOVITS QUEIROZ, matrícula 30496-01, referente ao período aquisitivo 2025/2026, devendo revogar o período de gozo de 20/10/2026 a 29/10/2026, cuja matéria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 06/10/2026 - Edição nº 3631 e no Jornal Umuarama Ilustrado – Edição nº 13729 de 06/10/2026 – página B 4 – caderno de publicações legais.
Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 610/2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

DECRETO Nº 7802
DATA: 19-10-2026
SÚMULA: ALTERAR E NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ICARAIMA – PARANÁ.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º- Altera e nomeia a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Icaraima – Paraná.
Art. 2º - O CMDCA será composto por 8 membros titulares e igual número de suplentes, ficando assim constituídos.
a) ÁREA GOVERNAMENTAL
I) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Inez Ross Fernandes Lima
Suplente: Wangela Candida Silveira
II)Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Marcela Cristina da Silva Rodrigues
Suplente: Simony Fernanda Amorim
III) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Titular: Jane Eliza Domingos da Silva Pavan
Suplente: Keity Aparecida de Oliveira
IV) Secretaria Municipal de Planejamento
Titular: Patricia Zanoli
Suplente: Mirian Carla Mumbach
b) ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL - ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
I) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Titular: Eni Borges Ferreira
Suplente: Cristina de Oliveira
II) PROVOPAR MUNICIPAL
Titular: Joyce da Silva Francisco
Suplente: Dario Cezar Guerrer
c) ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL - ENTIDADES DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
I) Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal
Icaraima Thais Emerim da Silva
Titular: Henry Mardegan Junior
Suplente: Marlete Aparecida Bezerra Neves
II) Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual
Antonio Franco Ferreira Costa
Titular: Mércia Maria Vilela Galvani
Suplente Doralice Madalena de Almeida
Art. 3º - O mandato do CMDCA conforme o artigo 87 da Lei nº 1.956/2024 será de dois anos, podendo ser reconduzido para igual período.
Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos em Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Icaraíma.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 19 do mês de outubro de 2026.
Devair Fabris
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 810 planejamento@icaraima.pr.gov.br - Icaraíma - CEP 87530-000- www.icaraima.pr.gov.br - Fone/Fax: (44) 3665-8000/8001 E-mail:
PORTARIA Nº. 395/2026
DATA: 19/10/2026
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA RESPONDER E CONTRIBUIR NO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SQANITÁRIA.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art.1º) - DESIGNAR– Nomear a SRA MARINA BARBOZA NETO, portadora do CPF nº 778. xxx.379-xx, concursado, cargo de Auxiliar de Enfermagem, para responder, administrativo e no campo, junto ao Departamento de Vigilância Sanitária, município de Icaraíma.
Art.2º) - Pela acumulo da função descrita no artigo anterior, não decorrerá o direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como sua função normal, sem onerar seus vencimentos e adicionais;
Art.3º) - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de outubro de 2026.
DEVAIR FABRIS
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

3° Termo aditivo do contrato nº.5/2026, decorrente de INEXIGIBILIDADE n° 4/2026 de Termo de Cooperação entre o Município de Alto Piquiri e a Associação dos Catadores para execução dos serviços de triagem, separação, prensagem e destinação final em Aterro Sanitário de resíduos orgânicos e recicláveis gerados pelo município.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE ALTO PIQUIRI-ACAP**, inscrita no CNPJ sob nº. 13.011.784/0001-03, com sede no endereço ESTRADA SALTINHO DO OESTE, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA MENDES,** acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 15/01/2027. Fica aditado o prazo do presente termo para execução por mais 03 (três) meses, conforme protocolo 1098, com fundamento art. 107 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 15 de outubro de 2026.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE ALTO PIQUIRI-ACAP
CNPJ:130.117.840-00103
ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA MENDES
RG:
CPF:074.311.939-80
REPRESENTANTE LEGAL

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
CNPJ: 09.093.161/0001-41 – IE: Isento

ATA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Assunto: Acompanhamento da gestão financeira e dos investimentos referentes a outubro de 2026 e apresentação de informações decorrentes de reunião com representantes da Caixa Econômica Federal. Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h10, reuniram-se os membros presentes do Conselho Fiscal do Fundo de Previdência Municipal de Cruzeiro do Oeste, com a participação do Diretor Financeiro, Hugo Henrique Saullin Alvaro, para a reunião ordinária do mês de outubro de 2026, destinada à análise e ao acompanhamento da gestão financeira, das aplicações dos recursos previdenciários e à apresentação de informações obtidas em reunião com representantes da Caixa Econômica Federal, observadas as competências previstas na legislação aplicável ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

1. ABERTURA E PAUTA DA REUNIÃO O Diretor Financeiro, Hugo Henrique Saullin Alvaro, iniciou a reunião agradecendo a presença dos membros e apresentou a pauta do dia, compreendendo a análise das movimentações financeiras realizadas no mês de setembro de 2026, os recebimentos, os resgates de aplicações financeiras e as transferências provenientes do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como o acompanhamento da destinação dos recursos disponíveis e o relato de reunião realizada com representantes da Caixa Econômica Federal. O Diretor Financeiro informou que o Gestor de Recursos estava ausente em razão de férias e ponderou que, na medida do possível, poderiam ser mantidas as aplicações adotadas no mês anterior, considerando que os fundos já haviam sido estudados e indicados pelo referido gestor. Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência das informações apresentadas, destacando a importância de que as aplicações financeiras observem a política de investimentos, a legislação vigente e os critérios de segurança, rentabilidade, liquidez e diversificação.

2. PERMANÊNCIA DOS APORTES DO PODER EXECUTIVO O Diretor Financeiro informou que os valores referentes aos aportes do Poder Executivo, mantidos na conta nº 19809-9 do Banco do Brasil, devem observar o prazo mínimo de permanência de cinco anos, contado da data do recebimento, conforme a exigência normativa mencionada durante a reunião, antes de sua efetiva utilização. Os membros do Conselho Fiscal ressaltaram a importância de manter controles contábeis e financeiros que permitam identificar a origem dos recursos, as datas de recebimento e os respectivos prazos de permanência, possibilitando o acompanhamento da regularidade de sua utilização e a verificação do cumprimento das normas aplicáveis ao RPPS.

3. ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS PARA OUTUBRO DE 2026 O Diretor Financeiro apresentou aos membros do Conselho Fiscal as informações relativas à destinação prevista dos saldos disponíveis nas instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar o acompanhamento da gestão dos recursos previdenciários. **3.1. Banco do Brasil:** Na conta nº 19809-9, o saldo será integralmente destinado ao fundo **BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE ESPECIAL 2032 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA**, CNPJ nº 59.816.713/0001-70. Na conta nº 18080-7, o saldo será transferido para a conta nº 575268357-9 da Caixa Econômica Federal, para aplicação no fundo **CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CP – RESP. LIMITADA**, CNPJ nº 05.164.358/0001-73. Na conta nº 13617-4, o saldo será integralmente destinado ao fundo **BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESP. LIMITADA**, CNPJ nº 07.111.384/0001-69. Na conta nº 18037-8, o saldo será integralmente destinado ao fundo **BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RESP. LIM.**, CNPJ nº 03.543.447/0001-03. **3.2. Caixa Econômica Federal:** Foi informado que os saldos das contas mantidas na instituição, incluindo os recursos provenientes de transferências do Banco do Brasil, serão destinados ao fundo **CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CP – RESP. LIMITADA**, CNPJ nº 05.164.358/0001-73. A exceção será a conta nº 575268358-7, cujo saldo permanecerá sem aplicação financeira por se tratar de conta de natureza transitória, utilizada para o pagamento das consignações da folha de pagamento. **3.3. Sicredi:** Foi informado que não havia saldo disponível na conta nem previsão de recebimento de recursos, não estando prevista aplicação financeira nessa instituição para o mês de outubro de 2026. **3.4. Sicoob:** Foi informado que não havia saldo disponível em conta nem previsão de recebimento de recursos, não estando prevista aplicação financeira nessa instituição para o período. Após a apresentação das informações, os membros do Conselho Fiscal registraram ciência do planejamento apresentado, ressaltando a importância de acompanhar a execução das movimentações, conferir os extratos bancários e os comprovantes das aplicações e verificar a observância da política de investimentos, dos limites de concentração, dos requisitos de liquidez e das demais exigências legais e regulamentares. Ficou consignado que o registro de ciência do Conselho Fiscal não substitui as deliberações ou autorizações que sejam de competência dos órgãos responsáveis pela gestão e pela decisão sobre os investimentos do RPPS.

4. RELATO DA REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL O Diretor Financeiro relatou que, em 25 de setembro de 2026, esteve presencialmente na agência da Caixa Econômica Federal, onde conversou com o Gerente-Geral e participou de uma videochamada com o assessor da instituição, Sr. Ramiro, vinculado à Superintendência de Cascavel. Na oportunidade, foram abordados assuntos relacionados à folha de pagamento, ao recadastramento e à prova de vida dos aposentados e pensionistas, ao custeio da avaliação atuarial, à avaliação de imóveis, às minutas contratuais e às alternativas para as aplicações financeiras de liquidez imediata. O Diretor Financeiro apresentou aos membros do Conselho Fiscal as informações obtidas, para conhecimento e eventual acompanhamento no âmbito das competências do colegiado. **4.1. Compra da folha de pagamento:** Segundo as informações recebidas, a Caixa Econômica Federal continua realizando operações de compra de folha de pagamento, não tendo sido informada previsão de encerramento dessa modalidade. Foi relatada redução significativa na retenção de contas em razão da portabilidade bancária, bem como a informação de que, em algumas localidades, o Banco do Brasil também já não estaria realizando a compra de folha. Conforme esclarecido pelos representantes da Caixa Econômica Federal, a instituição realiza a contratação da folha de órgãos públicos por contratação direta, mediante dispensa de licitação quando legalmente cabível, mas não participa de procedimentos conduzidos por licitação. Também foi informado que, caso a instituição atribua determinado valor à folha e o órgão opte por realizar licitação que resulte deserta, a Caixa Econômica Federal não necessariamente manterá a oferta pelo mesmo valor anteriormente estimado, por entender que o resultado do procedimento indicaria ausência de interessados dispostos a pagar aquele montante. Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência das informações, ressaltando que eventuais contratações deverão observar a legislação aplicável, a justificativa administrativa e os procedimentos legalmente exigidos. **4.2. Recadastramento e prova de vida:** Em relação ao recadastramento dos aposentados e pensionistas e à prova de vida, foi informado que, segundo os representantes da Caixa Econômica Federal, em razão das regras de proteção de dados pessoais, a instituição não utiliza informações de suas bases bancárias para complementar os dados apresentados pelos beneficiários nesses procedimentos. Assim, os dados disponibilizados ao RPPS seriam aqueles fornecidos pelos próprios aposentados e pensionistas durante o recadastramento. Como exemplo, foi mencionado que informações constantes da Carteira de Trabalho e Previdência Social dependeriam da apresentação do documento pelo interessado e que, caso não fosse apresentado, os dados permaneceriam pendentes, sem busca complementar pela Caixa Econômica Federal em outras fontes. O assessor sugeriu considerar a realização anual do recadastramento, mencionando que o custo não seria elevado e que alguns municípios já adotam essa periodicidade por considerarem favorável a relação entre custo e benefício. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações e destacou a importância de acompanhar os procedimentos de atualização cadastral e prova de vida, considerando sua relevância para a regularidade da concessão e da manutenção dos benefícios previdenciários. **4.3. Custeio da avaliação atuarial:** Foi informado que a Caixa Econômica Federal já ofereceu serviços de custeio da avaliação atuarial para os RPPS, mas que atualmente não oferece essa modalidade de forma isolada. Entretanto, foi mencionada a possibilidade de negociar esse custo conjuntamente com a contratação da folha de pagamento, como parte de uma negociação única. Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência do relato, ressaltando que eventual contratação deverá ser previamente analisada quanto à viabilidade, à economicidade, à legalidade e à observância dos procedimentos administrativos aplicáveis. **4.4. Avaliação imobiliária:** Foi informado que os engenheiros da Caixa Econômica Federal realizam avaliações imobiliárias e que, segundo os representantes da instituição, esse serviço poderia ser contratado diretamente por órgão público mediante dispensa de licitação, desde que atendidos os requisitos legais. Foi explicado que a avaliação independe da finalidade pretendida pelo RPPS, bastando indicar o imóvel para que a equipe realize a avaliação e emita o respectivo laudo. O Diretor Financeiro ponderou que o serviço poderia ser de interesse do RPPS, considerando a existência de imóveis sem utilização no patrimônio imobilizado e o interesse na eventual alienação de alguns desses bens. O Conselho Fiscal tomou ciência da possibilidade apresentada e ressaltou a necessidade de avaliação patrimonial adequada, análise da conveniência e da oportunidade da alienação e observância dos procedimentos legais aplicáveis, inclusive quanto à contratação do serviço de avaliação e à destinação dos recursos eventualmente obtidos. **4.5. Minutas contratuais:** O Diretor Financeiro esclareceu que não foram discutidos os procedimentos relativos às minutas dos contratos com a Caixa Econômica Federal. Manifestou sua percepção de que os instrumentos poderiam ser padronizados e admitir pouca margem para negociação de cláusulas, considerando o porte nacional da instituição, ressalvando que essa percepção não foi confirmada durante a reunião. Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência do relato, ficando consignada a importância de que eventuais instrumentos contratuais sejam submetidos à análise dos setores competentes antes de sua formalização. **4.6. Alternativa à aplicação e ao resgate automáticos:** O Diretor Financeiro relatou que, durante o encontro, foi apresentada uma alternativa ao investimento atualmente utilizado na modalidade de aplicação e resgate automáticos, correspondente ao fundo **CAIXA AUTOMÁTICO PÓLIS FIC DE CLASSE DE FIF RENDA FIXA CURTO PRAZO – RESPONSABILIDADE LIMITADA**, CNPJ nº 50.803.936/0001-29. Informou que a manutenção indiscriminada de saldos nessa modalidade já havia sido objeto de notificação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em razão da elevada taxa de administração e da rentabilidade considerada inadequada. O Gerente-Geral ficou de apresentar a lâmina do novo investimento para que as características do produto fossem analisadas e comparadas com as da aplicação atualmente utilizada. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações e ressaltou a importância de examinar a taxa de administração, a rentabilidade, os riscos, a liquidez e o enquadramento do investimento na política de investimentos e na regulamentação vigente, antes de eventual substituição da aplicação.

5. ENCAMINHAMENTOS E ACOMPANHAMENTO PELO CONSELHO FISCAL Ao final das exposições, os membros do Conselho Fiscal registraram a necessidade de acompanhar, no âmbito de suas atribuições: I – a execução das aplicações financeiras previstas para outubro de 2026, mediante conferência dos extratos bancários e comprovantes das operações; II – o cumprimento dos prazos de permanência dos aportes do Poder Executivo e a manutenção dos controles necessários à identificação dos recursos; III – as informações e os documentos referentes à eventual contratação de serviços relacionados à folha de pagamento, à avaliação atuarial e à avaliação imobiliária, caso as propostas avancem; IV – a situação dos imóveis sem utilização e os procedimentos eventualmente adotados para sua avaliação e alienação; V – a apresentação da lâmina do novo fundo sugerido pela Caixa Econômica Federal, para análise de suas características e posterior acompanhamento da decisão pelo órgão competente; e VI – a observância da legislação, da política de investimentos e dos procedimentos de controle interno aplicáveis ao RPPS. Ficou registrado que poderão ser solicitados à administração os documentos e esclarecimentos necessários à fiscalização das operações e à avaliação da regularidade dos atos praticados.

6. ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, segue assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

Cruzeiro do Oeste/PR, 02 de outubro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br NURIA CRISTINA ZAMORA JACOMINI
Data: 19/10/2026 09:40:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

NURIA CRISTINA ZAMORA JACOMINI
Membro do Conselho Fiscal e Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br TANIA DE SOUZA PIRES
Data: 19/10/2026 09:20:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TANIA DE SOUZA PIRES

VIVIANE LOPES
Membros do Conselho Fiscal

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

4° Termo aditivo do contrato nº.5/2026, decorrente de INEXIGIBILIDADE n° 4/2026 de Termo de Cooperação entre o Município de Alto Piquiri e a Associação dos Catadores para execução dos serviços de triagem, separação, prensagem e destinação final em Aterro Sanitário de resíduos orgânicos e recicláveis gerados pelo município.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE ALTO PIQUIRI-ACAP**, inscrita no CNPJ sob nº. 13.011.784/0001-03, com sede no endereço ESTRADA SALTINHO DO OESTE, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA MENDES,** acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$63.000,00 (sessenta e três mil reais). Fica aditado o valor do presente termo para execução por mais 03 (três) meses, conforme protocolo nº 1098, com fundamento art. 107 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 15 de outubro de 2026.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE ALTO PIQUIRI-ACAP
CNPJ:130.117.840-00103

ANTONIO MARCOS GOMES DA SILVA MENDES
RG:
CPF: 074.311.939-80
REPRESENTANTE LEGAL

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
Rua João Ormindo de Rezende, 686, Cep: 87.400-000
Telefone: (44)3676-8150 - www.cruzeirodooeste.pr.gov.br

DECRETO N.º 409/2026

Súmula: *Cancela a Certidão de Tempo de Contribuição nº 011/2021 e dá outras providências.*

ARMANDO CERCI JUNIOR, Prefeito Municipal do Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a existência de inconsistência nos dados constantes da Certidão de Tempo de Contribuição nº 011/2021 e a declaração datada em 15/10/2026 anexa pela servidora **MARY CRISTINA DA SILVA SOUZA**,

DECRETA

Art. 1º - Fica cancelada a Certidão de Tempo de Contribuição nº 011/2021, por inconsistência nos dados lançados, devendo ser procedida a anotação de cancelamento e arquivamento na pasta da servidora **MARY CRISTINA DA SILVA SOUZA**, portadora do CPF nº 815.XXX.XXX-68, com emissão de nova certidão com os dados corretos.

Art. 2º - A entrega da nova certidão fica condicionada a apresentação pela interessada da certidão original acompanhada da relação de remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Cruzeiro do Oeste, 16 de outubro de 2026.

ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Estado do Paraná
Rua João Ormindo de Rezende, 686, Cep: 87.400-000
Telefone: (44)3676-8150 - www.cruzeirodooeste.pr.gov.br

DECRETO N.º 442/2026

Súmula: *Cancela a Certidão de Tempo de Contribuição nº 010/2022 e dá outras providências.*

ARMANDO CERCI JUNIOR, Prefeito Municipal do Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a existência de inconsistência nos dados constantes da Certidão de Tempo de Contribuição nº 010/2022 e a declaração datada em 16/10/2026 anexa pela servidora **MARIA CRISTINA BANDEIRA**,

DECRETA

Art. 1º - Fica cancelada a Certidão de Tempo de Contribuição nº 010/2022, por inconsistência nos dados lançados, devendo ser procedida a anotação de cancelamento e arquivamento na pasta da servidora **MARIA CRISTINA BANDEIRA**, portadora do CPF nº 834.XXX.XXX-15, com emissão de nova certidão com os dados corretos.

Art. 2º - A entrega da nova certidão fica condicionada a apresentação pela interessada da certidão original acompanhada da relação de remuneração.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Cruzeiro do Oeste, 16 de outubro de 2026.

ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 494/2026
Data: 19.10.2026
Ementa: nomeia candidata para o cargo de provimento efetivo conforme especificado, referente ao Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003, 1.965 de 11.12.2015 e Edital de abertura nº 01/2024 e alterações subsequentes, e, considerando o Edital de Convocação nº 039/2026, e, ainda, o memorando online sob o nº 1.040/2025,
DECRETA:
Art. 1o Fica nomeada, a partir de 21 de outubro de 2026, em estágio probatório – visto ter sido habilitada e aprovada no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e alterações subsequentes, em razão do Edital de Convocação nº 039/2026, para o cargo de provimento efetivo, conforme a seguir:
Para o Cargo de Professor
Candidato Nível Classe
Michele Siqueira Jonck C 01
Art. 2º A candidata aprovada e nomeada por este Decreto, por força do disposto no Artigo 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 03.12.2003, deverá comparecer para posse na Diretoria de Pessoal, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de 21 de outubro de 2026, impreterivelmente, sob pena de caducidade do direito subjetivo.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 21 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Eletrônico n° 178/2026
Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Global
Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de estruturas tecnológicas destinadas à Ornamentação Natalina, compreendendo Árvore de Natal Tecnológica Pixel Digital RGB e Túnel de Pixels Digital RGB, incluindo transporte, montagem, instalação, programação, manutenção preventiva e corretiva, desmontagem e retirada, sob total responsabilidade da contratada, nos locais designados pela Administração Municipal.
DA VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA): O licitante interessado poderá realizar a visita técnica até 1 (um) dia útil antes da data de abertura do certame, mediante prévio agendamento junto à Diretoria de Obras da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente. A visita técnica deverá ser agendada, preferencialmente, com o Sr. Fernando da Silva Freitas, pelo telefone (44) 3642-0008.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 06/11/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 06/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 06/11/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br. Publique-se.
Guaíra/PR, 19 de outubro de 2026.
Graziela Barbosa de Azevedo / Pregoeira

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2026

** Elotech **
19/10/2026
Pág. 1/2

Decreto nº 223/2026 de 19/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2415/2025 de 04/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 14.200,00 (catorze mil duzentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
08.002.12.361.0011.2.054.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO	
369 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.200,00

Total Suplementação: 14.200,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
08.002.12.361.0011.2.054.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALARIO EDUCAÇÃO	
367 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	165,00
368 - 3.3.90.36.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.692,00
08.005.00.000.0000.0.000.		MERENDA ESCOLAR	
08.005.12.361.0011.2.064.		TRANSFERENCIA DO FNDE/PNAE - FUNDAMENTAL E PRÓPRIO	
402 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	343,00
08.005.12.367.0011.2.136.		TRANSFERENCIA DO FNDE/PNAE - AAE E PROPRIO	
414 - 3.3.90.32.00.00	01107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.000,00

Total Redução: 14.200,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo **4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CAFEZAL DO SUL
CAPITAL DA CAVALGADA

www.cafezaldosul.pr.gov.br
Av. Ítalo Orcelli, 604 - CEP 87565-000 - Cafezal do Sul - Paraná
CNPJ 95.640.652/0001-05

Prefeitura do Município de Cafezal do Sul

DECRETO Nº 280 de 17 de Outubro de 2026.

Declara ***Situação de Emergência*** nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Chuvas Intensas (13214).

O(A) Senhor(a) **Pedro Minoru Inoue**, Prefeito(a) do município de **Cafezal do Sul**, localizado no estado de (o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,

CONSIDERANDO:

- Que ocorreu O evento de vendaval ocorrido em 8 de outubro de 2026, às 16h40, no município de Cafezal do Sul/PR, foi caracterizado por rajadas de vento com velocidade estimada em 80 km/h, com duração aproximada de 15 minutos, acompanhado de chuvas intensas. Essa intensidade dos ventos foi suficiente para causar destelhamentos, queda de árvores e danos em estruturas urbanas e rurais, conforme registros meteorológicos locais e relatos da Defesa Civil municipal. A força do vento provocou danos significativos nas áreas urbanas da sede municipal e do Distrito de Guaiporã, além das regiões rurais adjacentes, afetando residências, edificações públicas e vias de acesso essenciais para o escoamento da produção e deslocamento da população.

  As consequências do vendaval acompanhado das chuvas intensas foram expressivas, com comprometimento parcial das condições de moradia de 16 residências, danos em duas escolas públicas e prejuízos em diversas estradas rurais vicinais, que apresentaram erosão, buracos e assoreamento, dificultando o tráfego local. A situação agravou-se pela exposição das coberturas das edificações à chuva, aumentando o risco de infiltrações e danos secundários. A Defesa Civil local solicitou apoio estadual e federal para o fornecimento de materiais de reparo, máquinas e recursos para a recuperação das vias, ressaltando a importância da pavimentação para garantir o acesso seguro e contínuo, especialmente durante períodos chuvosos. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
- Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
- Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas (13214)**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

- Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 17 de Outubro de 2026.

PEDRO MINORU INOUE:03893756833
Assinado de forma digital por PEDRO MINORU INOUE:03893756833 Dados: 2026.10.17 14:50:12 -03'00'

Pedro Minoru Inoue

Prefeito(a) Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. **CNPJ 86.689.023/0001-70**
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026 - INEXIGIBILIDADE

Ratifico a contratação da empresa **CF CORREA FONOAUDIOLOGIA LTDA**, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 002/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde, mediante inexigibilidade de licitação.

Considerando o intervalo entre o início do processo de credenciamento e a formalização do contrato, cuja assinatura ocorreu em outubro de 2026, bem como as alterações ocorridas no quadro de profissionais da empresa desde fevereiro de 2026, determino a atualização deste processo administrativo para que constem os profissionais atualmente vinculados à empresa e responsáveis pela execução dos serviços prestados, atualizando àqueles anteriormente indicados nos documentos de credenciamento que não integram mais o quadro de profissionais da clínica.

Publique-se, observados os documentos atualizados apresentados pela empresa e as disposições do credenciamento.

DESPACHO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 017/2026, anexo. Em 19 de outubro de 2026.

EVERTON BARBIERI
Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 067/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
PREGÃO Nº 13/2026

O MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 815, Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, CEP 87550-010, inscrito no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. DIEGO JARDIM PERGO, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, **GENEX GENETICA BRASIL LTDA,,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à RUA DR. PROCOPIO DE TOLEDO MALTA, 145, na cidade de São Carlos, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 07.504.171/0001-05, neste ato representada por seu sócio Administrador: **GUILHERME SOTERIO GALLERANI**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 14380850, inscrito no CPF/MF sob n.º 130.065.788-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 067/2026, decorrente do Pregão nº 13/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo ao objeto do Contrato de Fornecimento nº 067/2026, consistente na aquisição complementar de sêmen bovino, sem alteração da natureza do objeto originalmente contratado, que se refere à aquisição de sêmen bovino para inseminação artificial em bovinocultura leiteira.
Fica acrescido ao contrato o seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA HOLANDESA SEXADO	UN	30	R$ 100,00	R$ 3.000,00

DO VALOR DO ACRÉSCIMO E DO NOVO VALOR CONTRATUAL
O valor do acréscimo objeto deste Termo Aditivo corresponde a **R$ 3.000,00 (três mil reais)**, conforme valor unitário de R$ 100,00 para 30 (cento e cinquenta) unidades.
Em razão do presente acréscimo, o valor global do Contrato de Fornecimento nº 067/2026 passa de **R$ 12.000,00 (doze mil reaisreais)** para **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.
O acréscimo ora formalizado corresponde a aproximadamente **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato, permanecendo dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) aplicável às compras.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso I, alínea "b", e no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula 19 do Contrato de Fornecimento nº 067/2026, que admite alterações contratuais e acréscimos ou supressões até o limite legal.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	DESPESA REDUZIDO	PROJETO ATIVIDADE
11	001	339030400000	0000	3159	Apoio e Incentivo a Agricultura Familiar

Altônia – PR, 16 de outubro de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 068/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
PREGÃO Nº 13/2026

O MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 815, Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, CEP 87550-010, inscrito no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. DIEGO JARDIM PERGO, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, **ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Av. Edmilson Lamartine Mendes, 613, na cidade de Uberaba - MG, inscrita no CNPJ sob n.º 00.771.945/0001-07, neste ato representada por seu sócio Administrador: Giovani Gonçalves Araújo, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 18734727, inscrito no CPF/MF sob n.º 475.107.736-87 residente e domiciliado na cidade de Uberaba - MG, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 068/2026, decorrente do Pregão nº 13/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo ao objeto do Contrato de Fornecimento nº 068/2026, consistente na aquisição complementar de sêmen, sem alteração da natureza do objeto originalmente contratado, que se refere à aquisição de sêmen bovino para inseminação artificial em bovinocultura leiteira.
Fica acrescido ao contrato o seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	SÊMEN DE TOURO DA RAÇA GIROLANDO 3/4 SEXADO	UN	23	R$ 100,00	R$ 2.300,00
7	SÊMEN BOVINO, CONVENCIONAL, DA RAÇA GIR LEITEIRO	UN	30	R$ 9,00	R$ 270,00
8	SEMEN BOVINO DA RAÇA NELORE	UN	32	R$ 7,00	R$ 224,00
VALOR TOTAL					**R$ 2.794,00**

DO VALOR DO ACRÉSCIMO E DO NOVO VALOR CONTRATUAL
O valor do acréscimo objeto deste Termo Aditivo corresponde a **R$ 2.794,00 (dois mil setecentos e noventa e quatro reais)**.
Em razão do presente acréscimo, o valor global do Contrato de Fornecimento nº 068/2026 passa de **R$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais)** para **R$ 14.044,00 (quatorze mil e quarenta e quatro reais)**.
O acréscimo ora formalizado corresponde a aproximadamente **24,83% (vinte e quatro vírgula oitenta e tres por cento)** do valor inicial do contrato, permanecendo dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) aplicável às compras.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso I, alínea "b", e no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula 19 do Contrato de Fornecimento nº 068/2026, que admite alterações contratuais e acréscimos ou supressões até o limite legal.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	DESPESA REDUZIDO	PROJETO ATIVIDADE
11	001	339030400000	0000	3159	Apoio e Incentivo a Agricultura Familiar

Altônia – PR, 16 de outubro de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 069/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
PREGÃO Nº 13/2026

O MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 815, Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, CEP 87550-010, inscrito no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. DIEGO JARDIM PERGO, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, **SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Guilherme Scharf, nº 2520, bairro Fidélis, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.593.476/0001-83, neste ato representada por sua representante legal, Sra. BRUNA CAROLINE CARDOSO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente 2º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 069/2026, decorrente do Pregão nº 13/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes:
DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo ao objeto do Contrato de Fornecimento nº 069/2026, consistente na aquisição complementar de sêmen bovino, sem alteração da natureza do objeto originalmente contratado, que se refere à aquisição de sêmen bovino para inseminação artificial em bovinocultura leiteira.
Fica acrescido ao contrato o seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
04	Sêmen raça GIROLANDO	Dose	60	R$ 25,20	R$ 1.512,00
05	Sêmen raça HOLANDES	Dose	56	R$ 28,00	R$ 1.568,00
VALOR TOTAL					**R$ 3.080,00**

DO VALOR DO ACRÉSCIMO E DO NOVO VALOR CONTRATUAL
O valor do acréscimo objeto deste Termo Aditivo corresponde a **R$ 3.080,00 (três mil e oitenta reais)**.
Em razão do presente acréscimo, o valor global do Contrato de Fornecimento nº 069/2026 mais o 1º Termo Aditivo passa de **R$ 31.340,00 (trinta e um mil trezentos e quarenta reais),** para **R$ 34.420,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e vinte reais)**.
O acréscimo ora formalizado corresponde a aproximadamente **11,17% (onze vírgula dezessete por cento)** do valor inicial do contrato, mais 13.59% do 1º Termo Aditivo, perfazendo um total de 24,76%, permanecendo dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) aplicável às compras.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso I, alínea "b", e no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na Cláusula 19 do Contrato de Fornecimento nº 069/2026, que admite alterações contratuais e acréscimos ou supressões até o limite legal.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	DESPESA REDUZIDO	PROJETO ATIVIDADE
11	001	339030400000	0000	3159	Apoio e Incentivo a Agricultura Familiar

Altônia – PR, 16 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ 95.640.736/0001-30 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - CEP 87528-030 - Fone (44) 3664-1320

ORIENTAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2026

Assunto: Institucionalização e implementação do Plano de Comunicação Municipal alinhado à Política Municipal de Alfabetização de Alto Paraíso – PR.

A Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando a importância da organização dos fluxos de comunicação institucional para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, **orienta e oficializa a implementação do Plano de Comunicação Municipal alinhado à Política Municipal de Alfabetização**, em consonância com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

1. Da finalidade

A presente Orientação Conjunta tem por finalidade estabelecer diretrizes para a divulgação, o acompanhamento e o monitoramento das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização, promovendo a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras, os coordenadores pedagógicos, os professores, as famílias, os conselhos de acompanhamento e a comunidade em geral.

O Plano de Comunicação constitui um instrumento de organização institucional, transparência e mobilização social, visando assegurar que as informações relativas às ações, aos programas, às avaliações educacionais e aos resultados da alfabetização sejam divulgadas de maneira clara, acessível, responsável e periódica.

2. Das orientações às instituições de ensino

As instituições da rede municipal de ensino deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano de Comunicação, adotando procedimentos que favoreçam a circulação das informações e o alinhamento das ações pedagógicas e administrativas.

Para tanto, orienta-se:

I – manter comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Educação, observando os canais institucionais estabelecidos;

II – divulgar às equipes escolares as orientações, os comunicados, os cronogramas e os encaminhamentos referentes à Política Municipal de Alfabetização;

III – promover o diálogo com as famílias, incentivando sua participação no acompanhamento da aprendizagem das crianças;

IV – compartilhar práticas pedagógicas exitosas e ações desenvolvidas nas instituições de ensino, valorizando as experiências que contribuam para o avanço da alfabetização;

V – assegurar a divulgação responsável dos resultados das avaliações educacionais, priorizando sua utilização pedagógica para a identificação das necessidades de aprendizagem e o planejamento de intervenções;

VI – incentivar a participação dos profissionais da educação nas formações continuadas, reuniões técnicas, seminários e demais ações promovidas pelas esferas municipal, estadual e federal;

VII – utilizar os canais de comunicação de forma organizada, respeitando as orientações institucionais, a legislação vigente e a proteção dos dados pessoais dos estudantes e de suas famílias.

3. Dos canais e da periodicidade da comunicação

A comunicação institucional será realizada por meio de e-mails oficiais, grupos institucionais de mensagens, reuniões presenciais e virtuais, formações continuadas, ofícios, memorandos, site oficial da Prefeitura, redes sociais institucionais, murais escolares, agendas escolares e demais meios definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

A periodicidade das ações deverá observar o cronograma estabelecido no Plano de Comunicação, contemplando informativos semanais, reuniões mensais, divulgações periódicas de projetos e campanhas, publicação de resultados após os ciclos avaliativos e apresentação de indicadores educacionais conforme o planejamento anual.

4. Do acompanhamento e monitoramento

A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, orientação e acompanhamento da implementação do Plano de Comunicação, em articulação com as equipes gestoras e pedagógicas das instituições de ensino.

O monitoramento considerará o cumprimento das ações previstas, o alcance dos públicos envolvidos, a efetividade dos canais utilizados, a participação das famílias e dos profissionais da educação e a divulgação dos indicadores de aprendizagem.

O Plano deverá ser avaliado periodicamente, com revisão anual, a fim de adequar as estratégias às necessidades da rede municipal de ensino e assegurar a melhoria contínua dos processos de comunicação.

5. Das responsabilidades

Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar e acompanhar a execução do Plano, orientar as instituições de ensino e promover a divulgação das informações oficiais relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

Compete às direções escolares e às coordenações pedagógicas assegurar o repasse das orientações às equipes, organizar os fluxos internos de comunicação e incentivar a participação dos profissionais e das famílias nas ações propostas.

Compete aos profissionais da educação colaborar com a divulgação das informações pertinentes, participar das ações formativas e contribuir para o fortalecimento das práticas de alfabetização e do acompanhamento da aprendizagem.

6. Das disposições finais

O Plano de Comunicação Municipal alinhado à Política Municipal de Alfabetização de Alto Paraíso – PR, datado de 16 de outubro de 2026, passa a constituir referência institucional para a organização das estratégias de comunicação, divulgação e mobilização relacionadas às ações de alfabetização no âmbito da rede municipal de ensino, observadas as competências administrativas e as normas vigentes.

As instituições de ensino deverão dar ciência desta Orientação Conjunta às respectivas equipes gestoras e pedagógicas, promovendo os encaminhamentos necessários à implementação das diretrizes estabelecidas.

Esta Orientação Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Paraíso – PR, 19 de outubro de 2026.

_____
Verônica Martins de Melo Silva
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA
Estado do Paraná
DECRETO Nº 495/2026
Data: 19.10.2026
Ementa: nomeia candidatos para os cargos de provimento efetivo, conforme especificado, referente ao Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003, 1.965 de 11.12.2015 e Edital de abertura nº 01/2024 e alterações subsequentes, e, considerando os Editais de Convocação nºs 037/2026 e 038/2026, e, ainda, o memorando online sob o nº 1.271/2025,
DECRETA:
Art. 1o Ficam nomeados, a partir de 21 de outubro de 2026, em estágio probatório – visto terem sido habilitados e aprovados no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e alterações subsequentes, em razão dos Editais de Convocação nºs 037/2026 e 038/2026, para os cargos de provimento efetivo, conforme a seguir:
Para o Cargo de Assistente Administrativo Escolar - Afrodescendente
Candidato Referência
Bruno da Silva Dionísio 15
Para o Cargo Merendeira - Afrodescendente
Candidato Referência
Agnes Mariana do Nascimento de Oliveira de Freitas 03
Art. 2º Os candidatos aprovados e nomeados por este Decreto, por força do disposto no Artigo 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 03.12.2003, deverão comparecer para posse na Diretoria de Pessoal, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de 21 de outubro de 2026, impreterivelmente, sob pena de caducidade do direito subjetivo.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 21 de outubro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 19 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso – PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ 95.640.736/0001-30 Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - CEP 87528-030 - Fone (44) 3664-1320

PLANO DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL ALINHADA A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ

1. Apresentação

O presente Plano de Comunicação tem como finalidade organizar e fortalecer o fluxo de informações entre a Secretaria Municipal de Educação, as instituições de ensino, profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade, promovendo a transparência, o engajamento e a corresponsabilidade no desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

A comunicação constitui um eixo estratégico para garantir o acompanhamento das ações, a divulgação dos resultados alcançados e a mobilização da comunidade escolar em torno da aprendizagem das crianças, contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA).

2. Objetivos:

Objetivo Geral

Estabelecer estratégias de comunicação que assegurem a ampla divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização, promovendo o diálogo permanente entre todos os envolvidos no processo educativo.

Objetivos Específicos

- Divulgar as ações desenvolvidas pela Política Municipal de Alfabetização.
- Fortalecer a parceria entre Secretaria, escolas e famílias.
- Compartilhar orientações pedagógicas e administrativas.
- Incentivar a participação das famílias no processo de alfabetização.
- Dar visibilidade aos resultados das avaliações educacionais.
- Promover a transparência das ações desenvolvidas.
- Mobilizar a comunidade escolar em torno das metas de alfabetização.
- Valorizar boas práticas desenvolvidas nas unidades escolares.

3. Público-Alvo
O plano contempla diferentes públicos, considerando suas especificidades e necessidades de informação.

Público	Objetivo da Comunicação
Equipe da Secretaria Municipal de Educação	Planejamento, acompanhamento e alinhamento das ações.
Diretores Escolares	Gestão das ações de alfabetização nas unidades escolares.
Coordenadores Pedagógicos	Orientação pedagógica e acompanhamento dos professores.
Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental	Formação, orientações metodológicas e acompanhamento das práticas pedagógicas.
Estudantes	Incentivo à aprendizagem e valorização da alfabetização.
Famílias	Engajamento no processo de aprendizagem das crianças.
Conselho Municipal de Educação	Acompanhamento das políticas públicas.
Conselho do FUNDEB e demais Conselhos	Transparência e prestação de contas.
Poder Executivo Municipal	Monitoramento das metas educacionais.
Comunidade em geral	Divulgação das ações e resultados da educação municipal.

4. Canais de Comunicação

Para garantir o alcance das informações, serão utilizados diferentes meios de comunicação.

Canal	Finalidade
E-mail institucional	Comunicados oficiais, orientações e documentos.
Grupos de WhatsApp institucionais	Informações rápidas, avisos e mobilização das equipes.
Site Oficial da Prefeitura	Publicação de notícias, documentos e resultados.
Redes sociais da Prefeitura e Escolas	Divulgação das ações, campanhas e eventos.
Reuniões presenciais e virtuais	Alinhamento das ações e tomada de decisões.
Formações Continuadas	Divulgação de orientações técnicas e pedagógicas.
Ofícios e Memorandos	Comunicação administrativa oficial.
Murais das escolas	Informações às famílias e estudantes.
Agenda Escolar	Comunicação direta com as famílias.
Imprensa local	Divulgação de campanhas, projetos e resultados relevantes.

5. Periodicidade das Ações

Ação	Periodicidade
Informativos às escolas	Semanal
Comunicados institucionais	Conforme demanda
Reuniões com diretores	Mensal
Reuniões com coordenadores pedagógicos	Mensal
Formação Continuada	Conforme cronograma anual
Divulgação de projetos de alfabetização	Mensal
Publicação de resultados das avaliações	Após cada ciclo avaliativo
Campanhas de incentivo à leitura	Bimestral
Prestação de contas das ações	Semestral
Divulgação dos indicadores de alfabetização	Anual

6. Estratégias de Mobilização

Para fortalecer a participação de toda a comunidade escolar, serão desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Campanhas permanentes de incentivo à leitura.
- Mobilização das famílias para participação em reuniões pedagógicas.
- Divulgação de materiais orientativos sobre o desenvolvimento da alfabetização.
- Compartilhamento de boas práticas pedagógicas das escolas municipais.
- Realização de seminários, oficinas e encontros formativos.
- Incentivo à participação dos professores nas formações ofertadas pelo CNCA, Secretaria Estadual de Educação e Ministério da Educação.
- Divulgação dos cronogramas das avaliações externas e internas.
- Reconhecimento das escolas e profissionais que apresentarem avanços significativos na aprendizagem.
- Produção de materiais informativos digitais e impressos.
- Utilização das redes sociais para aproximar a comunidade das ações educacionais.

7. Mecanismos de Divulgação dos Resultados

Os resultados das ações da Política Municipal de Alfabetização serão divulgados de forma transparente, respeitando a legislação vigente e priorizando o uso pedagógico das informações.

Serão utilizados os seguintes mecanismos:

- Relatórios técnicos da Secretaria Municipal de Educação.
- Apresentação dos resultados em reuniões com gestores escolares.
- Divulgação dos indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
- Compartilhamento dos resultados das avaliações municipais e externas (CNCA, Prova Paraná, SAEB e demais avaliações aplicáveis).
- Painéis de monitoramento dos indicadores de aprendizagem.
- Informativos eletrônicos enviados às escolas.
- Publicações no site oficiais das instituições e nas redes sociais da Prefeitura.
- Apresentação dos resultados ao Conselho Municipal de Educação e demais conselhos de acompanhamento.

8. Monitoramento do Plano

O acompanhamento deste Plano será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da equipe responsável pela Política Municipal de Alfabetização, considerando:

- cumprimento do cronograma das ações;
- alcance dos diferentes públicos;
- participação nas ações de mobilização;
- efetividade dos canais de comunicação utilizados;
- nível de engajamento das escolas e das famílias;
- divulgação periódica dos indicadores educacionais;
- avaliação anual para revisão e atualização do plano.

9. Resultados Esperados

Espera-se que este Plano de Comunicação contribua para:

- fortalecer a gestão da Política Municipal de Alfabetização;
- ampliar o diálogo entre Secretaria, escolas e famílias;
- garantir transparência das ações educacionais;
- aumentar a participação da comunidade escolar;
- favorecer o acompanhamento contínuo da aprendizagem;
- disseminar boas práticas pedagógicas;
- apoiar o alcance das metas estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
- consolidar uma cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da alfabetização no município.

A comunicação institucional é um instrumento essencial para a implementação da Política Municipal de Alfabetização no Município de Alto Paraíso - Paraná, promovendo integração, participação social, transparência e corresponsabilidade entre todos os envolvidos no processo educativo. Por meio deste plano, a Secretaria Municipal de Educação de Município de Alto Paraíso reafirma seu compromisso com a garantia do direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, em consonância com os princípios, diretrizes e metas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Alto Paraíso - PR, 19 de outubro de 2026

_____
Verônica Martins de Melo Silva
Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL
Estado do Paraná
DECRETO Nº 281/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA TRECHOS DAS ESTRADAS RURAIS DENOMINADAS: "ESTRADA BASSAN" E "ESTRADA VELHA", LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, PARA FINS DE PAVIMENTAÇÃO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso XII do art. 66 da Lei Orgânica do Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná,
DECRETA:
Art. 1º. Ficam declarados de utilidade pública, para fins de Pavimentação Rural, os trechos das Estradas Rurais denominadas: "ESTRADA BASSAN" e "ESTRADA VELHA", localizadas na zona rural do Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, identificados pelas seguintes extensões e coordenadas geográficas:
TRECHO 01 – ESTRADA BASSAN – EXTENSÃO: 400,00 m
Ponto inicial: 234577,60 m E; 7348048,11 m S.
Ponto final: 234179,00 m E; 7347984,00 m S.
TRECHO 02 – ESTRADA VELHA – EXTENSÃO: 2.300,00 m
Ponto inicial: 236291,00 m E; 7348903,00 m S.
Ponto final: 234779,06 m E; 7348071,88 m S.
TRECHO 03 – ESTRADA VELHA – EXTENSÃO: 2.070,00 m
Ponto inicial: 236108,00 m E; 7351341,00 m S.
Ponto final: 234568,00 m E; 7352177,00 m S.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de outubro de 2026.
PEDRO MINORU INOUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
Estado do Paraná
AVISO CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE – N° 014/2026
O Município de Ivaté, Estado do Paraná, em conformidade com os ditames da Constituição Federal, Lei Federal nº. 14.133 de 1° de abril de 2.021, torna público que realizará CHAMAMENTO PUBLICO/CREDENCIAMENTO objetivando a contratação do objeto abaixo identificado:
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR, para prestação de serviços de preparação, organização, divulgação, condução e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Ivaté/PR, conforme as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
RECEBIMENTO DOS PEDIDOS: pela BLL Compras – https://bllcompras.com, até 23/11/2026, às 23h59min, horário de Brasília, sem prorrogação ou reabertura.
SORTEIO PÚBLICO: 5º (quinto) dia útil após esse período, observadas a conclusão da habilitação, a fase recursal e a hipótese de reprogramação prevista no item 3.12.1.
FORMA DE CONTRATAÇÃO: Credenciamento para contratação paralela e não excludente, com habilitação de todos os interessados que atendam às exigências do Edital e contratações decorrentes por inexigibilidade de licitação. A distribuição das demandas observará sorteio público para definição da ordem inicial de convocação e posterior rodízio, conforme as regras estabelecidas neste instrumento.
REMUNERAÇÃO: Comissão fixa de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos bens efetivamente arrematados, paga exclusivamente pelo arrematante, diretamente ao Leiloeiro Oficial, sem ônus para o Município de Ivaté/PR.
Ivaté, 19 de outubro de 2026.
Patrícia Tomain Mesquita
Agente de contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
REF.: DISPENSA ELETRÔNICA N° 020/2026
Contrato n° 059/2026.
DATA DE ASSINATURA DO(S) CONTRATO(S): 07 de outubro de 2026.
CONTRATANTE: Município de Ivaté, Estado do Paraná.
CONTRATADO: J M MARTINS.
CNPJ: 19.617.710/0001-93
OBJETO: aquisição de brinquedos destinados as crianças atendidas pela Rede Municipal de Ensino de Ivaté.
VALOR TOTAL: R$ 16.369,50 (dezesseis mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses.
FORO: Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ
Estado do Paraná
LEI COMPLEMENTAR Nº 119/2026
SÚMULA: Altera a Lei Complementar nº 118/2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Ivaté, para adequar a estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º A estrutura da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, constante do art. 1º da Lei Complementar nº 118/2026, passa a vigorar com a seguinte organização:
(...)
9.0.0. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
9.1.0. Divisão de Coordenação dos Programas de Transferência de Renda
9.2.0. Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica
9.3.0. Divisão de Coordenação da Proteção Social Especial
9.4.0. Divisão de Coordenação dos Serviços de Acolhimento
9.5.0. Divisão da Gestão do SUAS
9.5.1. Seção de Controle Social e Vigilância Social Assistencial
(...)
Art. 2º O § 4º do art. 10 da Lei Complementar nº 118/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:
(...)
§ 4º Compete à Divisão de Coordenação dos Serviços de Acolhimento: gerir a entidade; efetuar a coordenação financeira, administrativa e logística; elaborar, em conjunto com a equipe técnica e colaboradores, o projeto político-pedagógico do serviço; efetuar a supervisão dos trabalhos desenvolvidos e a organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; efetuar a articulação com a rede de serviços e com o Sistema de Garantia de Direitos; possibilitar a participação dos abrigados nos eventos da comunidade; realizar reuniões e encontros com abrigados e suas famílias; apoiar e incentivar os profissionais dos serviços de acolhimento nas ações socioeducativas; administrar, avaliar e otimizar os serviços prestados; orientar a equipe multidisciplinar quanto à efetivação dos objetivos institucionais; detectar situações problemáticas e solucioná-las; acionar órgãos competentes, quando constatar a demora do desligamento do acolhido; proporcionar o aprimoramento permanente da equipe técnica e dos educadores; zelar pelo patrimônio do Serviço de Acolhimento; aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas baixadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social; registrar em livro próprio as faltas cometidas pelo servidor e encaminhar à Secretaria Municipal de Assistência Social para as providências cabíveis; inventariar os bens no início e final de sua gestão; participar de cursos, palestras, reuniões e outras atividades; desempenhar outras atividades afins e correlatas, compatíveis com a função e determinadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
(...)
Art. 3º Fica transformado, sem alteração do quantitativo de vagas, o cargo em comissão de Chefe da Seção de Coordenação dos Serviços de Acolhimento, símbolo CC-3, em cargo em comissão de Diretor da Divisão de Coordenação dos Serviços de Acolhimento, símbolo CC-2, mantida 1 (uma) vaga.
Parágrafo único. Em razão da transformação prevista no caput, o quadro da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL constante do Anexo I da Lei Complementar nº 118/2026 passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei Complementar.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 118/2026.
Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
MUNICÍPIO DE IVATÉ, Estado do Paraná, aos 16 de outubro de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ
ANEXO
DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DENOMINAÇÃO VAGAS SÍMBOLO
Secretário Municipal de Assistência Social 1 SUBSÍDIO
Diretor da Divisão de Coordenação de Programas de Transferência de Renda¹ 1 CC-2
Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica¹ 1 CC-2
Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Especial¹ 1 CC-2
Diretor da Divisão de Coordenação dos Serviços de Acolhimento 1 CC-2
Diretor da Divisão da Gestão do SUAS² 1 FUNÇÃO GRATIFICADA
Chefe da Seção de Controle Social e Vigilância Social Assistencial 1 CC-3
¹ Os cargos de Diretor da Divisão de Coordenação de Programas de Transferência de Renda, de Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Básica e de Diretor da Divisão de Coordenação da Proteção Social Especial deverão ser ocupados por servidores com ensino médio completo. ² O cargo de Diretor da Divisão do SUAS deverá ser ocupado por servidor com formação de nível superior, de preferência Pedagogo, Sociólogo, Assistente Social ou Psicólogo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 725

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de **R$266,25** (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), ao servidor municipal **LUANA DE LOURDES CARREIRA DO NASCIMENTO ALVES**, matrícula **n° 2012**, ocupante do cargo de **ENGENHEIRO CIVIL**, lotado na **MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**, no seguinte dia, local e finalidade:

Data Saída/Chegada	Horário	Destino	Motivo
20/10/2026	**Saída: 06h00min** **Chegada: 20h00min**	**Campo Mourão - PR**	***- Participação ao curso "Planejamento Eficiente, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021 - Edição Campo Mourão/PR."***

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Anderson Ribeiro Daldosso
Secretário de Governo
Portaria n° 338/2021

MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL

CAFEZAL DO SUL – CAPITAL DA CAVALGADA

Estado do Paraná

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal n° 9452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do Recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
01/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	8.919,42
01/09/2026	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLI	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	107,16
02/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	29.874,43
03/09/2026	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PISO SALARIAL ENFERMAGEM	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	20.086,38
03/09/2026	FNS - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 2022	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	1.000,00
08/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	11.253,28
08/09/2026	FNS - PROCEDIMENTOS NO MAC	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	1.824,52
10/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	547.010,25
10/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	-109.402,05
10/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORD	892.136,08
10/09/2026	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Receita	4.345,70
10/09/2026	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FUNDEB	-869,14
10/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	29.221,54
11/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	6.632,75
11/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	78,00
11/09/2026	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPULA	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	2.270,92
11/09/2026	INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	12.028,00
11/09/2026	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQUIP	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	39.942,00
11/09/2026	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	14.250,00
11/09/2026	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	29.178,00
14/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	78,00
14/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	6.632,75
14/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	3.493,25
14/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escol	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ES	2.419,00
14/09/2026	FNS - SAMU 192 - 2022	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	28.494,70
15/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	16.868,50
16/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	83.575,52
17/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	21,33
18/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	316.259,22
18/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	-63.251,83
18/09/2026	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Receita	10.463,69
18/09/2026	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FUNDEB	-2.092,73
18/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	16.121,73
18/09/2026	Salário Educação	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL - Receita	26.443,43
22/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	24.145,52
23/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	51.034,82
24/09/2026	APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS - CGAFB	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	2.736,60
25/09/2026	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SCFV)	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.516,74
25/09/2026	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SCFV)	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.016,69
29/09/2026	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Execício Corrente	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL - Receita	38.330,06
29/09/2026	Royalties e Outras Compensações não Previdenciárias - Execício Corrente	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - L	588,17
29/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	7.036,77
29/09/2026	REPASSE PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBAT	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	9.239,70
29/09/2026	REPASSE PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBAT	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SER	486,30
30/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	504.242,31
30/09/2026	Recursos Livres	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PR	-100.848,45

Dando cumprimento às disposições da Lei Federal n° 9452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do Recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA	FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
30/09/2026	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Receita	13.212,36
30/09/2026	Recursos Livres	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal - Deduções FUNDEB	-2.642,47
30/09/2026	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB -	29.836,78
30/09/2026	Recursos Livres	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 176/202	3.781,27
30/09/2026	FUNDEB 60%	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMI	52.890,21
30/09/2026	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PD	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIR	540,00
30/09/2026	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.606,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
LEI Nº 947/2026
Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operações de crédito com a Agência de Fomento do Paraná S.A., até o limite de R$ 5.118.385,22, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S.A. operações de crédito, até o limite global de R$ 5.118.385,22 (cinco milhões, cento e dezoito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos).
Parágrafo único. A contratação das operações de crédito de que trata esta Lei fica condicionada à obtenção das autorizações, verificações e aprovações exigidas pela legislação aplicável, especialmente pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, pelas Resoluções do Senado Federal e pelas normas do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM, da Agência de Fomento do Paraná S.A. e do PARANACIDADE.
Art. 2º. Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e as demais condições de vencimento e liquidação das operações de crédito observarão as normas das autoridades monetárias e financeiras competentes, as Resoluções do Senado Federal e as normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S.A.
Art. 3º. Os recursos provenientes das operações de crédito autorizadas por esta Lei serão destinados, exclusivamente, ao financiamento de investimentos de interesse público municipal, compreendendo:
I - Educação: construção, ampliação, reforma, reabilitação ou requalificação de escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, inclusive de sua respectiva infraestrutura;
II - Sistema viário: pavimentação asfáltica, recapeamento e requalificação de vias públicas municipais, inclusive obras complementares de drenagem, acessibilidade, sinalização e paisagismo;
III - Cultura: construção, ampliação, reforma, restauração, reabilitação ou requalificação da Casa da Cultura, centro cultural ou equipamento público destinado às atividades culturais;
IV - Saúde: construção, ampliação, reforma, reabilitação, modernização ou requalificação de unidades e da infraestrutura física municipal destinada à prestação de serviços de saúde, incluindo, exemplificativamente, reformas e melhorias em Unidades Básicas de Saúde - UBS;
V - Parque urbano: implantação, construção, ampliação, recuperação ou requalificação de parque urbano, áreas verdes, praças, espaços de convivência, esporte e lazer;
VI - Habitação de interesse social: implantação de programas e projetos destinados à construção de unidades habitacionais populares, desde que previamente enquadrados e aprovados como financiáveis no âmbito do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM;
VII - Moradia e urbanização: execução de obras de melhoria de bairros, reassentamento, relocação, urbanização e implantação ou melhoria da infraestrutura de áreas habitacionais regularizadas;
VIII - Espaços públicos: revitalização, recuperação, reforma, reabilitação, requalificação e urbanização de espaços e equipamentos públicos municipais;
IX - Desenvolvimento industrial: construção, ampliação, reforma ou requalificação de barracão industrial, unidade produtiva e infraestrutura de área industrial municipal.
§ 1º. A distribuição dos recursos entre as finalidades previstas neste artigo poderá ser definida pelo Poder Executivo de acordo com os projetos efetivamente aprovados para financiamento, observado o limite global estabelecido no art. 1º desta Lei e a vinculação dos recursos às respectivas finalidades.
§ 2º. Poderão integrar os investimentos previstos neste artigo, quando admitidos pelas normas do SFM e vinculados ao respectivo projeto, os estudos técnicos, levantamentos, projetos de arquitetura e engenharia, licenciamentos, aprovações, planilhas, memoriais, serviços técnicos, obras complementares e demais elementos necessários à implantação dos investimentos.
Art. 4º. Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à Agência de Fomento do Paraná S.A. as parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do ICMS e do FPM, ou receitas que legalmente os venham a substituir, em montante suficiente à amortização do principal e dos respectivos encargos.
Art. 5º. É vedada a utilização dos recursos provenientes das operações de crédito autorizadas por esta Lei para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo ou pensionistas do Município, inclusive encargos e obrigações patronais.
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, aos 09 dias de outubro de 2026.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2026
REFERENTE: Processo Licitatório nº 071/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 043/2026
CONTRATANTE: Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná.
CONTRATADA: ANY CAROLINY DANTAS DOS SANTOS – ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, ABRANGENDO AS MODALIDADES DE VOLEIBOL, FUTSAL, FUTEBOL E FUTEBOL SUÍÇO, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAÇÃO DE AULAS DE KARATÊ-DO TRADICIONAL, CONFORME AS NECESSIDADES, PROGRAMAÇÃO E EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/PR, CONFORME QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
ITENS REGISTRADOS: Conforme especificações, quantitativos e valores constantes na Ata de Registro de Preços.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 175.366,30 (cento e setenta e cinco mil trezentos e sessenta e seis reais e trinta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.641/2025 e demais normas aplicáveis.
Alto Paraíso, PR, aos 19 dias do mês de outubro.
FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 413 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Leis Municipais nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019 e 1.274 de 30 de janeiro de 2025.
RESOLVE:
I – Autorizar e conceder, em consonância com a Lei Municipal nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019, o pagamento de diárias ao Prefeito ALÍRIO JOSÉ MISTURA, brasileiro, casado, portador de Céd. De Ident. RG n.º 5.285.518-7 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 710.***.089-53, conforme segue:
REQUERIMENTO Nº 79/2026
OBJETIVO DA VIAGEM: "Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, no exercício das atribuições inerentes ao cargo de motorista, com a finalidade de realizar o transporte e acompanhamento do Prefeito Municipal, Alírio José Mistura, durante o cumprimento de agenda institucional junto às Secretarias de Estado do Paraná e à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando ao acompanhamento de convênios, projetos e demais assuntos de interesse da Administração Municipal.
O deslocamento tem por finalidade garantir o transporte oficial do Chefe do Poder Executivo Municipal, proporcionando o suporte necessário ao cumprimento de seus compromissos administrativos e institucionais."
PERIODO DE AFASTAMENTO: 19/10/2026 à 22/10/2026
ORIGEM: Francisco Alves - Pr
DESTINO: Curitiba
DATA DA SAÍDA: 19/10/2026
DATA PREVISTA PARA O RETORNO: 22/10/2026
QUANTIDADE DE DIÁRIAS : 3
TIPO DE TRANSPORTE: Oficial
VALOR GLOBAL: R$ 1.140,00
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 16 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República. Registre-se, Publique-se,
Cumpra-se.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

TERMO ADITIVO N.º 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 036/2026

INEXIGIBILIDADE 008/2026

Aos 19 dias do mês de outubro de 2026, como CONTRATANTE o **MUNICÍPIO DE IVATÉ**, Estado do Paraná, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ**, com sede na Av. Rio de Janeiro, 2758, Sala 03, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob n.º 09.245.506/0001-35, neste ato representado pelo seu agente político, Sr. **DENILSON VAGLIERI PREVITAL,** brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Serra Dourada, 1940, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 7.757.130-2 SSP/PR e CPF n.º 041.938.799-41 e de outro lado como CONTRATADA A empresa **COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS COOPELER**, inscrito no CNPJ sob n.º 08.609.132/0001-27, Rodovia PR 490, S/N, na cidade de São Jorge do Patrocínio, estado do Paraná, neste ato devidamente representado por **MANOEL CONSTANTINO GOUVEIA** CPF: 555.693.159-34, RG: 2157311-6, telefone: (44) 3634-1789, resolvem **ADITAR** o Contrato Administrativo supramencionado, nas condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo aditivo tem por objeto a(s) seguinte(s) alteração(ões) contratual(is):

1.1.1. Acréscimo quantitativo consistente em aumentar o valor de contrato, o que equivale a 25% do valor do contrato primitivo, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea b, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em consequência das alterações promovidas por meio deste Termo Aditivo, o valor do contrato primitivo ora aditado passa a ser de **R$ 10.371,06** (dez mil, trezentos e setenta e um reais e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos dispostos pelo Município, na dotação abaixo discriminada:

Entidade: Prefeitura Municipal de Ivaté			
04.001.12.361.0006.2104- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
70	3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1104	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	3107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
70	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
04.001.12.365.0006.2185- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
102	3.3.90.32.00.00	1103	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
102	3.3.90.32.00.00	1107	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
102	3.3.90.32.00.00	31110	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
06.002.08.244.0009.2196 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
218	3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita

CLÁUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo que não contrariem o disposto neste Termo Aditivo.

E, por estarem as partes de comum acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE IVATÉ
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
Contratante

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS COOPELER
Contratada

TESTEMUNHAS:

Denise Nunes Carneiro Fonseca
CPF: 0x7.0x5.1x69-x3

Patricia Tomain Mesquita
CPF: 0x4.2x3.1x9-x2

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 412 DE 16 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
ALIRIO JOSÉ MISTURA, Prefeito Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Leis Municipais nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019 e 1.274 de 30 de janeiro de 2025.
RESOLVE:
I – Autorizar e conceder, em consonância com a Lei Municipal nº 1068/2019 de 16 de outubro de 2019, o pagamento de diárias ao Prefeito ALÍRIO JOSÉ MISTURA, brasileiro, casado, portador de Céd. De Ident. RG n.º 5.285.518-7 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 710.***.089-53, conforme segue:
REQUERIMENTO Nº 78/2026
OBJETIVO DA VIAGEM: "Viagem oficial à cidade de Curitiba/PR, com a finalidade de realizar visitas institucionais às Secretarias de Estado do Paraná, visando acompanhar a situação dos convênios firmados entre o Município de Francisco Alves e o Governo Estadual, bem como tratar das providências necessárias para assegurar a continuidade dos projetos, obras e investimentos municipais, especialmente diante do período de transição governamental. A agenda compreenderá, ainda, visita à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de fortalecer as relações institucionais, acompanhar demandas de interesse do Município e buscar apoio para a continuidade dos convênios existentes e a viabilização de novos recursos e investimentos em benefício da população de Francisco Alves."
PERIODO DE AFASTAMENTO: 19/10/2026 à 22/10/2026
ORIGEM: Francisco Alves - Pr
DESTINO: Curitiba
DATA DA SAÍDA: 19/10/2026
DATA PREVISTA PARA O RETORNO: 22/10/2026
QUANTIDADE DE DIÁRIAS : 3
TIPO DE TRANSPORTE: Oficial
VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00
II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 16 de outubro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.
ALIRIO JOSÉ MISTURA
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

FRANCISCO ALVES - PARANA
RESOLUÇÃO 013/2026
SUMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições, que lhe assegura a Lei Municipal 660/2009 de 24 de junho de 2009 e seu Regimento Interno reunidos em Sessão Plenária Ordinária no dia 19 de outubro 2026, para análise e aprovação do Termo de Adesão e do Plano de ação do Piso Único de Assistência Social – PAS para 2027.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar, por unanimidade de votos dos conselheiros presentes à Sessão, Termo de Adesão e do Plano de ação do Piso Único de Assistência Social – PAS para 2027.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves – PR, 18 de outubro de 2026.
Josefina Molinari Pereira
Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 428/2026
DATA: 19/10/2026
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos municipais abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscais do Contrato da ata de registro de preços 092/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 043/2026: e Processo Administrativo nº 071/2026.
Gestor:
ANDERSON DE FARIA SANTOS – CPF: 041.925.269-05;
Fiscal Administrativo – Fiscal Principal:
JOSÉ RIBEIRO DA SILVA - CPF: 705.013.949-15 - Fiscal Principal.
Fiscal Administrativo – 1º Fiscal Substituto:
VERISSIMO ORLANDI GONÇALVES – CPF: 788.502.409-10- Fiscal Substituto.
Fiscal Administrativo – 2º Fiscal Substituto:
ANDRESSA DE JESUS LINA VIEIRA – CPF: 608.809.713-20 - Fiscal Substituto.
Art. 2º Ao Gestor do Contrato cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como exercer as demais atribuições determinadas pela Lei Federal nº 14.133/2021.
Art.3º Aos Fiscais do Contrato cabe o acompanhamento da execução do contrato administrativo para o qual foram designados, proporcionando à Contratante e ao Contratado os meios necessários para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, bem como exercer as demais atribuições determinadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, observada a função para a qual cada servidor foi designado.
§ 1º O 1º Fiscal Administrativo Substituto atuará na fiscalização do contrato nos casos de férias, ausências, impedimentos ou afastamentos do Fiscal Administrativo Principal, podendo, nesses períodos, praticar os atos necessários ao regular acompanhamento e fiscalização da execução contratual, inclusive emitir e assinar os documentos pertinentes às suas atribuições.
§ 2º O 2º Fiscal Administrativo Substituto atuará na fiscalização do contrato nos casos de férias, ausências, impedimentos ou afastamentos simultâneos do Fiscal Administrativo Principal e do 1º Fiscal Administrativo Substituto, podendo, nesses períodos, praticar os atos necessários ao regular acompanhamento e fiscalização da execução contratual, inclusive emitir e assinar os documentos pertinentes às suas atribuições.
Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso - PR., aos 19 dias do mês de outubro de 2026.
LUIZ ELISEU DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
AVISO
DISPENSA ELETRONICA Nº 013/2026
PROCESSO N° 093/2026
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar, que realizará a contratação direta via DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME n°67/202, das leis complementares 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal n°011/2024, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
Objeto da Contratação: O presente EDITAL tem por objetivo a contratação de empresa especializada na organização e execução de viagem turística através do Programa Viaja Mais 60, fonte 994, com os idosos do serviço de convivência e fortalecimento de vinculo, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Ação Social de Francisco Alves, Estado do Paraná, através do memorial descritivo constante no anexo I do referido Edital.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 20/10/2026 às 08:00h00min até 23/10/2026 às 08h30min.
DATA E HORÁRIO DE INICIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 23/10/2026 às 08h30min.
HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DE DISPUTA: 23/10/2026 às 14h30min.
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO LOTE.
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO R$ 18.075,00 (dezoito mil e setenta e cinco reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE FRANISCO ALVES – http://www.franciscoalves.pr.gov.br–Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Francisco Alves, situado à Rua Jorge Ferreira, 627, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, à Rua Jorge Ferreira, 627, FRANCISCO ALVES – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3643-000.
FRANCISCO ALVES/PR, 19 DE OUTUBRO DE 2026.
RITA DE CASSIA GONÇALVES DA SILVA PAIVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE
AÇÃO SOCIAL
PORTARIA Nº 006/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
Aviso de dispensa
O Poder Legislativo do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, torna público, a DISPENSA de licitação para Aquisição de material de expediente em geral para atender às necessidades da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, com critério de julgamento de menor preço global, para contratação e respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de R$ 2.448,35 (dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos).Interessados em apresentar propostas de preços para fornecimento do objeto do presente procedimento de Dispensa de Licitação, poderão encaminhar até as 23:59 horas do dia 23 de Outubro de 2026, conforme modelo de Proposta de Preços (Anexo II) juntamente com a Declaração (modelo Anexo III) para o e-mail camara@icaraima.pr.leg.br. A contratação somente se dará ao fornecedor que apresentar a melhor proposta de preços e estiver em condições de Habilitação, cujos documentos a serem presentados constam no Termo de Referência (Anexo I) e serão requisitados somente do fornecedor que apresentar menor proposta de preços.
Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou com a Secretaria do Legislativo diretamente na sede da Câmara Municipal de Icaraíma, localizada na Rua Monte Belo,607, Centro, Icaraíma-PR, pelo fone (44) 36651339, ou e-mail camara@icaraima.pr.leg.br
Integram o presente os seguintes anexos:
Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Modelo Proposta de Preços;
Anexo III - Modelo de Declaração;
Todos os anexos podem ser requisitados junto a Secretaria do Legislativo ou obtidos no link http://177.87.133.100:8090/portaltransparencia/7/licitacoes - Dispensa de Licitação nº 013/2026
Icaraíma, 19 de outubro de 2026
ANGÉLICA C. G. ANTUNES DA SILVA
Agente de contratação

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
D E C R E T O Nº 445/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), art. 1º, inciso XII, em dispositivos legais;
D E C R E T A:
Art. 1º – CONVOCAR a Conferência Municipal de Cultura de Cruzeiro do Oeste a ser realizada no dia 22 de Outubro de 2026, às 19h00, no auditório do Centro Cultural Cesar de Souza Rego, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º - A Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:
I – Instituir o novo Conselho Municipal de Cultura, fortalecendo a participação social e a construção democrática das políticas públicas culturais do município.
II – Discutir a cultura Cruzeirodoestana em suas dimensões cidadã, simbólica e de desenvolvimento;
III – promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos, pes¬quisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;
IV – Propor estratégias para descentralizar e democratizar o acesso dos cidadãos à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;
V – Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;
VI – Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
VII – Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;
VIII – Propor estratégias para a atualização do Sistema Municipal de Cultura;
IX – Propor a implantação e regularização dos pontos de Cultura do município;
Art. 3º – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.
Art. 4º – Fica a Secretária Municipal de Educação e Cultura autorizada a:
I – Aprovar e promover a publicação do Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Cruzeiro do Oeste.
II – Dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
-Prefeito Municipal-

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
Aviso de dispensa
O Poder Legislativo do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, torna público, a DISPENSA de licitação para contratação de empresa para a aquisição de 01 (um) Título de Cidadão Honorário, baseado no artigo 270 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, com critério de julgamento de menor preço global, para contratação e respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de R$ 399,48 (trezentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos).Interessados em apresentar propostas de preços para fornecimento do objeto do presente procedimento de Dispensa de Licitação, poderão encaminhar até as 23:59 horas do dia 23 de Outubro de 2026, conforme modelo de Proposta de Preços (Anexo II) juntamente com a Declaração (modelo Anexo III) para o e-mail camara@icaraima.pr.leg.br. A contratação somente se dará ao fornecedor que apresentar a melhor proposta de preços e estiver em condições de Habilitação, cujos documentos a serem presentados constam no Termo de Referência (Anexo I) e serão requisitados somente do fornecedor que apresentar menor proposta de preços.
Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou com a Secretaria do Legislativo diretamente na sede da Câmara Municipal de Icaraíma, localizada na Rua Monte Belo,607, Centro, Icaraíma-PR, pelo fone (44) 36651339, ou e-mail camara@icaraima.pr.leg.br
Integram o presente os seguintes anexos:
Anexo I - Termo de Referência;
Anexo II - Modelo Proposta de Preços;
Anexo III - Modelo de Declaração;
Todos os anexos podem ser requisitados junto a Secretaria do Legislativo ou obtidos no link http://177.87.133.100:8090/portaltransparencia/7/licitacoes - Dispensa de Licitação nº 014/2026
Icaraíma, 19 de outubro de 2026
ANGÉLICA C. G. ANTUNES DA SILVA
Agente de contratação

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 416/2026, DE 18 DE OUTUBRO DE 2026
SÚMULA: Autoriza o deslocamento do Prefeito Municipal ao Município de Curitiba, Estado do Paraná, concede diária e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO a necessidade de representação institucional do Município perante os órgãos e entidades dos Poderes Públicos;
CONSIDERANDO a realização de agendas oficiais junto à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e à Secretaria de Estado das Cidades, com a finalidade de tratar de assuntos e encaminhar demandas de interesse da Administração Pública Municipal;
RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR o deslocamento do Prefeito Municipal, Senhor RONALDO TINTI, ao Município de Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 19 e 20 de outubro de 2026, para o cumprimento de agendas oficiais junto à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e à Secretaria de Estado das Cidades, visando ao encaminhamento, acompanhamento e à articulação de demandas de interesse do Município de São Jorge do Patrocínio.
Parágrafo único. Em razão do deslocamento, fica concedida 02 (duas) diárias, nos termos da Lei Municipal nº 592/1998, destinadas ao custeio das despesas decorrentes da viagem, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, ficando o beneficiário obrigado a apresentar a respectiva prestação de contas, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação municipal aplicável.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
RONALDO TINTI
Prefeito Municipal.

3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO FUNDO A FUNDO n.° 014/2025

Pelo presente instrumento, eu, ANGELA MARIA DA CRUIZ PINTO, brasileira, divorciada, PROFESSORA, inscrito no CPF sob o nº 710.237.639-15, ocupante do cargo de SECRETÁRIA DE EDICAÇÃO E CULTURA no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de FRANCISCO ALVES, Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Francisco Alves, na qualidade de gestor do FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC, inscrito no CNPJ sob nº 55.564.765/0001-46, no uso de minhas atribuições legais:

DECLARO, que o item 1 do Termo de Adesão Fundo a Fundo n.° 014/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

1. Utilizar os recursos financeiros repassados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, por meio do Fundo Estadual de Cultura, exclusivamente nas ações, finalidades e prazos definidos pelo Plano de Ação (fls. 205 a 209), devidamente aprovado às fls. 216 no protocolado n.° 25.158.453-2.

Local, Data.

Angela Maria da Cruz Pinto
Cargo: Secretária de Educação e Cultura
CPF: 710.237.639-15

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 049/2026
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI, com prioridade de contratação REGIONAL

O Município de Maria Helena – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão Eletrônico nº 049/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.mariahelena.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 002/2023, Decreto Municipal n° 025/2024 e 026/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de comunicação de dados por meio de Link Dedicado de Internet em fibra óptica, com fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos necessários em regime de comodato, conforme especificações descritas no Termo de Referência

VALOR MÁXIMO: ***R$ 24.698,52 (Vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos.)***

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia **06/11/2026.**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 horas do dia **06/11/2026.**

Maria Helena – PR, 19 de outubro de 2026.

CLAUDENICE SANTOS GOBBO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 273/2026
Súmula - Concede Licença Especial, sem remuneração para tratar de assuntos particulares, ao servidor Julio Cesar Baraldi de Andrade e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE,
Art. 1º - Conceder Licença Especial, sem remuneração, por 02 (dois) anos consecutivos ao servidor Julio Cesar Baraldi de Andrade, brasileiro, matrícula nº 77662, funcionário público desta municipalidade, na função de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, lotado na Manutenção das Atividades de Serviços Urbanos, para tratar de assuntos particulares, a contar a partir do dia 23/10/2026, tendo em vista o requerimento protocolado em 19/10/2026 sob o nº 613/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CERTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
Everton Barbieri
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
CNPJ: 09.093.161/0001-41 – IE: Isento

ATA DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Assunto: Análise e acompanhamento da gestão financeira e dos investimentos referentes a setembro de 2026 e discussão sobre a utilização das fontes de recursos 100 e 551. Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h05, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do Fundo de Previdência Municipal de Cruzeiro do Oeste, com a participação do Diretor Financeiro, Hugo Henrique Saullin Alvaro, do Diretor Presidente do RPPS e do contador, para a realização da reunião ordinária destinada à análise e ao acompanhamento da gestão financeira, das aplicações dos recursos previdenciários e da discussão sobre a utilização das fontes de recursos 100 e 551, conforme as competências legais e regulamentares aplicáveis.

1. ABERTURA E PAUTA DA REUNIÃO O Diretor Financeiro, Hugo Henrique Saullin Alvaro, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou os assuntos a serem tratados, compreendendo a análise das movimentações financeiras realizadas no mês de agosto de 2026, os resgates de aplicações financeiras, as transferências recebidas do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), bem como as propostas de destinação dos recursos disponíveis e a discussão sobre a utilização das fontes de recursos 100 e 551. Na sequência, foram apresentados os esclarecimentos necessários para que os membros do Conselho Fiscal pudessem acompanhar a situação financeira do RPPS e avaliar os aspectos relacionados à liquidez, à destinação e à aplicação dos recursos previdenciários.

2. VENCIMENTO E RESGATE DAS APLICAÇÕES VÉRTICE 2026 O Diretor Financeiro informou que, por volta do dia 15 de agosto de 2026, conforme mencionado na reunião ordinária anterior, venceram os prazos das aplicações Vértice 2026 mantidas junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. No Banco do Brasil, o valor aplicado era de aproximadamente R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), no fundo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE ESPECIAL 2026 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, inscrito no CNPJ sob nº 39.255.739/0001-80. Na Caixa Econômica Federal, o valor aplicado era de aproximadamente R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), no fundo CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RF – RESP. LIMITADA, inscrito no CNPJ sob nº 56.134.800/0001-50. Foi esclarecido que, na data de vencimento da aplicação Vértice, a Caixa Econômica Federal realiza a liquidação automática do saldo aplicado, disponibilizando os recursos em conta corrente. No Banco do Brasil, por sua vez, os resgates foram realizados individualmente em cada conta, considerando que, após o encerramento do prazo prefixado, não havia garantia de manutenção das mesmas condições anteriores de taxa de administração e rentabilidade. O Diretor Financeiro ressaltou que os recursos provenientes dos resgates demandavam acompanhamento quanto à sua destinação e reaplicação, de modo a observar a política de investimentos do RPPS, os requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez e os limites estabelecidos pela regulamentação vigente. O Diretor Presidente do RPPS também destacou a importância de avaliar alternativas de investimento para os valores disponíveis, buscando compatibilizar a rentabilidade com a necessidade de disponibilidade dos recursos, conforme as obrigações previdenciárias e financeiras do Regime. Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência das informações apresentadas, ficando o acompanhamento da destinação dos valores resgatados sujeito à verificação da documentação pertinente e da conformidade das operações com as normas aplicáveis.

3. CONTROLE DOS APORTES DO PODER EXECUTIVO O Diretor Financeiro informou que os valores referentes aos aportes do Poder Executivo, mantidos na conta nº 19809-9 do Banco do Brasil, devem observar o prazo mínimo de permanência de cinco anos, contado da data de recebimento, conforme a exigência normativa apresentada durante a reunião, antes de sua efetiva utilização. Relatou, ainda, que, em conversa com o contador do RPPS, foi discutida a possibilidade de, a partir do exercício de 2027, abrir uma conta corrente específica para cada exercício financeiro, com a finalidade de segregar os valores recebidos anualmente e facilitar o controle dos respectivos prazos de permanência. A proposta foi apresentada como alternativa de organização e controle dos aportes, permitindo identificar os valores recebidos em cada exercício e acompanhar o período de permanência dos recursos. Os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência da proposta e ressaltaram a importância de manter controles contábeis e financeiros que permitam identificar a origem dos recursos, as datas de recebimento e os respectivos prazos de utilização, de forma a possibilitar a fiscalização e a verificação do cumprimento das exigências legais. Ficou registrado que a eventual implementação da medida deverá ser precedida das verificações contábeis e operacionais pertinentes, observadas as normas aplicáveis ao RPPS.

4. APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE INVESTIMENTOS PARA SETEMBRO DE 2026 O Diretor Financeiro apresentou aos membros do Conselho Fiscal as informações referentes à destinação prevista dos saldos disponíveis nas instituições financeiras, incluindo as transferências entre contas e as aplicações financeiras planejadas para setembro de 2026. **4.1. Banco do Brasil:** Na conta nº 19809-9, o saldo disponível será dividido em três partes iguais, destinadas às seguintes aplicações: BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE ESPECIAL 2032 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ nº 59.816.713/0001-70; BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2035 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ nº 49.963.829/0001-89; e BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2040 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESP. LIM., CNPJ nº 54.603.050/0001-92. Na conta nº 18080-7, o saldo será transferido para a conta nº 575268357-9 da Caixa Econômica Federal, para aplicação no fundo CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CP – RESP. LIMITADA, CNPJ nº 05.164.358/0001-73. Na conta nº 13617-4, o saldo será transferido para a conta nº 575268356-0 da Caixa Econômica Federal, para aplicação no mesmo fundo, CNPJ nº 05.164.358/0001-73. Na conta nº 18037-8, o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será transferido para a conta nº 35681-4 do Sicredi, para aplicação no fundo SICREDI – FIF EM CIC INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMA-B LP – RESPONSABILIDADE LIMITADA, CNPJ nº 11.087.118/0001-15. O saldo remanescente será transferido para a conta nº 575268359-5 da Caixa Econômica Federal, para aplicação no fundo CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CP – RESP. LIMITADA, CNPJ nº 05.164.358/0001-73. **4.2. Caixa Econômica Federal:** Foi informado que os saldos disponíveis nas contas da instituição, incluindo os valores recebidos por transferência do Banco do Brasil, serão destinados à aplicação no fundo CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA CP – RESP. LIMITADA, CNPJ nº 05.164.358/0001-73. A exceção será a conta nº 575268358-7, cujo saldo permanecerá sem aplicação financeira por se tratar de conta de natureza transitória, utilizada para o pagamento das consignações da folha de pagamento. O Conselho Fiscal destacou a importância de acompanhar a movimentação dessa conta, considerando sua finalidade específica e a necessidade de compatibilidade entre os valores movimentados e as obrigações correspondentes. **4.3. Sicredi:** Foi informado que a conta mantida junto ao Sicredi não possuía saldo anterior, de modo que o valor a ser aplicado corresponderá exclusivamente aos R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) provenientes da transferência da conta nº 18037-8 do Banco do Brasil. **4.4. Sicoob:** Foi informado que não havia saldo disponível em conta nem previsão de recebimento de recursos. Dessa forma, não foi prevista aplicação financeira nessa instituição para o mês de setembro de 2026. Após a apresentação das informações, os membros do Conselho Fiscal registraram ciência do planejamento de investimentos apresentado e destacaram a importância do acompanhamento da execução das operações, da verificação dos extratos bancários e dos comprovantes de aplicação, bem como da observância da política de investimentos, dos limites de concentração e das demais exigências legais e regulamentares. Ficou consignado que o registro de ciência pelo Conselho Fiscal não substitui as deliberações ou autorizações que, nos termos da legislação e das normas internas do RPPS, sejam de competência de outros órgãos.

5. DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS 100 E 551 O Diretor Financeiro apresentou a discussão sobre a possibilidade de utilização dos saldos das fontes de recursos 100, referente à taxa de administração, e 551, referente à compensação previdenciária, para o pagamento da folha de aposentados e pensionistas. Em relação à fonte 551, o contador esclareceu que os recursos já são tratados como destinados a pagamentos, mas que o sistema utilizado ainda não possuía a parametrização necessária para permitir sua utilização na folha de pagamento. Informou que entraria em contato com a equipe responsável pelo sistema de recursos humanos para verificar e providenciar as adequações necessárias, de modo a permitir a correta identificação e utilização dos recursos, observadas as regras aplicáveis à fonte. Quanto à fonte 100, o contador esclareceu que a questão exigiria análise mais aprofundada, consulta aos órgãos competentes e confirmação da legalidade de eventual utilização para o pagamento de aposentadorias e pensões, considerando a finalidade específica dos recursos da taxa de administração. Acrescentou que não havia precedentes conhecidos para essa forma de utilização e que o saldo excepcionalmente elevado da fonte decorria da configuração atual do RPPS, na qual os recebimentos superavam os gastos. Após os esclarecimentos, ficou registrado que a discussão não resultou em autorização para utilização da fonte 100 no pagamento da folha de aposentados e pensionistas. Eventual alteração de destinação deverá ser precedida da análise da legislação aplicável e da obtenção das manifestações e autorizações eventualmente exigidas. No exercício de suas atribuições, o Conselho Fiscal tomou ciência das informações apresentadas e ressaltou a importância de acompanhar a correta classificação contábil das receitas e despesas, a observância da finalidade legal de cada fonte de recursos e a regularidade dos procedimentos adotados pela administração do RPPS. Os membros destacaram, ainda, que as providências relativas à adequação do sistema para utilização da fonte 551 deverão ser acompanhadas quanto à sua implementação e conformidade com as normas aplicáveis, sem prejuízo da fiscalização posterior das movimentações realizadas.

6. ENCAMINHAMENTOS E ACOMPANHAMENTO PELO CONSELHO FISCAL Ao final das discussões, ficaram registrados os seguintes encaminhamentos para acompanhamento no âmbito das competências do Conselho Fiscal: I – acompanhar a destinação dos recursos provenientes dos resgates das aplicações Vértice 2026, mediante análise da documentação comprobatória das operações realizadas; II – verificar a observância dos prazos de permanência dos aportes do Poder Executivo e dos controles adotados para sua identificação e acompanhamento; III – acompanhar a execução das aplicações financeiras apresentadas, observando a política de investimentos, a liquidez, os limites de concentração e a regulamentação aplicável; IV – acompanhar as providências relacionadas à parametrização do sistema de recursos humanos para utilização da fonte 551, observadas as normas pertinentes; V – acompanhar os esclarecimentos e as eventuais consultas aos órgãos competentes quanto à possibilidade de utilização dos recursos da fonte 100, sem presumir autorização para destinação diversa daquela legalmente estabelecida. Os encaminhamentos serão objeto de acompanhamento pelo Conselho Fiscal, podendo ser solicitados documentos, esclarecimentos e informações complementares à administração do RPPS, conforme necessário ao exercício de suas atribuições.

7. ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida, discutida e aprovada, segue assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

Cruzeiro do Oeste/PR, 04 de setembro de 2026.

Documento assinado digitalmente gov.br
NURIA CRISTINA ZAMORA JACOMINI
Data: 19/10/2026 09:42:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

NURIA CRISTINA ZAMORA JACOMINI
Membro do Conselho Fiscal e Presidente

Documento assinado digitalmente gov.br
TANIA DE SOUZA PIRES
Data: 19/10/2026 09:19:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TANIA DE SOUZA PIRES
Membro do Conselho Fiscal

VIVIANE LOPES
Membros do Conselho Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ.

EXTRATO DO CONTRATO Nº43/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 48/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

CONTRATANTE: Município de Esperança Nova, Estado do Paraná, com sede na Avenida Juvenal Silva Braga, inscrito no CGC/MF nº 01.612.269/0001-91, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Everton Barbieri**.
CONTRATADO: PEDRO CARMOZINO CHUARTES PARQUE DE DIVERSOES LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de uma Empresa Especializada na INSTALAÇÃO DE 01 (UM) PARQUE DE DIVERSÕES em Comemoração ao 30º Aniversario deste Município e Comemoração do Réveillon, que correrá entre os dias 18, 20, 21, 29, 30 e 31 de dezembro de 2026, na Cidade de Esperança Nova/PR. Contendo no mínimo 9 (nove) atrações para atender as necessidades do Município de Esperança Nova/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 130.890,00 (cento e trinta mil e oitocentos e noventa reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo da vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados de 19 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Pérola, Estado do Paraná.
Esperança Nova, 19/10/2026.

EMPRESA: PEDRO CARMOZINO CHUARTES PARQUE DE DIVERSOES LTDA							
CNPJ: 21.352.173/0001-49							
ENDEREÇO: RUA PADRE SAPORITI, 745, VILA CAMARGO, VITORINO-PR							
REPRESENTANTE: PEDRO CARMOZINO CHUARTES							
E-MAIL: oliveirovilmar@gmail.com						**TEL.: (42) 99808-4815**	
LOTE	**ITENS**	**QUANT**	**UNID**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	1	1	SV	Contratação de empresa especializada para instalação de 01 (um) parque de Diversões contendo no mínimo 9 (nove) brinquedos, duração de 06 (seis) dias, com total de 30 (trinta) horas de funcionamento. Nos dias 18/20/21 e 29/30/31 de dezembro de 2026. • Samba : Plataforma metálica 15,40 x 18,00 m, movimentos de giro e oscilação. Capacidade: 45 passageiros. • Roda Gigante Estrela : 08 cadeiras tipo gaiola, travas pneumáticas e freio manual. Capacidade: 16 passageiros. • Surf: Estrutura 12 x 2,50 m, painel 8 m, LED RGB. Capacidade: 18 passageiros. • Barco Viking (Barca): Estrutura 14 x 8 x 4,20 m. Capacidade: 16 passageiros. • Touro Mecânico: Base motorizada, colchão inflável e botão de emergência. Capacidade: 01 participante. • Carrossel de Cavalos : Fibra de vidro, plataforma metálica e motor elétrico. Capacidade: 16 crianças por ciclo. • Mini Truck: 05 minis caminhões em fibra de vidro. Capacidade: 10 passageiros. • Escorregador grande Inflável : Lona reforçada com escada e proteção. Capacidade: 04 crianças. • Carreta, Playground : Cercada, capacidade de no mínimo 10 crianças. **O Valor Inclui:** • Transporte dos equipamentos. • Montagem e desmontagem. • Equipe de operadores treinados. • Gerador de energia, para todos os dias de evento. • ARTs e laudos técnicos. • Manutenção preventiva e suporte técnico. • Alimentação e hospedagem da equipe Todos os brinquedos deveram estar em bom estado e possuir um monitor por brinquedo.	PRÓPRIA	R$130.890,00	R$130.890,00

EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 021/2026.

O Município de Altônia torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 05 de novembro do ano de 2026, na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnc.org.br/), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Massapé	Pavimentação CBUQ	57.664,99 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Altônia-PR e na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnc.org.br/). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Altônia-PR, 19 de outubro de 2026.
Diego Jardim Pergo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 726

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de **R$266,25** (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), ao servidor municipal **GESSICA FERNANDES MIRANDA**, matrícula **n° 2012**, ocupante do cargo de **ARQUITETO E URBANISTA**, lotado na **MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**, no seguinte dia, local e finalidade:

Data Saída/Chegada	Horário	Destino	Motivo
20/10/2026	**Saída: 06h00min** **Chegada: 20h00min**	**Campo Mourão - PR**	***- Participação ao curso "Planejamento Eficiente, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021 - Edição Campo Mourão/PR."***

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Anderson Ribeiro Daldosso
Secretário de Governo
Portaria n° 338/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 727

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023 como também do Decreto nº 98 de 09 de Junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de **R$266,25** (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao servidor municipal **ALAN ALVES DA COSTA**, matrícula n° 1168, ocupante do cargo de **Controlador Interno**, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
20/10/2026	**Saída: 06h00min** **Chegada: 20h00min**	**Campo Mourão - PR**	***- Participação ao curso "Planejamento Eficiente, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021 - Edição Campo Mourão/PR."***

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Anderson Ribeiro Daldosso
Secretário de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 728

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023 como também do Decreto nº 98 de 09 de Junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de **R$266,25** (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao servidor municipal **JULIANE LIE OTA**, matrícula n° 3020, ocupante do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado na **MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO** seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
20/10/2026	**Saída: 06h00min** **Chegada: 20h00min**	**Campo Mourão - PR**	***- Participação ao curso "Planejamento Eficiente, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021 - Edição Campo Mourão/PR."***

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Anderson Ribeiro Daldosso
Secretário de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 730

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023 como também do Decreto nº 98 de 09 de Junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de **R$266,25** (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao servidor municipal **SARA DANIELE GONCALVES**, matrícula n° 595, ocupante do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITACOES**, lotado no **SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS-CC** seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
20/10/2026	**Saída: 06h00min** **Chegada: 20h00min**	**Campo Mourão - PR**	***- Participação ao curso "Planejamento Eficiente, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021 - Edição Campo Mourão/PR."***

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Anderson Ribeiro Daldosso
Secretário de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX (44) 3663-1579 - E-Mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco, 767- CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "Umuarama Ilustrado
Edição nº.:
Pág.:
De.:

PORTARIA Nº 729

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem.".**

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal n°. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023 como também do Decreto nº 98 de 09 de Junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER 01 (uma) diária no valor de **R$266,25** (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao servidor municipal **KETLEM EMANUELLA DA SILVA CARRASCO**, matrícula n° 1974 ocupante do cargo de **CHEFE SETOR DE GESTAO DE CONTRATO**, lotado no **SETOR DE GESTAO DE CONTRATOS-CC** seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
20/10/2026	**Saída: 06h00min** **Chegada: 20h00min**	**Campo Mourão - PR**	***- Participação ao curso "Planejamento Eficiente, Contratação Segura: Os Municípios e a Lei 14.133/2021 - Edição Campo Mourão/PR."***

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do município.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Anderson Ribeiro Daldosso
Secretário de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 134/2026
Abre crédito suplementar por superávit financeiro por fonte de recurso, embasado no disposto no artigo 5º, da Lei Municipal 2.575/2025 e artigo 18, da Lei Municipal 2.553/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica, nos termos do disposto no artigo 5º, da Lei Municipal 2.575/2025 e artigo 18, da Lei Municipal 2.553/2025, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por superávit financeiro, por fonte de recursos, apurado em 31/12/2025, no montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a seguinte ordem classificatória:

		05	SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
		05.02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Ft	Fc	0824412202020	Manutenção do IGD bolsa família	
3940	3623	4.4.90.52	Equipamentos e material permanente	20.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito de que trata o presente ato administrativo, será utilizado como recurso o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2025, de acordo com o inciso I, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n. º 4.320/64, no valor elencado no artigo 1º deste Decreto.
Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por provável superávit financeiro, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 18, § 2º, da Lei Municipal 2.553/2025, e artigo 5º, § 2º, da Lei Municipal 2.575/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 19 de outubro de 2026.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 49/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026

CONTRATANTE: Município de Esperança Nova, Estado do Paraná, com sede na Avenida Juvenal Silva Braga, inscrito no CGC/MF nº 01.612.269/0001-91.
CONTRATADO: HENRIQUE ZAMARA VIGO, inscrito(a) no CPF sob o nº 072.xxx.059-xx.
OBJETO: Este Termo de Contrato tem como objeto a locação de imóvel situado no endereço Avenida Juvenal Silva Braga, nº 50, bairro centro, no Município de Esperança Nova-PR, objeto da matrícula n° 1.166, do n° 100/98 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pérola-PR, para atender a demanda da Secretaria de Administração, Finanças, Indústria e Comércio.
VALOR TOTAL DO CONTRATO: O valor do aluguel mensal é de R$ ***1.000,00*** **(*mil reais*)**, perfazendo o valor total de R$ ***12.000,00*** **(*doze mil reais*)**.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de ***12 (doze) meses,*** com início na data de 16/10/2026 e encerramento em 16/10/2027, com início na data da assinatura, podendo ser prorrogado até o máximo de 10 (dez) anos, por acordo entre as partes, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 16 de outubro de 2026.
FORO: Comarca de Pérola, Estado do Paraná.
Esperança Nova, 16/10/2026.

ITEM	QNT	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	12	Mês	Locação de Imóvel para atender a demanda da Secretaria de Administração, Finanças, Indústria e Comércio. localizado na Avenida Juvenal Silva Braga, com área construída de 100,00 m², no Município de Esperança Nova – PR.	R$1.000,00	R$12.000,00

EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12º R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 UMUARAMA - PR
CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESUMO DE ADITIVOS E ATAS
154/2026

Termo Aditivo n.º 003/2026
Ref.: Contrato de Prestação de Serviços nº 115/2022
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12º R.S.
Contratado: **Baraviera Clínica Integrada de Serviços de Saúde Ltda**
CLÁUSULA PRIMEIRA: Ficam incluídas as sessões de fisioterapia, mediante ofício do município de Cruzeiro do Oeste anexo, conforme descrito abaixo:

Até 500 sessões mensais	Fisioterapia Domiciliar (Sessão)	R$ 22,00

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Umuarama, 19 de outubro de 2026.

ELIANA DE LIMA BERALDO
Coordenadora

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA nº. 002/2026

O Presidente da Câmara de Vereadores de Brasilândia do Sul, Rogério Cipriano da Cruz, no uso de suas atribuições, **CONVOCA** todos os senhores Vereadores para uma **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada em data de **23 de outubro de 2026, sexta-feira, às 17h**, para discussão, deliberação e votação das seguintes proposições legislativas:

- Em primeira votação: **Projeto de Lei nº. 019/2026**, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, para realização do evento denominado de Expo Brasilândia 2026, e dá outras providências.

CIENTE:

Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ ALISSON GIOVANI GOES Vereador	Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ CELIO PEREIRA Vereador
Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ JEFFERSON BEZERRA DE BRITO Vereador	Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ HAROLDO PIRES RAMOS Vereador
Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ ILSON MARCOS DOS S. JUNIOR Vereador	Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ VALDECIR ANDRADE DA SILVA Vereador
Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ VANDERLEI AUGUSTO DA SILVA Vereador	Data _____/_____/_____ Hora _____:_____ WALMIR BONIFACIO Vereador

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul,
Aos 19 de outubro de 2026.

Rogério Cipriano da Cruz
Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná
Gestão biênio 2025/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67
Rainha do Noroeste

EXTRATO: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 094/2026 - PMCG**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

ORGÃO GERENCIADOR *PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR*

FORNECEDORA: *E. DE OLIVEIRA BONOMI*

DO OBJETO: é o registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DO VALOR ESTIMADO: o valor total estimado para registro na presente Ata é de R$ 285.473,30 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta centavos).

Cidade Gaúcha/PR, 13 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Eduardo de Oliveira Bonomi
Sócio Administrador
Fornecedora

Projeto - PROJETO ORFRAL - ORQUESTRA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
01/10/2026

Código:	96593
Edital Nº:	114/2025
Esfera Administrativa:	SEEC - Secretaria de Estado da Cultura
Modalidade:	Fundo a Fundo
Título:	PROJETO ORFRAL - ORQUESTRA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
Proponente:	Juliana Saldeira do Nascimento - Pessoa Física - CPF: 050.652.699-20
E-mail:	julianasaldeira@hotmail.com
Contato:	(44)9824-9234

Identificação

Título:	PROJETO ORFRAL - ORQUESTRA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES
Abrangência:	Projetos realizados em Municípios com menos de 100 mil habitantes
Faixa Orçamentária:	Faixa Única - R$ 0,00 - R$ 1.496.690,00
Áreas do Projeto:	Eixo 1 - Programas e Políticas Públicas de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura

Categorias do Projeto - Área Eixo 1 - Programas e Políticas Públicas de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura

Ações Culturais

Apresentação

O Município de Francisco Alves, com menos de 10 mil habitantes de acordo com a pesquisa do IBGE, mas que no entanto hoje conta com mais de 12 mil habitantes, conforme relatório das Secretarias de Educação e de Saúde, uma vez que a cidade recebeu recentemente mais de 3 mil venezuelanos, que vieram para residir e trabalhar na cidade e região, trazendo consigo dificuldades financeiras para a administração para a manutenção da vida dos mesmos com qualidade, conforme eles merecem.
A Cultura é a identidade de um povo, a música é a expressão digital. Sendo assim, a música transforma o ser humano de forma muito maior que o simples fato de desenvolver um conhecimento em cantar ou tocar um instrumento, pois ativa funções cerebrais e comportamentais as quais impactam positivamente na vida cotidiana, partindo do processo de ensino-aprendizagem até p desenvolvimento e manifestação de emoções. Desta forma, o sujeito que aprnde a música tem tendência de se tornar um cidadão melhor dentro da sociedade, e uma vez que a instituição oferta ao discente essa modalidade, cria caminhos para uma evolução educacional e social, trazendo para a população alvense e demais nacionalidades uma cultura que é viva. Dessa forma a proposta de um Projeto de Orquestra Didática para a cidade, criando grupos de aprendizagem, apresentações, viabilizando a socialização e cultura acontecerá através da arte musical.

Objetivos

Tipo	Descrição
Objetivos Sigla: G	Ensinar a música e sua propriedades através do canto e da execução de instrumentos musicais. Desenvolver um Projeto de cunho socioculturall dentro dos parâmetros ligados à Educação, Cultura, Esportes e Ação Social, criando uma identidade de políticas públicas municiapais. Criar um programa de desenvolvimento musical com níveis de acesso de acordo com a progressão das turmas abertas. Produzir grupos, desde duetos até uma orquestra para eventos no Município, Estado, Nação e Mundo.

Justificativa

A implantação do Projeto no município fundamenta-se na necessidade de ampliar e qualificar o acesso à educação musical como ferramenta de formação cultural, social e educacional. A música, enquanto linguagem universal, promove desenvolvimento cognitivo, emocional e social, contribuindo diretamente para a formação integral dos alunos e para o fortalecimento da identidade cultural local. Nesse sentido, oferecer uma formação continuada em música representa um investimento direto no capital humano do município, reforçando políticas públicas de educação e cultura.

O projeto será desenvolvido por meio de aulas regulares sob orientação artística e administrativa de um maestro, acompanhado por uma equipe de instrutores especializados, garantindo um processo pedagógico estruturado e alinhado às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A metodologia adotada contempla aulas de musicalização e prática instrumental, distribuídas em duas sessões semanais que englobam canto coral, teoria musical, prática de instrumento e estudo de repertório. Essas atividades ocorrerão nos períodos da manhã e da tarde, assegurando atendimento amplo e flexível para diferentes faixas etárias e disponibilidades dos alunos.
A estrutura pedagógica proposta inclui palestras, aulas gerais integradas, ensaios de conjunto e trabalhos específicos por naipes, proporcionando formação musical completa e coerente com práticas de ensino reconhecidas em instituições de referência. Além disso, a participação obrigatória dos alunos em audições internas e externas, ensaios abertos e eventos municipais visa desenvolver disciplina, responsabilidade e experiência artística, reforçando o vínculo dos estudantes com a comunidade e ampliando sua vivência cultural.
A organização de eventos de certificação ao final de cada ciclo de aprendizagem garantirá acompanhamento formal do desenvolvimento técnico e musical dos participantes, além de valorizar seus avanços por meio de apresentações públicas. Após o concerto de estreia para os municípes, o grupo passará a representar oficialmente o município em ao menos quatro eventos anuais, podendo expandir essa participação conforme demanda e alinhamento com a gestão municipal. Essa visibilidade contribui para o fortalecimento da imagem cultural da cidade, além de incentivar o engajamento da população nas atividades promovidas pela administração pública.
A metodologia adotada, baseada em aulas coletivas, uso de instrumentos disponibilizados pelo projeto e acompanhamento de professores especialistas, possibilita otimização dos recursos e favorece a aprendizagem colaborativa. Na primeira fase do projeto, as aulas terão duração de cinquenta minutos, duas vezes por semana, atendendo até quatro turmas com no máximo 20 alunos por horário, assegurando organização, qualidade e efetividade no processo de ensino. Diante desse contexto, a implementação do Projeto de Orquestra e Fanfarra justifica-se como uma ação essencial para promover inclusão cultural

Democratização de Acesso

O Projeto tem como diretriz central a democratização do acesso à educação musical, garantindo que crianças, adolescentes e jovens do município possam participar independentemente de sua condição socioeconômica. Para isso, todas as atividades serão oferecidas de forma gratuita, assegurando igualdade de oportunidades e ampliando o alcance das políticas públicas de cultura e educação. A seleção dos participantes será realizada de maneira inclusiva, com foco na diversidade social, étnica e territorial do município, possibilitando que alunos de diferentes comunidades e realidades tenham acesso às aulas, aos instrumentos e ao acompanhamento pedagógico especializado. Além disso, o projeto disponibilizará instrumentos musicais, materiais de estudo e estrutura adequada, eliminando barreiras financeiras que normalmente impedem o ingresso de muitos estudantes na formação musical, tradicional. Como contrapartida social, o projeto promoverá ações abertas e gratuitas à comunidade, incluindo ensaios abertos, apresentações públicas, concertos didáticos e audições internas e externas. Esses eventos têm a finalidade de aproximar a população da produção artística local, estimular a participação familiar no processo formativo dos alunos e fortalecer o vínculo entre escola, cultura e sociedade. As apresentações anuais em espaços públicos, praças, escolas e eventos municipais constituem parte essencial dessa contrapartida, democratizando o acesso da população à música instrumental e contribuindo para a circulação cultural no município. Tais ações também reforçam o papel do projeto como instrumento de inclusão e integração social, ao oferecer experiências culturais qualificadas para públicos que, muitas vezes, não têm acesso a esse tipo de atividade. Além disso, o projeto incentivará a participação dos alunos em ações educativas e formativas em escolas e instituições sociais, como pequenas demonstrações musicais, rodas musicais, atividades de sensibilização e vivências culturais, ampliando o impacto social da iniciativa e estimulando o protagonismo juvenil. Dessa forma, a democratização do acesso e a contrapartida social do Projeto de Orquestra e Fanfarra se concretizam por meio da gratuidade, da inclusão social, da equidade de oportunidades e da oferta de ações culturais acessíveis, consolidando-se como uma política pública que promove cidadania, cultura e desenvolvimento humano.

Etapas de Trabalho

Etapa	Duração
1. Pré-Produção / Preparação	30 dias
Descrição: • Definição do maestro responsável e seleção dos instrutores de música. • Elaboração do plano de aulas: musicalização, teoria musical, prática instrumental e ensaios. • Distribuição das turmas, horários e níveis de aprendizado (iniciante, intermediário, avançado). • Estruturação da parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. • Elaboração de cronograma anual e metas de rendimento. • Definição do fluxo de audições internas e externas. • Preparação das salas de aula para musicalização e prática instrumental. • Checagem, aquisição ou manutenção dos instrumentos musicais. • Organização dos espaços para ensaios e apresentações. • Divulgação do projeto no município (escolas, redes sociais, rádios municipais). • Realização das inscrições e seleção dos participantes. • Organização de reuniões de acolhimento com pais/responsáveis.	

Etapas de Trabalho

Etapa	Duração
2. Produção / Execução	240 dias
Descrição: • Divulgação do projeto no município (escolas, redes sociais, rádios municipais). • Realização das inscrições e seleção dos participantes. • Organização de reuniões de acolhimento com pais/responsáveis. • Aulas semanais com no mínimo 50 minutos cada, distribuídas entre: Musicalização (canto coral, teoria musical). Prática instrumental e prática de repertório. • Atendendo no mínimo quatro turmas por semana, com no máximo 20 alunos por horário. • Ensaios gerais combinando todos os naipes. • Ensaios específicos por instrumentos. • Realização de audições internas para acompanhar o desenvolvimento dos alunos. • Registro de avanços técnicos e comportamentais. • Preparação para o evento de certificação ao fim de cada ciclo. • Estreia oficial de todas as oficinas do Projeto. • Participação em no mínimo quatro eventos anuais promovidos pelo município.	

Etapas de Trabalho

Etapa	Duração
3. Divulgação/Comercialização	60 dias
Descrição: • Criação de material de comunicação: cartazes, vídeos, fotos e releases. • Parcerias com escolas, rádios locais, secretarias e redes sociais. • Divulgação das apresentações e ações sociais em agendas culturais do município. • Agendamento das apresentações da orquestra, fanfarra e Roda de Capoeira em eventos municipais, escolas, praças, feiras culturais e festividades locais. • Participação em convites externos autorizados pela gestão municipal. • Ampliação da visibilidade do projeto, fortalecendo a imagem cultural do município. • Posicionamento do projeto como referência regional em educação musical. • Construção de identidade visual e artística do Projeto da orquestra e fanfarra. • Promoção de ações comunitárias que aproximem a população da música instrumental	

Etapas de Trabalho

Etapa	Duração
4. Pós-Produção	35
Descrição: • Registro fotográfico, audiovisual e escrito das atividades e apresentações. • Organização de portfólio anual com repertórios estudados, participações e resultados. • Avaliação da aprendizagem dos alunos por meio de relatórios e pareceres. • Reuniões internas com o maestro, instrutores e coordenação para ajustes metodológicos. • Avaliação pública por meio de formulários de feedback em eventos. • Organização e realização do evento de certificação ao final do ciclo formativo. • Entrega de certificados e apresentação do repertório preparado pelos alunos. • Redefinição das turmas e níveis para o próximo ano. • Ajuste da metodologia com base nas avaliações internas. • Preparação de cronograma, orçamento e estratégias para continuidade do projeto.	

Plano de Realização do Projeto

Localidade	Local	Início	Termino	Duração
FRANCISCO ALVES	CASA DA CULTURA MÁRIO MISTURA	10/01/2026	30/10/2027	659 dia(s)

Fichas Técnicas / Currículos

Tipo Pessoa:	Pessoa Física
Função:	COORDENADORA DE CULTURA
Nome:	JULIANA SALDEIRA DO NASCIMENTO
Nome Artístico:	
CPF:	050.652.699-20
Valor:	R$ 4.500,00
Área de atuação:	COORDENAÇÃO DE CULTURA
Formação/Titulação:	PEDAGOGIA/GEOGRAFIA/PÓS GRADUADA EM ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO/ CURSOS: FUNDAMENTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL/ FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA E PNAB/ AGENTE CULTURAL/ ECONOMIA CRIATIVA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL/ ANALISTA E PARECERISTA DE PROJETOS CULTURAIS/ GESTÃO DE PROJETOS CULTURAIS/ FOMENTO E GESTÃO DE CULTURA / TALENTO TECH/ ANIMAÇÃO DIGITAL/ EDIÇÃO DE VÍDEO ENTRE OUTROS.
Atuação Profissional:	COORDENAÇÃO DE CULTURA
Informe Sobre Produções:	FEIRAS/FESTIVAIS DE MÚSICAS/PROJETOS CULTURAIS LOCAIS/ PROJETOS NA BIBLIOTECA
Mencione os dois últimos trabalhos realizados:	FEIRAS/FESTIVAIS DE MÚSICAS/PROJETOS CULTURAIS LOCAIS/ PROJETOS NA BIBLIOTECA/ FESTIVAL DE MÚSICA
Mencione as duas principais participações em eventos:	IDEALIZADORA E ORGANIZADORA DE PROJETOS FEIRAS DO ARTESANATO/ FESTIVAL DE MÚSICA/ PEDALADA DA INDEPENDÊNCIA
Destaque as principais realizações:	
Prêmios recebidos e títulos:	
Outras informações complementares e relevantes:	

Orçamento Detalhado

1. Pré-Produção/Preparação

Orçamento Proposto				Orçamento Atual (Aprovado)			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
DIVULGAÇÃO EM REDE/CARRO DE SOM	20	R$ 150,00	R$ 3.000,00	~~DIVULGAÇÃO EM REDE/CARRO DE SOM~~	~~0~~	~~R$ 0,00~~	~~R$ 0,00~~
CONTRAPARTIDA	0	R$ 0,00	R$ 0,00	CONTRAPARTIDA	1	R$ 9.452,91	R$ 9.452,91
Percentual: 1,46 %		**Total:**	R$ 3.000,00	**Percentual: 1,46 %**		**Total:**	R$ 9.452,91

2. Produção/Execução

Orçamento Proposto				Orçamento Atual (Aprovado)			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
EXECUÇÃO DO PROJETO	880	R$ 160,00	R$ 140.800,00	EXECUÇÃO DO PROJETO	1	R$ 126.038,81	R$ 126.038,81
COMPLEMENTO NA COMPRA DE INSTRUMENTOS (RENDIMENTOS)	0	R$ 0,00	R$ 0,00	COMPLEMENTO NA COMPRA DE INSTRUMENTOS (RENDIMENTOS)	1	R$ 10.310,67	R$ 10.310,67
Percentual: 68,75 %		**Total:**	R$ 140.800,00	**Percentual: 68,75 %**		**Total:**	R$ 136.349,48

3. Divulgação/Comercialização

Orçamento Proposto				Orçamento Atual (Aprovado)			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
ÁGUA/LUZ/TRANSPORTE	1	R$ 20.000,00	R$ 20.000,00	~~ÁGUA/LUZ/TRANSPORTE~~	~~0~~	~~R$ 0,00~~	~~R$ 0,00~~
Percentual: 9,77 %		**Total:**	R$ 20.000,00	**Percentual: 9,77 %**		**Total:**	R$ 0,00

4. Pós-Produção

Orçamento Proposto				Orçamento Atual (Aprovado)			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
EVENTO PARA APRESENTAÇÃO: PALCO, SOM E DECORAÇÃO	1	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	~~EVENTO PARA APRESENTAÇÃO: PALCO, SOM E DECORAÇÃO~~	~~0~~	~~R$ 0,00~~	~~R$ 0,00~~
Percentual: 14,65 %		**Total:**	R$ 30.000,00	**Percentual: 14,65 %**		**Total:**	R$ 0,00

4.1. Custos Administrativos

Orçamento Proposto				Orçamento Atual (Aprovado)			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
GESTOR/COORDENAÇÃO	1	R$ 11.000,00	R$ 11.000,00	~~GESTOR/COORDENAÇÃO~~	~~0~~	~~R$ 0,00~~	~~R$ 0,00~~
Percentual: 5,37 %		**Total:**	R$ 11.000,00	**Percentual: 5,37 %**		**Total:**	R$ 0,00

4.2. Impostos/Taxas/Seguros

Orçamento Proposto				Orçamento Atual (Aprovado)			
Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Percentual: 0 %		**Total:**	R$ 0,00	**Percentual: 0 %**		**Total:**	R$ 0,00
TOTAL GERAL:			R$ 204.800,00	**TOTAL GERAL:**			R$ 145.802,39

Fontes de Financiamento

Resumo do orçamento	Valor	Percentual
Recursos Próprios do Proponente	R$ 9.452,91	100,00 %
Total	**R$ 9.452,91**	

Plano Básico de Divulgação

Tipo de divulgação	Peça de divulgação	Dimensão/Duração	Quantidade
Veículo de Comunicação	REDE VIRTUAL/CARRO DE SOM/JORNAL	ANO INTEIRO	6

Plano de Distribuição de Produtos

	Quantidade	Nº Gratuitos		Nº Venda		Preços		Receita		
Evento / Produto	Exemplares - Ingressos	Incentivador	Outros	Normal	Promo.	Normal	Promo.	Normal	Promo.	Total

Público Alvo

Público Alvo	Especificação	Público Estimado
Menores que 12 anos (Entre 0 e 12 anos)	CRIANÇAS EM FASE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	80
De 12 a 18 anos (Maiores que 12 e menores que 18 anos)	CRINAÇAS EM FASE ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	20
Maior que 18 anos (A partir de 18 anos)	JOVENS E ADULTOS INTERESSADOS	20

PÉROLA
GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO N° 269, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: *Autoriza abertura Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2026, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2026 e no Plano Plurianual de 2026-2029.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 3.784 de 19 de dezembro de 2025,

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município e incluído nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) por anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:

Órgão.....: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.01 Dep. de Agric., Pecuária e Meio Ambiente
18.541.0014.2.053 Manutenção do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-719 R$ 8.000,00

Órgão.....: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.01 Dep. de Agric., Pecuária e Meio Ambiente
20.608.0014.2.084 Realização do Simpósio do Leite – Pérola mais Leite
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000)-748 R$ 3.500,00

TOTAL **R$ 11.500,00**

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.01 Dep. de Agric., Pecuária e Meio Ambiente
18.541.0014.2.053 Manutenção do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. (FR 000)-715 R R$ 6.000,00
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA (FR 000)-717 R R$ 2.000,00

Órgão.....: 12 S. M. AGR. PEC. MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 12.01 Dep. de Agric., Pecuária e Meio Ambiente
20.608.0014.2.084 Realização do Simpósio do Leite – Pérola mais Leite
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 000)-747 R$ 3.500,00

TOTAL **R$ 11.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 19 de outubro de 2026.

VALDETE CUNHA
Prefeita

CIUENP
SAMU 192 NOROESTE PR
Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

A Agente de Contratação comunica aos interessados na execução do objeto do **Edital De Pregão Eletrônico N.º 28/2026**, Tipo: Menor Preço, que após a análise e apuração da proposta de preços ofertada, bem como dos documentos de habilitação, decidiu classificar as seguintes proponentes:

REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N.º 28/2026.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Hospitalares que serão utilizados nos atendimentos de urgência e emergência para atender a Central de Regulação e as bases Descentralizadas do CIUENP – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.

LOTE 01
Proponente MACMED SOLUCOES EM SAUDE
Situação: Classificado / Vencedor

LOTE 02
Proponente MEDICAL IMPORT LTDA
Situação: Classificado / Vencedor

LOTE 03, 05 e 06
Proponente ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Situação: Classificado / Vencedor

LOTE 04
Proponente CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
Situação: Classificado / Vencedor

LOTE 07
Proponente ROYAL ATACADISTA E COMERCIO EIRELI
Situação: Classificado / Vencedor

LOTE 08
Situação: Sem Vencedor

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação deste Edital de Classificação, a Autoridade Competente dará vistas do respectivo processo licitatório com prosseguimento para homologação.
Umuarama/PR, 19 de outubro de 2026.
INGRID ELLEN VIEIRA PRETTI RONQUIM
Agente de Contratação CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67
Rainha do Noroeste

EXTRATO: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 092/2026 - PMCG**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

ORGÃO GERENCIADOR *PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR*

FORNECEDORA: *BARÃOSEG LTDA*

DO OBJETO: é o registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DO VALOR ESTIMADO: o valor total estimado para registro na presente Ata é de R$ 3.333,60 (três mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

Cidade Gaúcha/PR, 13 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Diane Bertuol Longo
Sócia Administradora
Fornecedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67
Rainha do Noroeste

EXTRATO: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 093/2026 - PMCG**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

ORGÃO GERENCIADOR *PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA/PR*

FORNECEDORA: *C Z ZOLIM*

DO OBJETO: é o registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DO VALOR ESTIMADO: o valor total estimado para registro na presente Ata é de R$ 98.250,00 (noventa e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

Cidade Gaúcha/PR, 13 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Mateus Augusto Zolim
Sócio Administrador
Fornecedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026
EDITAL DE ABERTURA N° 01.001/2026
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL 15.001/2026
Registrado no memorando online sob o n° 3737/2025

A Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, nas disposições contidas na Lei Orgânica do Município e suas posteriores alterações, na Lei Municipal nº 1247/2003 e suas posteriores alterações, Lei Municipal nº 2435/2025 e suas posteriores alterações e demais legislação pertinente do Município de Guaíra, Estado do Paraná, resolve:

1. - DIVULGAR, o Anexo Único, sendo o resultado final com a classificação final dos candidatos aprovados, por cargo, na forma estabelecida no item 18, do Processo de Seleção de Pessoal - Concurso Público nº 001 - Edital n˚ 01.001/2026, para ampla concorrência, afrodescendente e portador de deficiência, após a análise dos recursos da classificação preliminar.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra/PR, 07 de outubro de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO

ANEXO ÚNICO – CLASSIFICAÇÃO FINAL

AMPLA CONCORRÊNCIA

Inscrição	Cargo	CANDIDATO(A)	Obj	Prat	Disc	Tit	Nota Final	Classif	CE	PORT	MAT	CG	INF	Data Nasc
11112867	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	CHEILA CRISTIANE VIANA	59,50		20,00		79,50	1	42,50	5,00	3,00	4,00	5,00	18/06/1987
11112720	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GABRIEL HENRIQUE ALOISIO	60,00		17,00		77,00	2	40,00	5,00	5,00	5,00	5,00	14/12/1994
11110920	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RAFAEL ALEXANDRE BORGES	55,50		17,00	2,00	74,50	3	37,50	3,00	5,00	5,00	5,00	05/03/1985
11113330	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	TÂNIA MARIA CANDIL	50,00		17,00	2,00	69,00	4	35,00	3,00	4,00	4,00	4,00	10/05/1972
11111450	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JESSICA BRUM BARANCELLI	47,50		17,00	1,00	65,50	5	32,50	4,00	4,00	5,00	2,00	02/09/1993
11113062	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	FRANCESLY TIBER	49,50		13,00	2,00	64,50	6	32,50	5,00	3,00	4,00	5,00	16/05/1980
11110973	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MARCOS PAULO HAWERROTH	50,50		13,00	1,00	64,50	7	32,50	5,00	3,00	5,00	5,00	28/10/1991
11114281	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	CAMILA CORAZZA GOMES NUNES	52,00		10,00	2,00	64,00	8	35,00	4,00	4,00	4,00	5,00	12/09/1988
11111144	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	SILMAX CORREIA BORGES	44,50		17,00		61,50	9	27,50	4,00	4,00	5,00	4,00	19/06/1998
11114376	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JACQUELINE EVELYN FRANJOTTI	45,00		13,00	2,00	60,00	10	30,00	3,00	4,00	3,00	5,00	02/01/1995
11113551	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MANOEL ROBERTO MARON	47,00		13,00		60,00	11	30,00	4,00	4,00	5,00	4,00	13/07/2004
11112795	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	SANDRO HENRIQUE GONCALVES PINTO	44,50		13,00		57,50	12	27,50	4,00	4,00	5,00	4,00	10/04/1971
11111643	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GEAN LUCAS SILVESTRE FARIAS	47,00		10,00		57,00	13	30,00	5,00	3,00	4,00	5,00	28/02/2002
11111174	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JOSé ANTôNIO LUCAS VIRGINOTI DIAS	44,00		13,00		57,00	14	25,00	5,00	4,00	5,00	5,00	21/10/1997
11114576	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	ELEANDRO PAZ DOMINGOS	43,00		13,00		56,00	15	30,00	4,00	3,00	2,00	4,00	29/10/1988
11114279	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	NATALIA MARIA DE OLIVEIRA DE SOUZA PEDROZO	42,50		13,00		55,50	16	27,50	4,00	3,00	4,00	4,00	12/03/1997
11113202	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GABRIEL MATEUS KOCHEM	40,50		13,00	2,00	55,50	17	22,50	3,00	5,00	5,00	5,00	28/03/2002
11114240	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	VINICIUS CHAGAS PIAIA	42,00		13,00		55,00	18	25,00	4,00	4,00	4,00	5,00	16/06/2001
11111024	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	FABIO SILVEIRA VON HERTWIG	40,50		13,00	1,00	54,50	19	27,50	3,00	4,00	3,00	3,00	11/05/1988
11110938	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	DARA DE MORAIS BENCK	41,50		13,00		54,50	20	27,50	3,00	3,00	4,00	4,00	20/08/2005
11113849	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RICARDO KLEM MOREIRA	40,00		13,00	1,00	54,00	21	30,00	1,00	3,00	3,00	3,00	15/12/1981
11111428	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MAYARA DA SILVA BEZERRA	39,50		13,00		52,50	22	27,50	2,00	2,00	4,00	4,00	14/07/1998
11113813	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	VINICIUS MENDES GIROLOMETO	42,50		10,00		52,50	23	27,50	5,00	5,00	3,00	2,00	02/11/2001
11114270	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	DAIANE VIEIRA DIERINGS	39,00		10,00	1,00	50,00	24	25,00	4,00	1,00	4,00	5,00	13/04/1989
11112533	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MIKE ALVES BARBOSA	37,00		13,00		50,00	25	20,00	4,00	4,00	5,00	4,00	22/08/1992
11114291	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	LUCAS JULIANO LIEBSCH MARQUES	36,50		13,00		49,50	26	22,50	3,00	3,00	3,00	5,00	10/03/2005
11111103	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	GUSTAVO PISTA SILVA	36,00		13,00		49,00	27	20,00	4,00	2,00	5,00	5,00	20/01/2002
11114000	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	JUNIOR CESAR DOS SANTOS	38,00		10,00		48,00	28	25,00	4,00	3,00	3,00	3,00	08/06/1996
11110968	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RODOLFO FELIPE FERNANDES BOSCHINI	35,00		13,00		48,00	29	20,00	4,00	3,00	3,00	5,00	21/06/1989
11113534	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	RICARDO FERNANDES	35,00		13,00		48,00	30	20,00	3,00	3,00	4,00	5,00	03/07/2000
11113052	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	APARECIDO CONCEIÇÃO BONFIM	37,50		10,00		47,50	31	27,50	2,00	1,00	3,00	4,00	08/12/1972
11114322	ENFERMEIRO PADRÃO	ELIANE GIMENÉS PARRA	59,00				#	#	49,00	2,00	0,00	4,00	4,00	08/10/1961
11111221	ENFERMEIRO PADRÃO	PAMELA CAROLINE FERREIRA DA SILVA	57,50				#	#	45,50	4,00	0,00	4,00	4,00	04/02/1996
11110850	ENFERMEIRO PADRÃO	ROZANE ZOTTI	56,00				#	#	42,00	8,00	2,00	0,00	4,00	07/02/1985
11113411	ENFERMEIRO PADRÃO	GABRIELE DIAS WELTER	50,00				#	#	42,00	2,00	4,00	0,00	2,00	12/04/1988
11112408	ENFERMEIRO PADRÃO	LETICIA VIANA DOS SANTOS	53,00				#	#	42,00	0,00	4,00	4,00	3,00	25/01/2001
11114253	ENFERMEIRO PADRÃO	MARIANA DE ASSIS DA SILVA	53,00				#	#	42,00	0,00	4,00	3,00	4,00	18/06/2003
11112985	ENFERMEIRO PADRÃO	LUCAS DE SOUZA CAMARGO SANTOS	88,50				88,50	1	66,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/01/1995
11111012	ENFERMEIRO PADRÃO	CARLOS HENRIQUE MANGER BACHS	84,00				84,00	2	56,00	10,00	8,00	5,00	5,00	20/02/2002
11113635	ENFERMEIRO PADRÃO	LETICIA SCHMOELLER	83,50				83,50	3	59,50	8,00	8,00	4,00	4,00	31/12/1987
11113948	ENFERMEIRO PADRÃO	NATHIELY ROCHA VALIGUSKI	83,00				83,00	4	56,00	10,00	8,00	4,00	5,00	15/09/1994
11114003	ENFERMEIRO PADRÃO	CAMILA BRANDãO MACHADO DE CAMPOS HENRIQUE	81,50				81,50	5	59,50	8,00	6,00	5,00	3,00	10/09/1981
11113734	ENFERMEIRO PADRÃO	JESSICA EMELYN DOS SANTOS GAUDENCIO	80,50				80,50	6	59,50	8,00	6,00	3,00	4,00	08/12/1990
11110849	ENFERMEIRO PADRÃO	ANA CAROLINE MEIRA GARCIA	79,00				79,00	7	56,00	8,00	6,00	4,00	5,00	30/05/2002
11110851	ENFERMEIRO PADRÃO	VANESSA CRISTINA ZOTTI	77,50				77,50	8	59,50	4,00	6,00	4,00	4,00	13/06/1990
11111740	ENFERMEIRO PADRÃO	KRYSTEN DUTRA COSTA	75,50				75,50	9	52,50	8,00	6,00	4,00	5,00	24/03/2001
11111158	ENFERMEIRO PADRÃO	FRANCIELE GONZALES LOPES TANAKA	75,00				75,00	10	56,00	6,00	4,00	4,00	5,00	28/03/1986
11112772	ENFERMEIRO PADRÃO	ERCILENE ROSA LEANDRO DE ALMEIDA	74,50				74,50	11	52,50	8,00	6,00	3,00	5,00	12/06/1978
11112245	ENFERMEIRO PADRÃO	FABIANO FAGUNDES MARQUES	74,00				74,00	12	49,00	8,00	10,00	4,00	3,00	29/08/1990
11111231	ENFERMEIRO PADRÃO	INGRID BASTOS ALVES	73,50				73,50	13	59,50	6,00	2,00	4,00	2,00	29/07/1992
11111162	ENFERMEIRO PADRÃO	DAMARIS DA ROCHA BLEMER	73,50				73,50	14	52,50	8,00	6,00	4,00	3,00	15/06/2003
11110970	ENFERMEIRO PADRÃO	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	73,00				73,00	15	56,00	6,00	6,00	3,00	2,00	28/01/1983
11113852	ENFERMEIRO PADRÃO	NATHALIA DA SILVA MIRANDA	73,00				73,00	16	49,00	8,00	8,00	3,00	5,00	25/03/2004
11112055	ENFERMEIRO PADRÃO	CAMILA DE OLIVEIRA SEEHAGEL DA SILVA	72,00				72,00	17	56,00	4,00	6,00	3,00	3,00	17/11/2004
11111046	ENFERMEIRO PADRÃO	NáTALY DIAS DA SILVA TEMISTOCLE	72,00				72,00	18	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	02/12/1997
11110990	ENFERMEIRO PADRÃO	BRUNA DA CONCEIçãO SILVA	72,00				72,00	19	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	28/08/1999
11111739	ENFERMEIRO PADRÃO	THAUANY KAROLINE DE SOUSA GON	71,50				71,50	20	52,50	8,00	4,00	4,00	3,00	05/12/2004
11113227	ENFERMEIRO PADRÃO	GIOVANNA MOTA DOS REIS	71,50				71,50	21	52,50	8,00	2,00	4,00	5,00	18/08/2003
11111154	ENFERMEIRO PADRÃO	MILENA DUMMER	71,50				71,50	22	52,50	6,00	4,00	5,00	4,00	02/06/1998
11112829	ENFERMEIRO PADRÃO	ISADORA MANETTI ZANATTA	71,50				71,50	23	52,50	4,00	6,00	5,00	4,00	02/04/1997
11112191	ENFERMEIRO PADRÃO	LORENA CAROLINE CORREA	71,50				71,50	24	45,50	10,00	8,00	4,00	4,00	21/12/1999
11113108	ENFERMEIRO PADRÃO	MIRLENE GONTIJO LOPES	71,00				71,00	25	49,00	8,00	8,00	3,00	3,00	26/02/1990
11110916	ENFERMEIRO PADRÃO	DANYELE VIANA COSTA	70,50				70,50	26	52,50	8,00	4,00	3,00	3,00	09/01/1999
11111999	ENFERMEIRO PADRÃO	JAQUELINE DOS SANTOS SOUSA	70,50				70,50	27	52,50	6,00	4,00	3,00	5,00	13/12/1990
11111482	ENFERMEIRO PADRÃO	DANIEL SPITTEL BARBOZA MUNIZ DE OLIVEIRA	70,50				70,50	28	45,50	10,00	6,00	4,00	5,00	14/09/2004
11112019	ENFERMEIRO PADRÃO	KEMILY OHANI DE SOUZA DO NASCIMENTO	69,50				69,50	29	52,50	6,00	6,00	2,00	3,00	11/07/1993
11110854	ENFERMEIRO PADRÃO	IGOR GABRIEL APRIGIO GOMES	68,50				68,50	30	45,50	8,00	6,00	4,00	5,00	24/04/2002
11114285	ENFERMEIRO PADRÃO	ADRIANO TESINI HIRONO	68,00				68,00	31	49,00	4,00	8,00	3,00	4,00	15/04/1999
11114421	ENFERMEIRO PADRÃO	KARINA SANTANA REGO	67,50				67,50	32	52,50	2,00	8,00	1,00	4,00	04/03/1977
11113440	ENFERMEIRO PADRÃO	TAIS DOMICIANO CORREIA AULER BEDIN	67,00				67,00	33	56,00	2,00	4,00	4,00	1,00	11/08/1987
11110964	ENFERMEIRO PADRÃO	SANDRA SOARES RAMOS	67,00				67,00	34	49,00	8,00	4,00	5,00	1,00	14/12/1981
11110859	ENFERMEIRO PADRÃO	NICOLE GIOVANA TELES DA SILVA	66,50				66,50	35	52,50	2,00	4,00	3,00	5,00	06/07/2002
11113293	ENFERMEIRO PADRÃO	ALEXANDRO APARECIDO LOURENÇO	66,50				66,50	36	45,50	6,00	6,00	4,00	5,00	01/04/1989
11112403	ENFERMEIRO PADRÃO	DANIELE LAGUNA	66,00				66,00	37	56,00	2,00	2,00	3,00	3,00	14/01/1986
11114044	ENFERMEIRO PADRÃO	CLEZIANE FERNANDES	66,00				66,00	38	49,00	4,00	6,00	3,00	4,00	26/09/1999
11110826	ENFERMEIRO PADRÃO	MIKAELLA BASTOS DA SILVA	65,50				65,50	39	45,50	8,00	2,00	5,00	5,00	10/10/2003
11114086	ENFERMEIRO PADRÃO	RAYAN DIAS DE PAULA	64,00				64,00	40	49,00	2,00	6,00	3,00	4,00	01/04/2003
11112877	ENFERMEIRO PADRÃO	GABRIELA MORAIS MENDONçA	63,50				63,50	41	45,50	6,00	4,00	4,00	4,00	31/07/2003
11114193	ENFERMEIRO PADRÃO	PATRICIA DE SOUZA ROSEMBERGER	62,00				62,00	42	49,00	4,00	2,00	4,00	3,00	22/10/1989
11111280	ENFERMEIRO PADRÃO	ISABELA RAMOS DORNELES DOS SANTOS	62,00				62,00	43	49,00	4,00	2,00	4,00	3,00	25/12/2002
11110894	ENFERMEIRO PADRÃO	LARISSA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA	62,00				62,00	44	49,00	2,00	6,00	2,00	3,00	30/04/2002
11113936	ENFERMEIRO PADRÃO	DIOGO LOPES DE Sá	62,00				62,00	45	42,00	6,00	8,00	4,00	2,00	26/12/2006
11110934	ENFERMEIRO PADRÃO	PEDRO HENRIQUE DIAS CASARIN	62,00				62,00	46	42,00	6,00	6,00	3,00	5,00	02/10/2004
11113388	ENFERMEIRO PADRÃO	ROGER DOS SANTOS	61,50				61,50	47	52,50	2,00	4,00	2,00	1,00	07/09/1988
11111324	ENFERMEIRO PADRÃO	GADIEL EDUARDO FLORES DIAZ	61,50				61,50	48	45,50	6,00	4,00	3,00	3,00	24/03/1994
11111122	ENFERMEIRO PADRÃO	NATIELY DE SOUZA COELHO	61,00				61,00	49	49,00	6,00	2,00	3,00	1,00	24/12/1999
11111230	ENFERMEIRO PADRÃO	PAULA THAIMARA PIFFER CHAVES	61,00				61,00	50	42,00	6,00	6,00	4,00	3,00	09/07/1988
11114102	ENFERMEIRO PADRÃO	ANA CLARA MARTINS RIBEIRO	60,50				60,50	51	38,50	6,00	8,00	4,00	4,00	04/05/2004
11111297	ENFERMEIRO PADRÃO	KAILAINE DA SILVA PORTO	60,00				60,00	52	42,00	4,00	6,00	4,00	4,00	04/09/2003
11111105	ENFERMEIRO PADRÃO	ARACELI CRISTINA DE LIMA	59,00				59,00	53	49,00	2,00	2,00	4,00	2,00	03/07/1979
11111437	ENFERMEIRO PADRÃO	AMANDA RODRIGUES MARCATO	59,00				59,00	54	42,00	8,00	2,00	3,00	4,00	23/10/2003
11113053	ENFERMEIRO PADRÃO	LEUZA BATISTA SILVA	59,00				59,00	55	42,00	6,00	4,00	3,00	4,00	17/10/1973
11112329	ENFERMEIRO PADRÃO	GRAZIELE CAROLINA MARIANO MARQUES	58,50				58,50	56	45,50	4,00	4,00	2,00	3,00	23/11/2001
11113419	ENFERMEIRO PADRÃO	ARLETE MERLI	58,50				58,50	57	45,50	2,00	4,00	3,00	4,00	20/07/1987
11114006	ENFERMEIRO PADRÃO	CAIO HENRIQUE GOMES	58,50				58,50	58	38,50	8,00	6,00	3,00	3,00	03/04/1996
11110903	ENFERMEIRO PADRÃO	JULIA TAYNA DE MOURA	58,00				58,00	59	42,00	6,00	4,00	3,00	3,00	20/12/2005
11114259	ENFERMEIRO PADRÃO	LARISSA HERCULANO DA SILVA	57,50				57,50	60	38,50	10,00	2,00	4,00	3,00	03/04/1996
11111108	ENFERMEIRO PADRÃO	GEYSA JACINTO DA SILVA	57,00				57,00	61	42,00	6,00	4,00	3,00	2,00	02/03/1998
11110904	ENFERMEIRO PADRÃO	ELAINE XAVIER PERALTA DENIS	57,00				57,00	62	42,00	4,00	4,00	2,00	5,00	11/09/1995
11111829	ENFERMEIRO PADRÃO	TAINARA CAROLINE DINIZ CRISTINO	56,50				56,50	63	45,50	2,00	4,00	3,00	2,00	03/12/1996
11110921	ENFERMEIRO PADRÃO	HELLICA REGINA DA CUNHA	56,50				56,50	64	45,50	2,00	4,00	2,00	3,00	15/11/1989
11113010	ENFERMEIRO PADRÃO	AMANDA CAMARGO DA SILVA	56,00				56,00	65	42,00	4,00	6,00	2,00	2,00	06/07/1997
11113444	ENFERMEIRO PADRÃO	JULIA DOS SANTOS CORREIA	56,00				56,00	66	42,00	4,00	4,00	2,00	4,00	14/05/2004
11113016	ENFERMEIRO PADRÃO	ROSANA MARIA SILVA DE SOUZA REICHENBACH	55,50				55,50	67	45,50	2,00	4,00	3,00	1,00	17/11/1972
11113368	ENFERMEIRO PADRÃO	STEFFANIE LOURRAYNE DE MELO MORET	55,00				55,00	68	42,00	4,00	4,00	3,00	2,00	10/02/1992
11114280	ENFERMEIRO PADRÃO	MARCIA APARECIDA FABIANI	54,00				54,00	69	42,00	2,00	4,00	3,00	3,00	09/12/1967
11114039	ENFERMEIRO PADRÃO	KAUANY GABRIELLE PEREIRA CARVALHO	53,00				53,00	70	42,00	4,00	2,00	3,00	2,00	17/07/2004
11114042	ENFERMEIRO PADRÃO	KELLY FERNANDES GOMES MILANI	53,00				53,00	71	35,00	10,00	2,00	3,00	3,00	20/01/2005
11114124	ENFERMEIRO PADRÃO	KARINE MEIRELES PRIMO	53,00				53,00	72	35,00	8,00	4,00	3,00	3,00	06/04/2004
11110839	ENFERMEIRO PADRÃO	DANIELE DA SILVA FIGUEIREDO	52,50				52,50	73	45,50	2,00	2,00	2,00	1,00	25/11/2002
11112263	ENFERMEIRO PADRÃO	GEOVANA MARQUES VAIM	51,50				51,50	74	38,50	4,00	6,00	2,00	1,00	02/12/2003
11112662	ENFERMEIRO PADRÃO	MARIA LUISA DE MEIRELES GUTIERRES	51,50				51,50	75	38,50	2,00	4,00	4,00	3,00	27/11/1999
11111733	ENFERMEIRO PADRÃO	AGILENO ANTONIO DA SILVA	51,00				51,00	76	42,00	2,00	2,00	3,00	2,00	23/03/1982
11111073	ENFERMEIRO PADRÃO	WELLINGTON HENRIQUE DOS SANTOS	51,00				51,00	77	35,00	6,00	6,00	2,00	2,00	29/01/2002
11111268	ENFERMEIRO PADRÃO	TAUANE SAIDEFUSS GUATIERRI	50,00				50,00	78	42,00	2,00	2,00	3,00	1,00	20/02/2003
11111038	ENFERMEIRO PADRÃO	NATASHA OTELAKOSKI CARDOSO DOS SANTOS	50,00				50,00	79	35,00	6,00	4,00	2,00	3,00	18/06/2005
11111459	ENFERMEIRO PADRÃO	ANA PAULA PIES	50,00				50,00	80	35,00	2,00	6,00	3,00	4,00	28/11/1982
11113694	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANTHONY BORGES MARQUES	56,50				#	#	38,50	4,00	10,00	4,00	0,00	16/12/2008
11114304	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANGéLICA RAFAELLA ORTELAN	54,50				#	#	38,50	4,00	8,00	4,00	0,00	13/11/1984
11114313	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ARIANE FRANCISCA DE SOUZA	51,50				#	#	38,50	4,00	0,00	4,00	5,00	11/11/1994
11113981	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	HELOÍSA VICTÓRIA DA SILVA SERAFIM	78,50				78,50	1	59,50	4,00	8,00	4,00	3,00	03/05/2007
11113714	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JULIANA APOLINARIO DA SILVA MARTINS	73,50				73,50	2	52,50	6,00	8,00	4,00	3,00	03/12/1983
11113874	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CAIO SOUZA PRADO	72,00				72,00	3	49,00	8,00	8,00	4,00	3,00	08/05/1989
11113513	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FELIPE BRIAN JANDREI NEOTTE	71,50				71,50	4	52,50	4,00	6,00	5,00	4,00	28/08/2002
11110955	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LIA LEAL MACIEL	71,50				71,50	5	45,50	8,00	10,00	4,00	4,00	26/11/1991
11110929	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ÉRIKA SABRINA GOMES DE SOUZA	69,50				69,50	6	52,50	4,00	6,00	4,00	3,00	21/07/2005
11113530	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANA CAROLINA DO CARMO DA SILVA	67,50				67,50	7	45,50	6,00	8,00	4,00	4,00	12/08/1999
11114021	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCOS RAFAEL DE SOUZA GOMES	66,50				66,50	8	45,50	2,00	10,00	4,00	5,00	20/10/2005
11111310	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	DANIELA FREIRE DA NATIVIDADE	66,00				66,00	9	49,00	4,00	6,00	4,00	3,00	12/07/1973
11113526	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LETÍCIA SUSKI LOPES	63,50				63,50	10	45,50	4,00	8,00	4,00	2,00	17/04/2006
11113834	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARIA RITA DOS SANTOS WORMS	63,00				63,00	11	42,00	4,00	10,00	4,00	3,00	10/10/2007
11113686	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RENAN HENRIQUE SILVESTRE CARDINAL	62,00				62,00	12	42,00	8,00	4,00	5,00	3,00	30/05/2005
11111137	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	PAULA DANUSA CORREA FURTUNA WATANABE	61,50				61,50	13	45,50	4,00	4,00	4,00	4,00	26/08/1992
11113720	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ROBSON DE MELO SOUZA	61,50				61,50	14	38,50	6,00	8,00	4,00	5,00	03/01/1987
11111225	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAISSA VILA NOVA DE MEL	59,00				59,00	15	42,00	4,00	6,00	3,00	4,00	22/07/2008
11110925	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCIA MÔNICA ANTUNES AMARO DA SILVA	59,00				59,00	16	42,00	2,00	8,00	4,00	3,00	19/01/1989
11113666	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	BRENDA TEODORO DA SILVA MOESCH MEIRA	58,50				58,50	17	38,50	6,00	6,00	4,00	4,00	13/06/2003
11113910	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MATEUS HENRIQUE DE PAULA AZEVEDO	58,50				58,50	18	38,50	4,00	8,00	4,00	4,00	02/09/2001
11113119	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	AUGUSTO ZOTTI	57,00				57,00	19	42,00	2,00	6,00	4,00	3,00	16/12/2010
11112314	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	NEI VARGAS SOARES APARECIDO	57,00				57,00	20	35,00	8,00	8,00	4,00	2,00	25/02/1981
11111239	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LUCAS TAILON DA SILVA	57,00				57,00	21	35,00	4,00	10,00	4,00	4,00	09/01/2007
11111436	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LORENA BORGES	56,50				56,50	22	38,50	4,00	6,00	4,00	4,00	02/10/2006
11113059	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ALEXANDRO DE FARIAS DE SOUZA	56,00				56,00	23	42,00	2,00	4,00	4,00	4,00	09/06/1987
11110869	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RAFAEL BATISTA LEODORO	56,00				56,00	24	35,00	6,00	8,00	3,00	4,00	27/07/1999
11110995	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARISA WEBER	55,00				55,00	25	35,00	6,00	8,00	4,00	2,00	27/05/1970
11114349	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JúLIA CLARA OCAMPOS VITORINO	54,00				54,00	26	42,00	4,00	4,00	2,00	2,00	17/12/2003
11110943	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MELIDIANE DOS SANTOS RODRIGUES	53,50				53,50	27	38,50	2,00	6,00	3,00	4,00	01/09/2002
11113710	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	DEBORA MILIANI GARCIA BASTOS	53,50				53,50	28	31,50	8,00	6,00	4,00	4,00	25/06/1996
11111886	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	WESLEY SOARES TELESTE	53,50				53,50	29	31,50	4,00	10,00	4,00	4,00	04/04/1998
11113630	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	EDINEI PEREIRA DOS SANTOS	53,00				53,00	30	35,00	2,00	8,00	5,00	3,00	24/11/1978
11113754	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FáBIO AUGUSTO RAMIREZ DOS SANTOS	53,00				53,00	31	28,00	6,00	10,00	4,00	5,00	01/03/2002
11110999	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	KALINE CAMPAGNIN GROSSI	52,50				52,50	32	38,50	2,00	4,00	4,00	4,00	07/07/2002
11111940	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	RYAN AUGUSTO COLONTONIO HILGERT	52,50				52,50	33	31,50	6,00	8,00	4,00	3,00	20/04/2005
11113927	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	CLARISSA GRAZIELA MALDANER	52,00				52,00	34	35,00	4,00	6,00	3,00	4,00	02/08/1989
11112243	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	AMANDA VITORIA SALES DA SILVA	51,50				51,50	35	31,50	4,00	10,00	4,00	2,00	30/10/2003
11111869	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LUIS FELIPE BATISTA NANDI MARTINS	51,00				51,00	36	35,00	4,00	6,00	3,00	3,00	01/11/1996
11113049	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JONATAS PORTELA DE SOUZA DA SILVA	51,00				51,00	37	35,00	2,00	6,00	5,00	3,00	05/03/1982
11113325	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JENIFER PANARO DIAS	51,00				51,00	38	35,00	2,00	6,00	4,00	4,00	03/02/2005
11113641	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	LUCIMARA GONçALVES MAIA	51,00				51,00	39	28,00	4,00	10,00	4,00	5,00	08/03/1986
11114536	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	MARCIO CENTURIAO BENITEZ	50,50				50,50	40	31,50	6,00	6,00	4,00	3,00	26/02/1992
11112466	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	GIOVANI MANESCO GODOI	50,50				50,50	41	31,50	4,00	6,00	5,00	4,00	18/04/1990
11111858	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	FELIPE FERNANDO DE ARAUJO DA ROCHA	50,00				50,00	42	35,00	4,00	4,00	3,00	4,00	12/10/1993
11111175	FONOAUDIÓLOGO	*ANDRESSA ALCAIDE DOMINGOS DA SILVA	72,50				72,50	1	52,50	6,00	4,00	5,00	5,00	25/03/1992
11113804	FONOAUDIÓLOGO	*CATIA DOS SANTOS BOMFIM	50,00				50,00	2	35,00	4,00	4,00	5,00	2,00	03/04/1986
11113512	FONOAUDIÓLOGO	*GISLENE MENDONCA ALVES ALMEIDA	50,00				50,00	3	35,00	2,00	8,00	3,00	2,00	28/09/1983
11112118	MOTORISTA DE VEÍCULOS	FABIANO PRADO DOS SANTOS	85,00	100,00			92,50	1	63,00	10,00	4,00	4,00	4,00	10/10/1979
11113470	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANTONIO ALCENIR MENDES	81,50	100,00			90,75	2	59,50	10,00	6,00	4,00	2,00	27/03/1976
11114145	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ODAIR JOSé DE ALMEIDA LARA	80,00	100,00			90,00	3	56,00	8,00	8,00	5,00	3,00	03/08/1980
11112926	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MATEUS FELIPE GOVEIA DA SILVA SILVEIRA	75,50	100,00			87,75	4	52,50	10,00	6,00	4,00	3,00	02/03/1995
11112850	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MAICON MORAIS DOS SANTOS	75,00	100,00			87,50	5	56,00	8,00	6,00	4,00	1,00	06/03/1986
11111809	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JEFERSON PEREIRA DA SILVA	83,50	90,00			86,75	6	59,50	8,00	8,00	5,00	3,00	10/05/1996
11110895	MOTORISTA DE VEÍCULOS	VALDENIR WOITOWICZ	78,50	95,00			86,75	7	52,50	10,00	8,00	4,00	4,00	19/12/1971
11112027	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GILMAR LUCAS RIBEIRO	72,50	100,00			86,25	8	52,50	8,00	6,00	4,00	2,00	28/11/1986
11111793	MOTORISTA DE VEÍCULOS	REGINALDO FRANCISCO DA SILVA	72,00	100,00			86,00	9	49,00	8,00	6,00	4,00	5,00	11/05/1981
11112099	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCELO DA SILVA SANTOS	71,50	100,00			85,75	10	45,50	10,00	8,00	4,00	4,00	08/01/1986
11110886	MOTORISTA DE VEÍCULOS	NATHAN FELIPE DA CRUZ DA SILVA	75,50	95,00			85,25	11	52,50	8,00	8,00	2,00	5,00	20/12/2003
11114635	MOTORISTA DE VEÍCULOS	RAFAEL CAJOLA	70,00	100,00			85,00	12	49,00	8,00	6,00	4,00	3,00	19/05/1989
11114040	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SEBASTIÃO CLEBER BRAGANÇA	69,50	100,00			84,75	13	52,50	10,00	2,00	3,00	2,00	11/01/1994
11112404	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCOS EDUARDO BUTTENDORF DE OLIVEIRA	74,50	95,00			84,75	14	52,50	8,00	8,00	3,00	3,00	05/08/1999
11111076	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JULIO TENORIO BRAGA	79,00	90,00			84,50	15	56,00	8,00	8,00	4,00	3,00	10/04/1985
11112259	MOTORISTA DE VEÍCULOS	BRUNO ORLANDO NEVES FONTANA	78,00	90,00			84,00	16	56,00	8,00	10,00	3,00	1,00	06/04/2002
11110892	MOTORISTA DE VEÍCULOS	HERBERT ANGELO VIEIRA	68,00	100,00			84,00	17	49,00	6,00	6,00	5,00	2,00	12/07/1085
11111070	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MáRCIO CAETANO DOS SANTOS	77,50	90,00			83,75	18	52,50	8,00	8,00	5,00	4,00	26/04/1984
11111763	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCOS MATHIAS	77,00	90,00			83,50	19	56,00	8,00	4,00	5,00	4,00	27/10/1991
11111744	MOTORISTA DE VEÍCULOS	OLAIR FERREIRA DE SOUZA	76,00	90,00			83,00	20	56,00	8,00	4,00	4,00	4,00	22/05/1975
11111317	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JULIO CESAR KLAUCK DE MACEDO	66,00	100,00			83,00	21	49,00	4,00	4,00	5,00	4,00	27/04/1986
11113056	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALMIR ROGéRIO SPADA	75,50	90,00			82,75	22	52,50	10,00	6,00	5,00	2,00	04/11/1978
11110832	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ILDCER DE CASSIO DE OLIVEIRA	75,50	90,00			82,75	23	52,50	8,00	8,00	3,00	4,00	31/12/2004
11113278	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ROGéRIO CARBONI	64,00	100,00			82,00	24	42,00	10,00	4,00	4,00	4,00	12/04/2026
11112746	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALEXANDRE AUGUSTO WICKERT	64,00	100,00			82,00	25	42,00	6,00	8,00	5,00	3,00	19/08/1993
11113970	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ELIVELTON DE SOUZA FERREIRA	73,00	90,00			81,50	26	56,00	6,00	4,00	4,00	3,00	26/09/1991
11112120	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SANDRA LUIZA FREY DOS SANTOS	72,00	90,00			81,00	27	49,00	10,00	6,00	4,00	3,00	21/06/1977
11110947	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JACÓ PEREIRA DE SOUZA	62,00	100,00			81,00	28	49,00	4,00	2,00	4,00	3,00	05/08/1988
11114094	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SéRGIO ALONSO DE FREITAS	60,00	100,00			80,00	29	42,00	8,00	4,00	5,00	1,00	01/10/1981
11112758	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JONATHA ALVES FERREIRA	60,00	100,00			80,00	30	42,00	6,00	8,00	2,00	2,00	26/01/1984
11114159	MOTORISTA DE VEÍCULOS	LEANDRO FURTADO DA SILVA	60,00	100,00			80,00	31	42,00	4,00	4,00	5,00	5,00	29/09/1988
11110896	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GUSTAVO GONçALVES DE LIMA	74,50	85,00			79,75	32	52,50	10,00	4,00	4,00	4,00	23/12/1992
11114195	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JOAO DE LUCAS PEREIRA	69,00	90,00			79,50	33	42,00	10,00	8,00	5,00	4,00	12/05/1998
11112928	MOTORISTA DE VEÍCULOS	DANIEL MALLMANN	62,00	95,00			78,50	34	42,00	8,00	4,00	4,00	4,00	01/07/1986
11110987	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANDRE MIRANDA DE CARVALHO	66,50	90,00			78,25	35	45,50	8,00	4,00	4,00	5,00	17/10/1991
11111213	MOTORISTA DE VEÍCULOS	CLAUDIO LUIZ JIANELO	61,50	95,00			78,25	36	38,50	8,00	8,00	4,00	3,00	08/08/1977
11113811	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MATEUS CORDEIRO	65,50	90,00			77,75	37	45,50	8,00	6,00	2,00	4,00	12/06/2003
11110853	MOTORISTA DE VEÍCULOS	FELIPE MIRANDA	68,00	85,00			76,50	38	49,00	8,00	4,00	3,00	4,00	14/05/1991
11110983	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALAN MORAIS DOS SANTOS	62,50	90,00			76,25	39	45,50	4,00	8,00	3,00	2,00	03/06/1990
11114004	MOTORISTA DE VEÍCULOS	HELTON DA CONCEIçãO MOISES	82,00	70,00			76,00	40	56,00	10,00	8,00	4,00	4,00	26/09/1988
11111086	MOTORISTA DE VEÍCULOS	CESAR KIYOSHI SUGAWARA	77,00	75,00			76,00	41	49,00	8,00	10,00	5,00	5,00	22/02/1996
11112957	MOTORISTA DE VEÍCULOS	TIAGO DE OLIVEIRA	60,50	90,00			75,25	42	45,50	6,00	2,00	4,00	3,00	09/01/1987
11112987	MOTORISTA DE VEÍCULOS	JULIANO GROBERIO	59,00	90,00			74,50	43	42,00	8,00	2,00	4,00	3,00	26/05/1984
11113829	MOTORISTA DE VEÍCULOS	CLAUDIO ANDRADE DA SILVA	59,00	90,00			74,50	44	42,00	6,00	4,00	5,00	2,00	16/07/1977
11110889	MOTORISTA DE VEÍCULOS	MARCOS GUALBERTO DA SILVA	78,00	70,00			74,00	45	49,00	10,00	10,00	5,00	4,00	11/04/1980
11112650	MOTORISTA DE VEÍCULOS	OZIAS DE MELLO	58,00	90,00			74,00	46	49,00	2,00	2,00	4,00	1,00	22/02/1971
11113800	MOTORISTA DE VEÍCULOS	EDMAR MARTINS	68,50	75,00			71,75	47	45,50	10,00	8,00	3,00	2,00	02/08/1982
11110868	MOTORISTA DE VEÍCULOS	RODRIGO DOS SANTOS	72,00	70,00			71,00	48	49,00	8,00	10,00	4,00	1,00	02/05/1983
11111067	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANDERSON EDOARDO BALEM	70,00	70,00			70,00	49	49,00	10,00	6,00	3,00	2,00	03/10/1990
11113869	MOTORISTA DE VEÍCULOS	FABIANO MARTINS BRANDORFF	70,00	70,00			70,00	50	49,00	8,00	8,00	3,00	2,00	05/05/1991
11112332	MOTORISTA DE VEÍCULOS	HELIO DA SILVA PEREIRA	60,50	70,00			65,25	51	45,50	6,00	2,00	4,00	3,00	19/02/1966
11112334	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GERALDINO VIEIRA COUTINHO	57,00	60,00			58,50	52	35,00	10,00	6,00	4,00	2,00	18/11/1982
11111017	MOTORISTA DE VEÍCULOS	SANDRO RICARDO AGUAYO	63,50	50,00			56,75	53	45,50	6,00	6,00	4,00	2,00	01/09/1973
11111944	NUTRICIONISTA	ALAN PATRICK FURRIER DE ALMEIDA	57,00				#	#	42,00	8,00	4,00	0,00	3,00	01/05/1994
11111018	NUTRICIONISTA	HELEM BEATRIZ DOS SANTOS MARQUES	89,50				89,50	1	66,50	6,00	8,00	4,00	5,00	05/07/2002
11111183	NUTRICIONISTA	JOAO VITTOR MONTEIRO LUZ	85,50				85,50	2	66,50	6,00	4,00	4,00	5,00	24/12/2000
11114191	NUTRICIONISTA	CINTHIA MANFRINATTO ROMEIRO DE ALMEIDA	83,50				83,50	3	66,50	4,00	4,00	4,00	5,00	27/01/1985
11111333	NUTRICIONISTA	DANIELE GOMES M. TSUKAMOTO	83,00				83,00	4	63,00	8,00	4,00	4,00	4,00	04/04/1998
11110830	NUTRICIONISTA	KEILA PALMA FERREIRA	81,00				81,00	5	63,00	6,00	4,00	4,00	4,00	03/07/1987
11113190	NUTRICIONISTA	MARIA ANGéLICA STRAPAZON	80,50				80,50	6	59,50	8,00	6,00	3,00	4,00	04/01/1987
11113794	NUTRICIONISTA	DYENIFER VUELMA	79,00				79,00	7	56,00	8,00	8,00	4,00	3,00	25/07/1997
11110926	NUTRICIONISTA	GIOVANA CARAíBA DE AGUIAR	75,50				75,50	8	52,50	6,00	8,00	5,00	4,00	11/05/2003
11111033	NUTRICIONISTA	SABRINA PRISCILA JEZIUR	74,00				74,00	9	56,00	4,00	6,00	4,00	4,00	08/04/1993
11110857	NUTRICIONISTA	KARINA LOPES RUBIN	68,00				68,00	10	49,00	6,00	8,00	3,00	2,00	11/01/1989
11113612	NUTRICIONISTA	CAROLINA SANTANA KUNZ	66,50				66,50	11	45,50	8,00	6,00	3,00	4,00	24/03/2001
11111149	NUTRICIONISTA	NATALIA PASSONI MüLLER	63,00				63,00	12	42,00	6,00	6,00	4,00	5,00	06/02/1996
11113128	NUTRICIONISTA	CAMILA CALISTRO MICULIS	59,00				59,00	13	42,00	8,00	2,00	4,00	3,00	11/08/1986
11114615	NUTRICIONISTA	MICHELLI DOS SANTOS LUIZ	58,50				58,50	14	38,50	8,00	6,00	4,00	2,00	11/07/2002
11114353	NUTRICIONISTA	SUZAN AQUINO LOVERA	58,00				58,00	15	42,00	2,00	8,00	3,00	3,00	03/12/1988
11111872	NUTRICIONISTA	SUZANY LUCAS DOS SANTOS	57,50				57,50	16	38,50	6,00	4,00	4,00	5,00	03/06/1993
11113118	NUTRICIONISTA	MIKAELA MARQUEZINI	55,00				55,00	17	35,00	6,00	10,00	2,00	2,00	28/10/2004
11113098	NUTRICIONISTA	ADRIAN ALVES MARTINS	53,00				53,00	18	35,00	4,00	8,00	2,00	4,00	07/12/2005
11111298	PSICÓLOGO	KEVIN WILLI RIBEIRO	59,00				#	#	42,00	8,00	0,00	4,00	5,00	18/08/1999
11111407	PSICÓLOGO	FABIANA SANTANA NASCIMENTO	52,00				#	#	42,00	0,00	4,00	3,00	3,00	05/08/1998
11111021	PSICÓLOGO	GUILHERME BARTOLLI	75,50				75,50	1	52,50	6,00	8,00	4,00	5,00	11/06/1985

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

11111138	PSICÓLOGO	PAULO CéSAR COSTA DE LIMA	74,50				74,50	2	52,50	8,00	8,00	3,00	3,00	22/05/1986
11113577	PSICÓLOGO	QUENDRA RAMOS SILVA	74,50				74,50	3	52,50	8,00	6,00	5,00	3,00	03/08/2002
11112727	PSICÓLOGO	WILLIAN HELDER GEBAUER JUNIOR	74,00				74,00	4	49,00	8,00	8,00	4,00	5,00	13/10/2003
11112905	PSICÓLOGO	LETICIA DA SILVA PEREIRA	73,50				73,50	5	52,50	8,00	6,00	3,00	4,00	10/05/1998
11114634	PSICÓLOGO	MATHEUS RICHTER NOGUEIRA	72,50				72,50	6	52,50	6,00	6,00	4,00	4,00	01/07/1994
11114396	PSICÓLOGO	FABIANA PEREIRA DE ANDRADE	70,00				70,00	7	49,00	10,00	4,00	3,00	4,00	22/01/1980
11111309	PSICÓLOGO	CLEBER BASTOS DE OLIVEIRA	69,00				69,00	8	49,00	4,00	8,00	5,00	3,00	20/03/1976
11113880	PSICÓLOGO	BRUNA DA SILVA ROSSANO	69,00				69,00	9	42,00	8,00	10,00	4,00	5,00	14/02/2004
11110957	PSICÓLOGO	STéFANY ANTUNES DE ALMEIDA	68,00				68,00	10	42,00	8,00	8,00	5,00	5,00	16/02/2003
11112941	PSICÓLOGO	GIOVANA WENTLAND DIAS	67,50				67,50	11	45,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/02/1998
11113424	PSICÓLOGO	DEBORAH SABRINA BLEICH LETTNIN	67,00				67,00	12	49,00	6,00	6,00	2,00	4,00	30/03/2000
11113286	PSICÓLOGO	MARIELE CAMPOS KAMCHEN TAVARES	66,00				66,00	13	42,00	8,00	6,00	5,00	5,00	15/03/1999
11114474	PSICÓLOGO	LETíCIA VALEGUSKI BORRI	64,00				64,00	14	42,00	8,00	6,00	4,00	4,00	28/04/2001
11114288	PSICÓLOGO	THUANE AINY CAMPOS BARRETTO	63,50				63,50	15	45,50	4,00	6,00	4,00	4,00	06/04/1994
11113576	PSICÓLOGO	MICHELE D'ARC DOS SANTOS	62,50				62,50	16	45,50	6,00	2,00	4,00	5,00	30/05/1995
11114584	PSICÓLOGO	KARLA ANDRESSA SANTOS GALVãO DRIMEL	62,00				62,00	17	42,00	8,00	4,00	5,00	3,00	10/10/2003
11114642	PSICÓLOGO	VITóRIA ROCHA LOPES	62,00				62,00	18	42,00	8,00	4,00	4,00	4,00	27/09/2001
11113756	PSICÓLOGO	SAMARA SOARES DIAS	62,00				62,00	19	42,00	6,00	6,00	5,00	3,00	04/02/1998
11114628	PSICÓLOGO	VICTOR HUGO BISPO MINUEZA	61,50				61,50	20	38,50	8,00	6,00	5,00	4,00	27/10/2004
11111456	PSICÓLOGO	LARISSA FELIX ARAúJO	60,00				60,00	21	42,00	4,00	6,00	4,00	4,00	28/10/1997
11111734	PSICÓLOGO	KáTIA DE OLIVEIRA MAREGA ROLIM	58,50				58,50	22	31,50	10,00	8,00	5,00	4,00	11/07/1994
11113174	PSICÓLOGO	MARIANA SILVA COUTO	56,50				56,50	23	38,50	6,00	4,00	3,00	5,00	23/12/2003
11110960	PSICÓLOGO	BáRBARA NATHALIA FERREIRA	56,00				56,00	24	35,00	4,00	8,00	4,00	5,00	24/07/1993
11113705	PSICÓLOGO	AMANDA RANGEL DE LIMA	55,00				55,00	25	35,00	6,00	6,00	5,00	3,00	25/09/2004
11113747	PSICÓLOGO	FLAVIA EDUARDA DE AZEVEDO MINHONI	55,00				55,00	26	35,00	2,00	10,00	3,00	5,00	14/11/2004
11111079	PSICÓLOGO	JANAíNA GOMES DE SOUZA	53,00				53,00	27	35,00	6,00	4,00	5,00	3,00	30/01/1988
11114306	PSICÓLOGO	LUCAS VINICIUS SCHISLER GROFF	53,00				53,00	28	35,00	4,00	6,00	3,00	5,00	27/05/1996
11110884	PSICÓLOGO	BEATRIZ MAYUME DE OLIVEIRA HASEGAWA	52,00				52,00	29	35,00	6,00	6,00	2,00	3,00	26/02/2001
11113967	TÉCNICO ELETRICISTA	BRUNO BATISTA	79,00				79,00	1	63,00	4,00	6,00	3,00	3,00	04/07/1997
11113639	TÉCNICO ELETRICISTA	JACKSON NOVAES PENA MACHADO LIMA	73,00				73,00	2	56,00	4,00	6,00	3,00	4,00	05/02/1994
11113668	TÉCNICO ELETRICISTA	ERICK LACROIX	69,50				69,50	3	52,50	6,00	6,00	3,00	2,00	15/08/1967
11113439	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	MARLENE MINUEZA VORMATH	51,00				#	#	42,00	4,00	0,00	4,00	1,00	13/05/1980
11113719	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	JEFERSON MOREIRA	67,00				67,00	1	42,00	8,00	8,00	4,00	5,00	06/05/1987
11111039	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	CAMILA RAMIRES CEDARO	65,50				65,50	2	52,50	6,00	4,00	2,00	1,00	27/02/2003
11111110	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	JOAO VITOR ANTONIO GIMENEZ ALVES	63,50				63,50	3	45,50	2,00	8,00	4,00	4,00	26/05/1999
11111278	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	GRACIELE TAVARES DE OLIVEIRA	62,50				62,50	4	45,50	4,00	8,00	2,00	3,00	07/11/2003
11114076	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	ADRIEL SANTANA BACHS	55,50				55,50	5	45,50	4,00	2,00	3,00	1,00	22/06/2007
11111059	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	MARLI MINUEZA DE OLIVEIRA	55,00				55,00	6	42,00	4,00	4,00	4,00	1,00	13/05/1980
11111052	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	CLARICE MOREIRA DUARTE	51,50				51,50	7	38,50	4,00	6,00	2,00	1,00	08/12/1980
11112858	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	TALITA RAFACHO	51,00				51,00	8	42,00	2,00	2,00	4,00	1,00	01/03/2003

* alteração em virtude dos recursos da classificação preliminar
\# candidatos que não foram aprovados de acordo com o item 13.4 do Edital de Abertura.

AFRODESCENDENTE

Inscrição	Cargo	CANDIDATO(A)	Obj	Prat	Disc	Tit	Nota Final	Classif	CE	PORT	MAT	CG	INF	Data Nasc
11111428	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	MAYARA DA SILVA BEZERRA	39,50		13,00		52,50	1	27,50	2,00	2,00	4,00	4,00	14/07/1998
11112985	ENFERMEIRO PADRÃO	LUCAS DE SOUZA CAMARGO SANTOS	88,50				88,50	1	66,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/01/1995
11111231	ENFERMEIRO PADRÃO	INGRID BASTOS ALVES	73,50				73,50	2	59,50	6,00	2,00	4,00	2,00	29/07/1992
11110970	ENFERMEIRO PADRÃO	ROBERTO ALMEIDA DE SOUZA	73,00				73,00	3	56,00	6,00	6,00	3,00	2,00	28/01/1983
11110990	ENFERMEIRO PADRÃO	BRUNA DA CONCEIçãO SILVA	72,00				72,00	4	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	28/08/1999
11112019	ENFERMEIRO PADRÃO	KEMILY OHANI DE SOUZA DO NASCIMENTO	69,50				69,50	5	52,50	6,00	6,00	2,00	3,00	11/07/1993
11110854	ENFERMEIRO PADRÃO	IGOR GABRIEL APRIGIO GOMES	68,50				68,50	6	45,50	8,00	6,00	4,00	5,00	24/04/2002
11110859	ENFERMEIRO PADRÃO	NICOLE GIOVANA TELES DA SILVA	66,50				66,50	7	52,50	2,00	4,00	3,00	5,00	06/07/2002
11113293	ENFERMEIRO PADRÃO	ALEXANDRO APARECIDO LOURENÇO	66,50				66,50	8	45,50	6,00	6,00	4,00	5,00	01/04/1989
11113053	ENFERMEIRO PADRÃO	LEUZA BATISTA SILVA	59,00				59,00	9	42,00	6,00	4,00	3,00	4,00	17/10/1973
11114042	ENFERMEIRO PADRÃO	KELLY FERNANDES GOMES MILANI	53,00				53,00	10	35,00	10,00	2,00	3,00	3,00	20/01/2005
11113714	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JULIANA APOLINARIO DA SILVA MARTINS	73,50				73,50	1	52,50	6,00	8,00	4,00	3,00	03/12/1983
11113530	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ANA CAROLINA DO CARMO DA SILVA	67,50				67,50	2	45,50	6,00	8,00	4,00	4,00	12/08/1999
11113059	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	ALEXANDRO DE FARIAS DE SOUZA	56,00				56,00	3	42,00	2,00	4,00	4,00	4,00	09/06/1987
11113049	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	JONATAS PORTELA DE SOUZA DA SILVA	51,00				51,00	4	35,00	2,00	6,00	5,00	3,00	05/03/1982
11112027	MOTORISTA DE VEÍCULOS	GILMAR LUCAS RIBEIRO	72,50	100,00			86,25	1	52,50	8,00	6,00	4,00	2,00	28/11/1986
11113056	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ALMIR ROGéRIO SPADA	75,50	90,00			82,75	2	52,50	10,00	6,00	5,00	2,00	04/11/1978
11111018	NUTRICIONISTA	HELEM BEATRIZ DOS SANTOS MARQUES	89,50				89,50	1	66,50	6,00	8,00	4,00	5,00	05/07/2002
11113098	NUTRICIONISTA	ADRIAN ALVES MARTINS	53,00				53,00	2	35,00	4,00	8,00	2,00	4,00	07/12/2005
11113576	PSICÓLOGO	MICHELE D'ARC DOS SANTOS	62,50				62,50	1	45,50	6,00	2,00	4,00	5,00	30/05/1995
11111079	PSICÓLOGO	JANAíNA GOMES DE SOUZA	53,00				53,00	2	35,00	6,00	4,00	5,00	3,00	30/01/1988
11114076	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	ADRIEL SANTANA BACHS	55,50				55,50	1	45,50	4,00	2,00	3,00	1,00	22/06/2007

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Inscrição	Cargo	CANDIDATO(A)	Obj	Prat	Disc	Tit	Nota Final	Classif	CE	PORT	MAT	CG	INF	Data Nasc
11112985	ENFERMEIRO PADRÃO	LUCAS DE SOUZA CAMARGO SANTOS	88,50				88,50	1	66,50	8,00	6,00	3,00	5,00	03/01/1995
11111046	ENFERMEIRO PADRÃO	NáTALY DIAS DA SILVA TEMISTOCLE	72,00				72,00	2	49,00	8,00	6,00	5,00	4,00	02/12/1997
11111067	MOTORISTA DE VEÍCULOS	ANDERSON EDOARDO BALEM	70,00	70,00			70,00	1	49,00	10,00	6,00	3,00	2,00	03/10/1990
11114634	PSICÓLOGO	MATHEUS RICHTER NOGUEIRA	72,50				72,50	1	52,50	6,00	6,00	4,00	4,00	01/07/1994

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 146/2026
SÚMULA: INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Leis, Considerando que o Município de Esperança Nova aderiu ao Programa Estadual de Transporte Escolar e, Considerando as disposições da Resolução Estadual nº. 1.422, de 20/04/2011 e da Resolução Federal nº. 12, de 17/03/2011:
DECRETA:
Art. 1º. Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Esperança Nova, o Comitê Municipal de Transporte Escolar, com as atribuições de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do PETE – Programa Estadual de Transporte Escolar, com mandato de 02 (dois) anos.
Art. 2º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Comitê Municipal de Transporte Escolar:

NOME	CPF	CATEGORIA	CARGO
Andréia Amorim Zarelli De Morais	095.339.499-96	Rep. Secretaria Municipal de Educação	Titular
Vanessa Souza Barbosa	095.340.669-58	Rep. Secretaria Municipal de Educação	Suplente
Aurinete Bernardo da Silva	906.109.389-91	Rep. Diretor da Rede Estadual de Ensino	Titular
Regiani Aparecida da Silva	027.359.199-19	Rep. Diretor da Rede Estadual de Ensino	Suplente
Neuzeli Duenha Bogas Simões	022.514.609-69	Rep. Diretor da Rede Municipal de Ensino	Titular
Késie Viviane B. De Souza	036.378.619-84	Rep. Diretor da Rede Municipal de Ensino	Suplente
Aline Ryska da Rocha	076.164.419-98	Representante dos Pais dos Alunos	Titular/ Presidente
Gislaine Nobre Eziquiel	053.484.969-52	Representante dos Pais dos Alunos	Suplente

Art. 3º. A atuação dos membros do Comitê não será remunerada, sendo considerada atividade de relevante interesse social.
Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
CERTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos dezenove de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.
Everton Barbieri
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ
Rainha do Noroeste
Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

***EXTRATO:* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 101/2026 - PMCG**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

ORGÃO GERENCIADOR *Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/Pr*

FORNECEDORA: *Santos & Basaglia Ltda*

DO OBJETO: é o registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DO VALOR ESTIMADO: o valor total estimado para registro na presente Ata é de R$ 59.956,70 (cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta seis reais e setenta centavos).

Cidade Gaúcha/PR, 13 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Paulo Basaglia
Sócio Administrador
Fornecedora

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 158/2026
Pregão Eletronico Nº 028/2026
Edital n°064/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)
Contratada: JS BARREIRA E CIA LTDA Nº42.323.757/0001-66.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO), MATERIAIS DE LIMPEZA, MATERIAIS DE HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS, DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA - PR., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor total: R$ 82.503,04 (Oitenta e dois mil, quinhentos e três reais e quatro centavos).
Vigência: 19/10/2026 a 19/10/2027.
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

SAMU 192 NOROESTE PR **CIUENP**

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Processo Administrativo nº 37/2024 - Inexigibilidade nº 25/2024.
Contrato: 1219/2024.
Contratante: CIUENP – Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná, CNPJ nº 15.718.459/0001-00, situado na Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4.322, Centro, na cidade de Umuarama/PR.
Contratada: WALTER KOJI TOMINAGA, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 030.475.949-02, situada na Rua Padre João Maria Daniel, nº 1817, CEP 87.501-170, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.
Objeto: Aditivo de contrato para manutenção do local sede do Núcleo de Educação Permanente - NEP - CIUENP – SAMU 192 Noroeste do Paraná pelo prazo de 30 meses conforme contrato inicial
Umuarama/PR, 19 de outubro de 2026.
MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Edital N°	051/2026
Licitação N°	021/2026
Modalidade	Pregão
Data Homologação	19/10/2026
Objeto Homologado	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 1 – PADRÃO FNDE (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA – PR.

DECLARANDO VENCEDOR O SEGUINTE FORNECEDOR:

DIOGO DIAS F. INFORMATICA LTDA (49641888000130) com os lotes: 34, 40, 63, 64, 65 no valor total de R$ 29.931,60 (vinte e nove mil e novecentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA (42753718000107) com os lotes: 17, 53 no valor total de R$ 7.241,97 (sete mil e duzentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos).

VASPJ REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME (10841010000103) com os lotes: 28, 29, 58, 59, 60, 61 no valor total de R$ 110.052,00 (cento e dez mil e cinquenta e dois reais).

PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA (35794003000129) com os lotes: 16 no valor total de R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA (49059156000137) com os lotes: 23, 47 no valor total de R$ 2.593,08 (dois mil e quinhentos e noventa e três reais e oito centavos).

AVANTI OFFICE LTDA (46186229000163) com os lotes: 20, 37 no valor total de R$ 4.865,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta e cinco reais).

B2G PARTICIPACOES LTDA (58959886000185) com os lotes: 54 no valor total de R$ 3.683,80 (três mil e seiscentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

MARCELO SIMONI (37652289000133) com os lotes: 25 no valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI - EPP (09251627000190) com os lotes: 14, 15 no valor total de R$ 1.990,00 (um mil e novecentos e noventa reais).

STP COMERCIAL LTDA (53710803000104) com os lotes: 49 no valor total de R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

JLHG COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA (59794294000113) com os lotes: 7 no valor total de R$ 672,25 (seiscentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

MARIA MARTE SCHITICOSKI (59031654000125) com os lotes: 45, 46 no valor total de R$ 1.271,98 (um mil e duzentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos).

INOVA TECH INFORMÁTICA LTDA (28706488000196) com os lotes: 18, 24, 30 no valor total de R$ 16.969,77 (dezesseis mil e novecentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos).

EDUCAR MOVEIS LTDA (20132150000166) com os lotes: 36, 57, 62 no valor total de R$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais).

COMERCIAL USUAL LTDA (14050075000191) com os lotes: 43, 44 no valor total de R$ 4.789,00 (quatro mil e setecentos e oitenta e nove reais).

V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA (18770897000106), com os lotes: 38, 42 no valor total de R$ 3.415,90 (três mil e quatrocentos e quinze reais e noventa centavos).

DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA (58892523000170) com os lotes: 1, 3, 4, 6, 21, 22, 39, 55 no valor total de R$ 16.371,00 (dezesseis mil e trezentos e setenta e um reais).

FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20481118000196) com os lotes: 8, 9 no valor total de R$ 2.306,83 (dois mil e trezentos e seis reais e oitenta e três centavos).

CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA (81340960000100) com os lotes: 32, 33, 41, 66 no valor total de R$ 20.620,00 (vinte mil e seiscentos e vinte reais).

T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA (31651344000194) com os lotes: 5, 27, 48, 51, 56 no valor total de R$ 20.285,43 (vinte mil e duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

JHP AR CONDICIONADO LTDA (61941298000129) com os lotes: 52 no valor total de R$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

JOSÉ EDSON BLASZCZYK - ME (33113700000141) com os lotes: 35 no valor total de R$ 3.760,00 (três mil e setecentos e sessenta reais).

MARIA HELENA, 19 de outubro de 2026.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026 - INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato por mim praticado na contratação da empresa **INSTITUTO DE PREVENÇÃO E DIAGNOSE S/S LTDA-ME,** para Prestação de serviços aos usuários do CISA na área da saúde, compreendendo a realização de exames de anatomia patológica e citopatológicos, conforme encaminhamento do CISA, com pagamento baseado nos valores constantes da tabela do CISA, conforme edital de chamamento público nº006/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde, com inexigibilidade de licitação.

DESPACHO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº132/2026, anexo. Em 19 de outubro de 2026.

EVERTON BARBIERI
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026 - INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato por mim praticado na contratação da empresa **KAIROS CLÍNICA MEDICA LTDA-ME,** para Prestação de serviços aos usuários do CISA na área da saúde, com a realização de Plantões Médicos de Urgência e Emergência Presencial no município de **Alto Piquiri/PR**, consorciado ao CISA, com pagamento baseado nos valores constantes da tabela do CISA, conforme edital de chamamento público nº007/2024 – Credenciamento de Serviços de Saúde, com inexigibilidade de licitação.

DESPACHO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº133/2026, anexo. Em 19 de outubro de 2026.

EVERTON BARBIERI
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco 767 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "UMUARAMA ILUSTRADO"
Edição nº.:
Pag.:
De:

PORTARIA Nº 732

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."**

O SECRETÁRIO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, como também do Decreto nº 98 de 09 de junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho.

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 01 (UMA) diária de alimentação, no valor de R$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), a Servidora Municipal, **JOSELI GONÇALVES PEREIRA CASARI**, matrícula nº287, ocupante do cargo de Farmacêutica Bioquímica, lotado na UBS Hélio Corsini, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
20/10/2026	06:30H/19:30H	CAMPO MOURÃO-PR	Participar do curso de capacitação "Conexão CNM, a ser realizado na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Rodrigo Wesley Sobreira Revesso
Secretario Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA
CNPJ (MF) 78.200.110/0001-94
FONE/FAX: (44) 3663-1579 - E-mail: prefeitura@douradina.pr.gov.br
Av. Barão do Rio Branco 767 - CEP 87.485-000 - DOURADINA - PARANÁ

Publicado no Jornal "UMUARAMA ILUSTRADO"
Edição nº.:
Pag.:
De:

PORTARIA Nº 731

DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: **"Concede diárias para cobrir despesas de alimentação e hospedagem."**

O SECRETÁRIO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Municipal nº. 2.169 de 21 de junho de 2018, bem como alteração promovida através do Decreto nº 53, de 31 de março de 2023, como também do Decreto nº 98 de 09 de junho de 2025, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho.

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER 01 (UMA) diária de alimentação, no valor de R$ 266,25 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos), a Servidora Municipal NATHIELLY SIMPLICIO DE CARVALHO MACIEL, matrícula nº3015, ocupante do cargo de Agente de saúde, lotado na Manutenção da Divisão UBS HELIO CORSINI, no seguinte dia, local e finalidade:

Data	Horário Saída/Chegada	Destino	Motivo
20/10/2026	06:30H/19:30H	CAMPO MOURÃO-PR	Participar do curso de capacitação "Conexão CNM, a ser realizado na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

I – Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

II – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Dê-se ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Douradina/PR, 19 de outubro de 2026.

Rodrigo Wesley Sobreira Revesso
Secretario Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
Estado do Paraná

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – ANO 2026

PAUTA DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara de Vereadores de Brasilândia do Sul, no uso de suas atribuições, **DIVULGA** a todos os senhores Vereadores, a todos os munícipes brasilandienses e demais interessados, a **pauta da Ordem do Dia** da **2ª (segunda) Sessão Extraordinária** do ano de 2026, a ser realizada em data de **23 de outubro de 2026, sexta-feira, às 17h**, para discussão, deliberação e votação da seguinte proposição legislativa:

- Em primeira votação: **Projeto de Lei nº. 019/2026**, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, para realização do evento denominado de Expo Brasilândia 2026, e dá outras providências.

Câmara Municipal de Brasilândia do Sul,
Aos 19 de outubro de 2026.

Rogério Cipriano da Cruz
Presidente da Câmara Municipal de Brasilândia do Sul
Gestão biênio 2025/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ
Rainha do Noroeste
Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

***EXTRATO:* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 095/2026 - PMCG**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

ORGÃO GERENCIADOR *Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/Pr*

FORNECEDORA: *Estrutura Ideal Indústria de Madeira Ltda*

DO OBJETO: é o registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DO VALOR ESTIMADO: o valor total estimado para registro na presente Ata é de R$ 7.425,50 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

Cidade Gaúcha/PR, 13 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Mateus Grando Gayer
Sócio Administrador
Fornecedora

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ
Rainha do Noroeste
Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

***EXTRATO:* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 096/2026 - PMCG**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026

ORGÃO GERENCIADOR *Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/Pr*

FORNECEDORA: *Infantaria Comercial Ltda*

DO OBJETO: é o registro de preços para aquisição futura e parcelada de materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Cidade Gaúcha/PR.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DO VALOR ESTIMADO: o valor total estimado para registro na presente Ata é de R$ 13.717,35 (treze mil, setecentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).

Cidade Gaúcha/PR, 13 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Marcos Peter Nunes
Sócio Administrador
Fornecedora

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Edital N°	105/2026
Licitação N°	047/2026
Modalidade	Pregão
Data Homologação	19/10/2026
Objeto Homologado	Constitui objeto da presente contratação a aquisição de aparelhos de ar-condicionado novos, destinados ao atendimento das necessidades de todas as Secretarias Municipais, através da Secretaria de Assistência Social nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas.

DECLARANDO VENCEDOR O SEGUINTE FORNECEDOR:

JHP AR CONDICIONADO LTDA (61941298000129) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5 no valor total de R$ 208.526,00 (duzentos e oito mil e quinhentos e vinte e seis reais).

MARIA HELENA, 19 de outubro de 2026.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Edital N°	100/2026
Licitação N°	046/2026
Modalidade	Pregão
Data Homologação	19/10/2026
Objeto Homologado	A presente demanda manifesta a necessidade de contratação de empresa para aquisição de refeições self-service e bebidas, a serem prestadas em restaurante localizado no Município de Umuarama/PR, destinadas ao atendimento dos servidores municipais de Maria Helena/PR em deslocamento oficial.

DECLARANDO VENCEDOR O SEGUINTE FORNECEDOR:

EDITH PEREIRA RESTAURANTE- ME (02617829000163) com os lotes: 1 no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

MARIA HELENA, 19 de outubro de 2026.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Edital N°	094/2026
Licitação N°	042/2026
Modalidade	Pregão
Data Homologação	19/10/2026
Objeto Homologado	Prestação de serviços de confecção, impressão, acabamento e fornecimento de materiais gráficos personalizados, destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias do Município de Maria Helena/PR.

DECLARANDO VENCEDOR O SEGUINTE FORNECEDOR:

LONQUINI GRAFICA LTDA (10195399000167) com os lotes: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 16, 17, 18, 19, 21, 25, 27, 31, 32, 33, 34, 39, 44 no valor total de R$ 49.709,58 (quarenta e nove mil e setecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos).

RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA (27232288000186) com os lotes: 30, 35, 36 no valor total de R$ 36.420,25 (trinta e seis mil e quatrocentos e vinte reais e vinte e cinco centavos).

REDUCOPIA COPIADORA LTDA (02118251000109) com os lotes: 37, 38, 40, 42 no valor total de R$ 93.007,79 (noventa e três mil e sete reais e setenta e nove centavos).

PRINTER ART LTDA (34498900000122) com os lotes: 14 no valor total de R$ 618,00 (seiscentos e dezoito reais).

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA (18486182000118) com os lotes: 13 no valor total de R$ 1.110,00 (um mil e cento e dez reais).

63.155.929 JOAO PAULO SANTOS GONZALES (63155929000100) com os lotes: 4, 9, 10, 11, 15, 22, 23, 24, 26, 28, 29, 43, 45 no valor total de R$ 5.826,30 (cinco mil e oitocentos e vinte e seis reais e trinta centavos).

BRUNO HENRIQUE JABLESKI (68384146000111) com os lotes: 12, 20, 41 no valor total de R$ 4.384,60 (quatro mil e trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos).

MARIA HELENA, 19 de outubro de 2026.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 367/2026
EXONERA a pedido TATIANA DUARTE RIBEIRO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art.1º. EXONERAR a pedido TATIANA DUARTE RIBEIRO, inscrita no CPF: 087.071.499-64, do cargo de Provimento em comissão de Chefe da Divisão de Projetos Técnicos, Símbolo do CC 04, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Agricultura e Serviços Públicos, ficando revogada a Portaria 349/2025, a partir de 19 de outubro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

DECRETO Nº 446, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.
Institui o Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Cruzeiro do Oeste – PR, estabelece diretrizes para prevenção, preparação, resposta e recuperação diante de desastres, define responsabilidades dos órgãos municipais, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e XXV do § 1° do artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos demais dispositivos legais,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e estabelece diretrizes para a gestão de riscos e desastres;
CONSIDERANDO que compete aos Municípios, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 2012, executar a PNPDEC em âmbito local, coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis, entre outras atribuições;
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º-A da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que estabelece o conteúdo mínimo do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e determina sua avaliação, prestação de contas e atualização anuais, mediante audiência pública e participação social;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 98, de 14 de dezembro de 2023, vinculou o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo, e que o Decreto Municipal nº 290, de 2 de julho de 2026, definiu o Gabinete do Prefeito como órgão gestor do Fundo;
CONSIDERANDO os prognósticos climáticos e os alertas emitidos pelos órgãos oficiais de meteorologia e de proteção e defesa civil quanto à intensificação de eventos meteorológicos adversos no Estado do Paraná, associados ao fenômeno El Niño, e a consequente urgência na adoção de medidas de preparação e resposta;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos de planejamento, coordenação e integração entre os órgãos e entidades municipais para o enfrentamento de situações de emergência e desastres;
CONSIDERANDO a importância da adoção de medidas preventivas e da preparação dos agentes públicos para atuação rápida, coordenada e eficiente diante de eventos adversos;
CONSIDERANDO a necessidade de proteger a vida, a integridade física da população, o patrimônio público e privado, o meio ambiente e os serviços essenciais do Município;
CONSIDERANDO a possibilidade de ocorrência de deslizamentos, alagamentos, inundações, enxurradas, granizo, vendavais, tempestades e outros eventos naturais capazes de provocar danos humanos, materiais, ambientais e prejuízos econômicos e sociais;
CONSIDERANDO a importância da atuação conjunta do Município com os órgãos estaduais e federais de Proteção e Defesa Civil, os serviços de emergência e demais instituições competentes;
CONSIDERANDO o memorando de protocolo nº 2026005667, encaminhado pela Defesa Civil, em 16 de outubro de 2026,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituído o Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil – PLANCON do Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, destinado a estabelecer diretrizes, procedimentos, responsabilidades e mecanismos de atuação integrada para o enfrentamento de situações de risco, emergência ou desastre.
§ 1º O Plano de Contingência Municipal será o instrumento de planejamento e organização das ações de preparação e resposta a desastres, observadas as competências legais dos órgãos envolvidos.
§ 2º O Plano de Contingência integra este Decreto como Anexo Único, devendo ser implementado e atualizado pela Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, na forma do art. 14 deste Decreto.
§3º O Anexo Único será complementado no plano de 60 (sessenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para contemplar integralmente os elementos previstos no § 7º do art. 3º-A da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.
Art. 2º O Plano de Contingência Municipal tem como objetivos:
I – estabelecer procedimentos operacionais para atuação coordenada dos órgãos municipais em situações de emergência;
II – reduzir os riscos e minimizar os danos decorrentes de desastres;
III – promover a proteção da vida e da integridade física da população;
IV – organizar a mobilização de recursos humanos, materiais, equipamentos e serviços necessários ao atendimento das ocorrências;
V – estabelecer procedimentos de comunicação, alerta e orientação à população;
VI – assegurar assistência às pessoas afetadas, especialmente às que se encontrem em situação de vulnerabilidade;
VII – favorecer o restabelecimento dos serviços essenciais e a recuperação das áreas atingidas; e
VIII – fortalecer a integração entre o Município e os demais integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.
CAPÍTULO II
DOS EVENTOS ABRANGIDOS
Art. 3º O Plano de Contingência Municipal abrangerá ações de resposta aos seguintes eventos adversos:
I – deslizamentos de encostas e movimentações de massa;
II – alagamentos em áreas urbanas e rurais;
III – inundações decorrentes da elevação do nível de rios, córregos e demais cursos d’água;
IV – enxurradas e escoamentos superficiais intensos de águas pluviais;
V – ocorrência de granizo;
VI – vendavais e rajadas intensas de vento;
VII – tempestades, chuvas intensas, descargas elétricas e fenômenos meteorológicos severos associados; e
VIII – outros eventos adversos que possam comprometer a segurança da população, a infraestrutura, os serviços essenciais ou o meio ambiente.
Parágrafo único. A inclusão de outros eventos no planejamento operacional poderá ocorrer mediante avaliação técnica da Defesa Civil, respeitadas as disposições legais aplicáveis.
CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES
Art. 4º A coordenação da execução do Plano de Contingência Municipal caberá ao Gabinete do Prefeito, por intermédio da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, integrada por servidores designados por Portaria do Prefeito Municipal, até a edição de lei específica que institua o órgão municipal de proteção e defesa civil.
Parágrafo único. A designação de que trata o caput não implica criação de cargo, função gratificada ou acréscimo remuneratório.
Art. 5º Compete à Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil:
I – coordenar as ações municipais previstas no Plano de Contingência;
II – acompanhar informações meteorológicas, alertas oficiais e ocorrências que possam representar riscos à população;
III – articular a mobilização dos órgãos municipais e solicitar apoio dos órgãos estaduais e federais, quando necessário;
IV – orientar a população sobre medidas preventivas e procedimentos de segurança;
V – identificar, cadastrar e manter atualizadas, na medida das informações disponíveis, as áreas de risco e os locais suscetíveis a desastres, bem como o cadastro da população neles residentes;
VI – manter atualizadas as informações relativas aos recursos humanos, materiais, equipamentos e meios logísticos disponíveis;
VII – organizar o registro das ocorrências e o levantamento preliminar dos danos;
VIII – propor a realização de treinamentos, exercícios simulados e ações de capacitação;
IX – promover a revisão anual do Plano de Contingência e a realização das audiências e consultas públicas de que trata o art. 14 deste Decreto; e
X – acompanhar a implementação das medidas necessárias ao aperfeiçoamento da capacidade municipal de resposta a desastres.
Art. 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão colaborar com a execução do Plano de Contingência, dentro de suas respectivas competências, disponibilizando o apoio operacional necessário, conforme a natureza da ocorrência e os recursos disponíveis.
§ 1º Poderão ser mobilizados:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Secretaria Municipal de Administração;
III – Secretaria Municipal de Finanças;
IV – Secretaria Municipal de Saúde;
V – Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI – Secretaria Municipal de Obras, e Viações;
VII – Secretaria Municipal de Planejamento;
VIII – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, quando necessária a disponibilização de instalações, veículos ou servidores para transporte, apoio ou acolhimento temporário;
IX – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, especialmente em ocorrências na zona rural ou com repercussão ambiental;
X – Departamento de Comunicação Municipal;
XI – Departamento de Trânsito Municipal; e
XII – demais secretarias, departamentos e unidades administrativas que possam contribuir para o atendimento da ocorrência.
§ 2º A relação nominal dos responsáveis, seus substitutos e respectivos contatos deverá constar do Plano de Contingência ou de documento operacional complementar mantido atualizado pela Defesa Civil, observado o disposto no parágrafo único do art. 16 deste Decreto.
Art. 7º O Município poderá articular ações conjuntas com o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Militar, os órgãos estaduais e federais de Proteção e Defesa Civil, os serviços de saúde, as concessionárias de serviços públicos e outras instituições competentes, respeitadas as atribuições de cada entidade.
CAPÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS DE ALERTA E RESPOSTA
Art. 8º A atuação operacional prevista no Plano de Contingência observará, conforme a gravidade e a evolução da ocorrência:
I – monitoramento das condições de risco;
II – emissão e divulgação de alertas e orientações preventivas;
III – mobilização dos órgãos e equipes necessários;
IV – avaliação das condições de segurança das áreas afetadas;
V – adoção de medidas de proteção à população, incluindo evacuação preventiva quando necessária e legalmente cabível;
VI – isolamento ou interdição de áreas e edificações, pelas autoridades competentes, quando houver risco à segurança;
VII – prestação de assistência às pessoas afetadas;
VIII – levantamento dos danos e das necessidades emergenciais; e
IX – adoção de medidas para restabelecimento dos serviços essenciais e recuperação das áreas atingidas.
Art. 9º A Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil poderá recomendar ou solicitar aos órgãos competentes a adoção de medidas preventivas e emergenciais, inclusive a mobilização de equipes, equipamentos, veículos e outros recursos necessários ao atendimento das ocorrências.
§1º As medidas que dependam de decisão de autoridade específica deverão ser submetidas ao agente público competente, observadas as disposições legais aplicáveis.
§ 2º A instituição do Plano por este Decreto não afasta a necessidade de obtenção de autorizações, adoção de procedimentos administrativos ou observância das competências legalmente estabelecidas para cada medida de resposta.
§ 3º A decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública compete ao Prefeito Municipal, mediante proposta fundamentada da Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, instruída com a avaliação de danos e prejuízos.
Art. 10. Os alertas e as orientações à população deverão ser divulgados, sempre que possível, por meio dos canais oficiais de comunicação do Município e de outros meios disponíveis, com linguagem clara, acessível e compatível com a gravidade da situação.
Art. 11. Quando houver necessidade de retirada temporária de pessoas de áreas de risco, a Defesa Civil deverá articular, com os órgãos competentes, as medidas de transporte, acolhimento, alimentação, assistência social e demais providências necessárias.
Parágrafo único. Os locais de abrigo temporário deverão ser previamente identificados, sempre que possível, avaliando-se sua capacidade, acessibilidade, condições sanitárias e disponibilidade de infraestrutura.
CAPÍTULO V
DOS RECURSOS E DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
Art. 12. Os órgãos municipais deverão informar à Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme solicitado, os recursos humanos, materiais, veículos, equipamentos e demais meios que possam ser empregados nas ações de resposta a desastres.
Art. 13. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos envolvidos e, quando cabível, por conta dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, nos termos da Lei Municipal nº 98, de 2023, e do Decreto Municipal nº 290, de 2026, observadas as deliberações de seu Conselho Diretor, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, as normas de execução da despesa pública e a legislação aplicável.
Parágrafo único. A necessidade de recursos adicionais deverá ser avaliada pelos setores competentes, mediante os procedimentos administrativos e orçamentários cabíveis.
CAPÍTULO VI
DA ATUALIZAÇÃO, DO TREINAMENTO E DA PUBLICIDADE
Art. 14. O Plano de Contingência Municipal será revisado e atualizado, no mínimo, anualmente, mediante processo de mobilização e participação social, e submetido a avaliação e prestação de contas anuais por meio de audiência pública com ampla divulgação, nos termos do art. 3º-A, § 6º, da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, sem prejuízo de revisão extraordinária sempre que houver:
I – alteração relevante nos riscos identificados no território municipal;
II – modificação da estrutura administrativa ou das responsabilidades dos órgãos envolvidos;
III – alteração significativa dos recursos disponíveis para atendimento de emergências;
IV – ocorrência de desastre que evidencie a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos; ou
V – recomendação técnica dos órgãos competentes.
Parágrafo único. As audiências e consultas públicas de que trata o caput serão convocadas pela Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, com ampla divulgação prévia no órgão oficial e nos demais canais de comunicação do Município.
Art. 15. A Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil poderá promover exercícios simulados, treinamentos e ações de capacitação destinados a aprimorar a preparação e a resposta dos agentes públicos e demais participantes do Plano.
Art. 16. O Plano de Contingência Municipal deverá permanecer disponível para consulta dos órgãos envolvidos e ser divulgado pelos canais oficiais do Município, resguardadas as informações pessoais ou operacionais cujo acesso deva ser limitado nos termos da legislação aplicável.
Parágrafo único. A versão do Anexo Único destinada à divulgação pública não conterá dados pessoais, tais como telefones e endereços particulares dos responsáveis e o cadastro da população residente em áreas de risco, os quais integrarão documento operacional de acesso restrito aos órgãos envolvidos, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 17. Os casos omissos relacionados à execução operacional do Plano serão avaliados pela Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, em articulação com os órgãos competentes, observada a legislação vigente, cabendo ao Prefeito Municipal dirimir as questões de natureza normativa.
Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 19 DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO
PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PLANCON
Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil
Município de Cruzeiro do Oeste - PR
O presente Plano de Contingência Municipal estabelece diretrizes para ações de resposta a desastres envolvendo Deslizamentos, Alagamentos, Inundações, Enxurradas, Granizos, Vendavais e Tempestades.
Versão 25, atualizado em 03/09/2026
Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil Município de Cruzeiro do Oeste - PR
Sumário
1. Introdução 3
1.1. Documento de Aprovação 3
1.2. Página de Assinaturas 4
1.3. Instruções para o uso do plano 6
1.4. Instruções para a manutenção do plano 7
2. Finalidade 7
2.1. Pressupostos do Planejamento 7
3. Caracterização do Cenário 8
3.1. Áreas de Alagamento 9
3.2. Áreas de Deslizamento 14
3.3. Áreas de Inundação 17
4. Cadastro de Abrigos. 19
4.1. Quando ativar o abrigo 19
5. Cadastro de Recursos 24
6. Ativação do Plano 29
6.1. Autoridade de Ativação 29
6.2. Critérios para Ativação 29
6.3. Procedimentos para Ativação 30
7. Desmobilização do Plano 31
7.1. Critérios para a desmobilização 31
7.2. Autoridade para desmobilização 31
7.3. Procedimentos para desmobilização 31
8. Ações Operacionais. 32
8.1. Monitoramento 32
8.2. Prioridades na gestão da ocorrência 33
9. Ações de Resposta 34
10. Instalação do sistema de comando de incidentes. 35
10.1. Organograma do SCI 37
11. Atribuições Gerais. 38
1. INTRODUÇÃO
1.1. Documento de Aprovação
O plano de Contingencia de Proteção e Defesa Civil - PLANCON para deslizamentos, alagamentos, inundações, granizo, vendavais e tempestades no município de Cruzeiro do Oeste - PR estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos direta ou indiretamente na resposta a emergências e desastres relacionados a estes eventos naturais.
O presente Plano foi elaborado e aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do Sistema Municipal de Defesa Civil de Cruzeiro do Oeste - PR identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades previstas neste Plano.
1.2. Página de Assinaturas
Nome Instituição Assinatura
Alejandro Bruno Mendes SantoS
SECRETARIA DE OBRAS
ARMANDO CERCI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CARLOS FARINAZZO SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
ELIANA CERCI
Secretaria de Assistencia Social
FERNANDO CARRASCO Ambulância transporte(secretaria de saúde)
FLAVIO POSSETI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GILDO ROGÉRIO DA SILVA AGENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL CRUZEIRO DO OESTE
JAQUELINE PACHECO ESCOLA MUNICIPAL TASSO DA SILVEIRA
JOSEFA LIMA SANTANA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
LISLIÊ PEREIRA DOS SANTOS PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE(ADMINISTRAÇÃO)
LUCAS GARBUGIO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
MAJOR ABREU
7°BATALHÃO DE POLICIA MILITAR
NÚRIA ZAMORA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE (FINAÇAS)
POLICIA CIVIL
POLICIA CIVIL
PRISCILA VEIRA GALBES
PMCO educação (transporte)
RODRIGO LUIZ BARBOSA
DEFESA CIVIL MUNICIPAL
ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
SELMA HADAS (APAE)
Secretaria de Assistencia Social
Nome Instituição Assinatura
TENENTE THIAGO
CORPO DE BOMBEIROS
1.3. Instruções para uso do plano
O presente plano foi metodologicamente planejado para o uso prático facilitando a coleta e a busca de informações dentro do município, focando o atendimento a desastre. Para um uso mais operacional é interessante que o usuário deste plano faça a sua impressão colorida, pois cada uma das áreas abaixo é destacada com uma cor diferenciada no canto de cada página para um manuseio mais prático:
• Caracterização do Cenário (AZUL): Resultante da coleta de informações de áreas com recorrência de desastres ou locais com alta suscetibilidade a ocorrências, sendo pontuadas e caracterizadas de acordo com a sua infraestrutura, ocupação e população. Estas localidades cadastradas denominamos de “áreas de atenção”;
• Cadastro de Abrigos (AMARELO): Através deste formulário busca-se não apenas somente identificar o local físico com a possibilidade para o abrigamento de pessoas vítimas de desastres, mas construir uma lógica na concepção que é a formação de um abrigo, identificando as funções básicas para um funcionamento harmonioso, bem como elencar os atores deste contexto;
• Cadastro de Recursos (VERDE): Nesta etapa do plano busca-se os principais recursos que usualmente são utilizados quando em um momento de desastre, referenciando-se seu quantitativo e contato para um acesso eficiente. Vale lembrar que o plano parte de ponto básico podendo o município de acordo com a sua especificidade agregar mais recursos que ache interessante não se prendendo somente aos itens aqui elencados;
• Ativação do Plano (VERMELHO): Através deste é que são direcionadas as funções que deverão ser exercidas para a organização de uma gestão do desastre, destacando-se as pessoas com suas funcionalidades dentro do contexto do atendimento a ocorrência. Essas funções correspondem ao previsto no SCI (Sistema de Comando de Incidentes).
É importante saber:
O Coordenador Operacional é a pessoa responsável por organizar as primeiras ações de atendimento no momento da ocorrência. Ele é a fonte ígnea para a gestão do desastre, deve ser uma pessoa com poder de articulação entre as secretarias municipais, que consiga prover através de contatos os meios necessários para o atendimento inicial ao desastre. Sua atuação se inicia com o comunicado do evento e se encerra com a formação do comando do SCI
O Gabinete Gestor de Desastre (comando do SCI) é responsável pela operação como um todo. Cabe a ele desenvolver os protocolos e respostas geradas pelas demandadas provenientes do incidente. Para a concepção deste gabinete é interessante que as pessoas que irão fazer parte do mesmo contemplem as seguintes características:
A)Pessoas que tenham responsabilidade pelas suas ações;
B)Pessoas que tenham o controle e articulação de grande número de recursos;
C) Pessoas que tenham grande representatividade no contexto do município;
D) Pessoas que tenham responsabilidade legal para a questão;
E)Pessoas com poder de decisão;
Dentro deste contexto sugerimos, no âmbito municipal, que a composição do gabinete seja formada pelos representantes das pastas de Obras, Saúde, Defesa Civil, Segurança Pública e Prefeito Municipal.
1.4. Instruções para a manutenção do plano
Para melhoria do Plano de Contingência, os órgãos envolvidos na sua elaboração deverão realizar simulados conjuntos no mínimo duas vezes ao ano, sob a coordenação do Coordenador Operacional, emitindo relatório ao final de cada exercício, destacando os pontos do Plano de Contingência que merecem alteração ou reformulação, as dificuldades encontradas na sua execução e as sugestões de aprimoramento dos procedimentos adotados. Com base nas informações contidas nestes relatórios, os participantes deverão se reunir para elaborar a revisão do Plano, lançando uma nova versão que deverá ser distribuída aos órgãos de interesse
2. FINALIDADE
O plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PLANCON do município de Cruzeiro do Oeste
- PR estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.
2.1. Pressupostos do Planejamento
Para a utilização deste Plano, admitem-se as seguintes condições e limitações presentes:
• A capacidade de resposta dos órgãos de emergência não sofre alterações significativas nos períodos noturnos, feriados e finais de semana, enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada para a sua mobilização nos períodos fora do horário comercial;
• É desejável que o tempo de mobilização interna de cada órgão envolvido neste plano seja de no máximo 2 (duas) horas, independente do dia da semana ou horário do acionamento;
• A mobilização dos órgãos estaduais de emergência ocorrerá em 2 (duas) horas após ser autorizada;
• O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta indicando a possibilidade de ocorrências com 5 (cinco) horas de antecedência para deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
• Os sistemas de telefonia celular e rádio comunicação não serão afetados pelos eventos descritos nos cenários acidentais, e caso sejam afetados deverá ser acionado o mais rapidamente possível a REER (Rede Estadual de Emergência de Radioamadores) através dos telefones de plantão da CEDEC - (41) 3281-2513 ou (41) 99252-8250;
• O mau tempo pode ser um condicionante que impedirá o deslocamento de aeronaves para a região;
• O tempo de permanência em operação de representantes ou grupos de cada órgão dependerá das características do desastre;
• As funções desenvolvidas pelas instituições quando na recorrência de um desastre não ensejam qualquer tipo de remuneração, sendo considerado serviço de relevante interesse público;
3. CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO
Para a caracterização do cenário foi adotada uma metodologia que buscou levantar informações de áreas que apresentaram uma recorrência com relações aos desastres pertinentes a este plano.
Para estas áreas adotou-se uma nomenclatura de “áreas de atenção”, que são localidades que historicamente já estiveram envolvidas ou ainda se envolvem sazonalmente com algum dos tipos de ocorrências, como alagamentos, inundações ou deslizamentos. É importante ressaltar que cada área de atenção se refere a uma localidade especifica, se, por exemplo, no município há dois bairros que comumente alagam neste município há no mínimo duas áreas de atenção.
A ideologia do plano é de que cadastradas todas as “áreas de atenção” do município, seja possível, quando em um alerta meteorológico, poder priorizar, através da análise dos dados constante em cada área, qual localidade irá ter uma intervenção prioritária dos órgãos de resposta.
Lembrete: Para parâmetros de priorização de alerta nas áreas de atenção:
1º Aquelas com maior concentração populacional correlacionada com a pior predominância construtiva;
2º
Aquelas com pior infraestrutura;
3º Aquelas com mais pontos sensíveis dentro dos polígonos, como asilos, escolas, hospitais, etc;
Na sequência estão as fichas de cadastro destas áreas de atenção, divididas em três sessões:
1) Áreas de atenção de Alagamentos;
2) Áreas de atenção de Deslizamentos;
3) Áreas de atenção de Inundações;
Total de áreas: 2
Localidade: JARDIM DA LUZ.
Nome do rio: Nome da bacia hidrográfica:
Detalhamento:
LOCALIDADE DE BAIXO DE DECLIVE,SENDO ATINGIDA POR ENXURRADAS.
Residências: 5 Prédios públicos: 1 Infraestrutura: 5
Pontos sensíveis:
POLO U.A.B (UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL).
População afetável: 20
Característica da área afetável: Área Urbana Tipo de ocupação: Loteamento com infraestrutura
Predominância construtiva: Alvenaria
Descrição:
ÁREA SUSCETÍVEL A ALAGAMENTO DEVIDO A DEFICIÊNCIA NO SISTEMA DE DRENAGEM, E DEVIDO O DECLIVE DA LOCALIDADE.
Responsável pelo levantamento dos dados:
ROGÉRIO FERREIRA DE ANDRADE
Responsável pelo preenchimento: ROGÉRIO FERREIRA DE ANDRADE
Cargo/função: Outro/Coordenador Municipal de Defesa Civil
Localidade: SUL BRASILEIRA
Nome do rio: Nome da bacia hidrográfica:
Detalhamento:
APRESENTA ALAGAMENTO, DEVIDO AO DECLIVE DO LOCAL E FALTA DE ACESSO PARA ESCOAMENTO DOS VOLUMES HÍDRICOS. APRESENTANDO PERDAS MATERIAIS AOS MORADORES DA LOCALIDADE.
Residências: 33 Prédios públicos: 0 Infraestrutura: 0
Pontos sensíveis:
NÃO É O CASO
População afetável: 20
Característica da área afetável: Área Urbana
Tipo de ocupação: Loteamento sem infraestrutura, Loteamento com infraestrutura
Predominância construtiva: Alvenaria
Descrição:
BUEIRO NO QUAL NÃO ABSORVE TODO O VOLUME HÍDRICO DO LOCAL DEVIDO O DECLIVE DA RUA, SENDO ASSIM AFETANDO AS RESIDÊNCIAS CIRCUNVIZINHAS
Responsável pelo levantamento dos dados:
ROGÉRIO FERREIRA DE ANDRADE
Responsável pelo preenchimento: ROGÉRIO FERREIRA DE ANDRADE
Cargo/função: Outro/Coordenador Municipal de Defesa Civil
Total de áreas: 1
Localidade: PROLONGAMENTO RUA PEABIRU PRÓXIMO AO FRIGORÍFICO ASTRA
Detalhamento:
O ATERRO EM QUESTÃO CONFIGURA-SE COMO UMA VIA DE PROLONGAMENTO DA RUA PEABIRU, ESTABELECENDO LIGAÇÃO ENTRE A REGIÃO CENTRAL DO MUNICÍPIO, O FRIGORÍFICO ASTRA E A ZONA RURAL. A ÁREA ATUA COMO PONTO DE CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS PROVENIENTES DE DIVERSOS BAIRROS URBANOS E DO CENTRO DA CIDADE, CARACTERIZANDO-SE COMO UM COMPONENTE RELEVANTE DO SISTEMA DE DRENAGEM URBANA.
Declividade: 45 ~ 75%; Vegetação: Natural; Drenagem: Tubulação
Evidências de movimentos: Árvores, postes inclinados Trincas no terreno
Presença de nascentes
Residências: 0; Prédios públicos:0; Infraestrutura: 0
Pontos sensíveis:
FRIGORÍFICO ASTRA.
População afetável: 0
Característica da área afetável: Área Urbana, Área Rural
Tipo de ocupação: Sem ocupações
Predominância construtiva: Outros
Descrição:
DEVIDO AO GRANDE VOLUME DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DECLIVE DA LOCALIDADE, TORNA-SE O ATERRO LOCAL DE ATENÇÃO, DEVIDO AO GRANDE FLUXO DE TRANSEUNTES PARA ACESSO AO FRIGO ASTRA QUE ENCONTRA-SE A 200M DA ÁREA DE ATENÇÃO.
Responsável pelo levantamento dos dados: ROGÉRIO FERREIRA DE ANDRADE
Responsável pelo preenchimento: ROGÉRIO FERREIRA DE ANDRADE
Cargo/função: Outro/Coordenador Municipal de Defesa Civil
Total de áreas: 0
O município não possui áreas de inundação
4. CADASTRO DE ABRIGOS
A ficha de cadastro de abrigos foi idealizada para auxiliar na formação destes locais, pois muito mais importante do que ter referenciado um local físico para recepcionar estas pessoas é ter uma estrutura de pessoal e logística previamente estabelecida, onde os atores de gestão terão a consciência de suas ações, qualificando assim desta maneira o atendimento.
4.1. Quando ativar o abrigo:
Os responsáveis pela ativação dos abrigos devem ser acionados sempre que houver a emissão de alertas para as áreas de atenção. Caso haja a confirmação da necessidade de remoção das pessoas das áreas de atenção, os responsáveis deverão ativar os abrigos. O abrigo deverá ser ativado ainda quando na ocorrência de um desastre que atinja localidades com ocupação e que haja a necessidade de se alocar pessoas em um local seguro.
Check-list para ativar o abrigo:
( ) Confirmado o alerta ou ocorreu um evento com necessidade de realocar pessoas; ( ) Verifique as áreas atingidas ou com alerta;
( ) Verifique dentro do cadastro de abrigos qual deles é o mais adequado para abrigar estas pessoas;
( ) Verifique se o número de pessoas atingidas pode ser alocado em um único abrigo ou se será necessário mais de um abrigo;
( ) Verifique o meio de transporte e as rotas a serem utilizadas para a retirada destas pessoas (sugestão: Utilizar ônibus, verificar no cadastro de recursos);
( ) Acionar os gestores do abrigo a ser mobilizado, conforme cadastro;
( ) Solicitar confirmação de condições do abrigo acionado, para início das atividades;
IMPORTANTE: Um abrigo deve ser planejado para cada sete dias, ou seja, os recursos necessários para a sua organização devem ser estimados para este período, podendo ser reorganizado na mesma proporção caso seja necessário.
SUGESTÃO PARA ROTINA DE ABRIGOS

Atividades/Rotinas	Horários sugeridos
Alvorada (despertar)	7h
Café da manhã	7h30m até 8h
Almoço	12h até 13h
Jantar	18h até 19h
Abertura / fechamento do abrigo	6h / 23h
Lactário (lactante-amamentação)	2h, 5h, 8h, 11h, 14h, 17h, 20h, 23h
Espaço recreativo	8h até 11h e 14h até 17h

Total de abrigos: 3
Município: Cruzeiro do Oeste - PR Tipo do Abrigo: Ginásio de esportes
Local do Abrigo: GINáSIO DE ESPORTES SÃO FRANCISCO DE ASSIS
Endereço: PRAÇA MANOEL RIBAS nº: 0000000 CEP: 87400000
Coordenadas - Latitude: 23º47’10.5’’ Coordenadas - Longitude: 53º0435
Nome Responsável: Danielle Araújo da silva
Fone fixo: (44) 3676-1555 Celular: (44) *****-**** Email: *********@cruzeirodooeste.pr.gov.br
Nome Adjunto: RONALDO APARECIDO CORREA
Fone fixo: (44) 3676-1555 Celular: (44) *****-**** Email: *********@cruzeirodooeste.pr.gov.br
Coordenador Social: CLAUDINÉIA APARECIDA BRITO SILVA
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@gmail.com
Coordenador Social Adjunto: FABIO JUNIOR DA SILVA
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@hotmail.com
Coordenador Saúde: kelly ferrarezi
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@hotmail.com
Coordenador Saúde Adjunto: REGIANE MARIA COUTINHO
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email:
Coordenador Logística: PEDRO HENRIQUE NEVES NASCIMENTO
Fone fixo: (44) 3676-1555 Celular: (44) *****-**** Email: *********@gmail.com
Coordenador Logística Adjunto: Anderson Menezes Silva
Fone fixo: (44) 3676-1555 Celular: (44) *****-**** Email: esporte@cruzeirodooeste.pr.gov.br
Checklist Abrigo:
Capacidade do Abrigo: 500 pessoas
Há espaços para almoxarifado? Sim
Existe cozinha no local? Sim
Existe água encanada? Sim
Existe coleta de lixo regular? Sim
Quantidade de banheiros: 02 Masc. 02 Fem.
Quantidade de chuveiros: 03 Masc. 03 Fem.
Há espaços para lavanderia? Sim
Há espaço para secagem de roupas? Sim
Há espaço para área de recreação? Sim
Há fornecimento de energia elétrica? Sim
Há espaço para abrigo de animais? Não
Há espaço reservado para alimentação? Sim
Capacidade do reservatório de água: 5000 litros
Observações:
Responsável pelas informações: DANIELLE ARAUJO DA SILVA
Município: Cruzeiro do Oeste - PR Tipo do Abrigo: Escola
Local do Abrigo: COLÉGIO ESTADUAL ANCHIETA
Endereço: AVENIDA WENCESLAU BRÁS nº: 245 CEP: 87400000
Coordenadas - Latitude: 23º4723 Coordenadas - Longitude: 53º0453
Nome Responsável: KAMILA CORREIA G.FELIPE
Fone fixo: (44) 3676-1247 Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Nome Adjunto: Pedro Luiz Moreira
Fone fixo: (44) 3676-1247 Celular: (44) *****-**** Email: *********@gmail.com
Coordenador Social: JULYMEYRE C. PEDRINI RUFFO
Fone fixo: (44) 3676-1247 Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Social Adjunto: ANA CARLA NEVES DOS SANTOS
Fone fixo: (44) 3676-1247 Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Saúde: EDNA BANDEIRA SACOMAN
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Saúde Adjunto: RENATO LYSYK
Fone fixo: Celular: (44)*****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Logística: DEBORA NASCIMENTO DA SILVA
Fone fixo: (44) 3676-1247 Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Logística Adjunto: RUBINA MARIA DA SILVA CORREIA
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Checklist Abrigo:
Capacidade do Abrigo: 500 pessoas
Há espaços para almoxarifado? Sim
Existe cozinha no local? Sim
Existe água encanada? Sim
Existe coleta de lixo regular? Sim
Quantidade de banheiros: 05 Masc. 05 Fem.
Quantidade de chuveiros: 05 Masc. 05 Fem.
Há espaços para lavanderia? Sim
Há espaço para secagem de roupas? Sim
Há espaço para área de recreação? Sim
Há fornecimento de energia elétrica? Sim
Há espaço para abrigo de animais? Sim
Há espaço reservado para alimentação? Sim
Capacidade do reservatório de água: 7500 litros
Observações:
Responsável pelas informações: KAMILA CORREIA G.FELIPE
Município: Cruzeiro do Oeste - PR Tipo do Abrigo: Escola
Local do Abrigo: COLÉGIO ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARÉ
Endereço: RUA ROCHA POMBO nº: 104 CEP: 87400000
Coordenadas - Latitude: 23º4732 Coordenadas - Longitude: 53º0435
Nome Responsável: VIVIANE GENARO
Fone fixo: (44) 3676-1300 Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Nome Adjunto: ARIANA MARQUES DEQUIQUE
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Social: TELMA MARIA ANANIAS
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Social Adjunto: TEREZA CRISTINA DA SILVA
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@gmail.com
Coordenador Saúde: SHOITI YOSHIOKA
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Coordenador Saúde Adjunto:
Fone fixo: Celular: Email:
Coordenador Logística: JOSÉ BASÍLIO
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
Coordenador Logística Adjunto: LUCIANA GOMES
Fone fixo: Celular: (44) *****-**** Email: *********@escola.pr.gov.br
Checklist Abrigo:
Capacidade do Abrigo: 700 pessoas
Há espaços para almoxarifado? Sim
Existe cozinha no local? Sim
Existe água encanada? Sim
Existe coleta de lixo regular? Sim
Quantidade de banheiros: 10 Masc. 10 Fem.
Quantidade de chuveiros: 10 Masc. 10 Fem.
Há espaços para lavanderia? Sim
Há espaço para secagem de roupas? Sim
Há espaço para área de recreação? Sim
Há fornecimento de energia elétrica? Sim
Há espaço para abrigo de animais? Não
Há espaço reservado para alimentação? Sim
Capacidade do reservatório de água: 10000 litros
Observações:
Responsável pelas informações: VIVIANE GENARO
5. CADASTRO DE RECURSOS
Para o registro dos recursos foram categorizadas 4 (quatro) tipificações, onde em cada uma delas buscou-se cadastrar a quantidade disponível, a pessoa responsável pelo recurso e seus meios de contato.
Os recursos estão assim divididos:
a) Veículos: Nesta seção estão relacionados os tipos de veículos que podem ser utilizados quando na ocorrência de um desastre, como veículos 4x4, embarcações, tratores, caminhões, entre outros;
b) Materiais: Os materiais estão divididos em estruturais como lonas e telhas, e materiais de assistência humanitária como cesta básica, colchões e etc;
c) Recursos Humanos: Relaciona pessoas que possam auxiliar nas ações de resposta como médicos, veterinários, engenheiros e outros;
d) Instituições Voluntárias: Instituições que podem auxiliar de alguma maneira no momento do desastre, como jipeiros, comunidades cristãs, ONGs e etc;
IMPORTANTE: Para esta parte do plano é necessária atenção e manipulação constantes, pois os recursos dependem muito dos contatos de acionamento e devido à dinâmica dos acontecimentos é provável uma alteração quase que constante destes meios de acionamento.
Veículos
Utilitários
Tipo Qtd. Contato Instituição Tel. fixo Celular Email
PRISCILLA
Micro-Onibus 10 VEIRA PMCO educação GALBES
(44) 3676-1636
(44) *****-**** t*********@gmail. com
PRISCILLA
Onibus 05 PREFEITURA MUNICIPAL GALBES
(44) 3676-1636
(44) *****-****
*********@gmail. com
Alejandro
Picape 02 Bruno PMCO Mendes
Santos
(44) 3676-2535
(44) *****-****
*********@gmail. com
Transporte de Materiais
Tipo Qtd. Contato Instituição Tel. fixo Celular Email
Alejandro
Caminhão basculante 04 Bruno SECRETARIA DE OBRAS
Mendes
Santos
(44) 3676-2535
(44) *****-****
*********@gmail. com
Serviços de Terraplenagem
Tipo Qtd. Contato Instituição Tel. fixo Celular Email
Alejandro
Motoniveladora 02 Bruno PMCO Mendes
Santos
(44) 3676-2535
(44) *****-**** *********@gmail. com
Alejandro
Pá-carregadeira 03 Bruno PMCO Santos
(44) 3676-2535
(44) *****-**** *********@gmail. com
Alejandro
Retroescavadeira 02 Bruno PMCO
(44) 3676-2535
(44) *****-**** *********@gmail. com
Mendes Santos
Trator
04 Alejandro Bruno Mendes Santos
PMCO
(44) 3676-2535
(44) *****-****
*********@gmail. com
Atendimento de Emergência
Tipo Qtd. Contato Instituição Tel. fixo Celular Email
Viatura polícia civil 03
Dra. ANA CLAUDIA SILVA
DELEGACIA POLICIA CIVIL
(44) 3676-1684 (44) *****-**********@PC. PR.GOB.BR
Caminhão de combate à 01 incêndio
Alejandro Bruno Mendes Santos
SECRETARIA DE OBRAS (44) 3676-2535 (44) *****-**********@gmail. com
Viatura polícia militar 10 MAJOR ABREU 7º BPM (44) 3676-1202
(44) *****-**** *********@pm.pr.gov.br
Materiais
Materiais
Estruturais
Tipo Qtd. Contato Instituição Tel. fixo Celular Email
Bobinas de lona 03
ROGÉRIO FERREIRA DE
DEFESA CIVIL (44) 3676-8150 (44) *****-****
.**p*r.*g*o*v*.b*r*@cruzeirodooeste
ROGÉRIO
. pr.gov.br
. pr.gov.br
Facão 05
ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE
DEFESA CIVIL (44) 3676-8150 (44) *****-**********@cruzeirodooeste
. pr.gov.br
Garrafas de água potável 02
ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE
DEFESA CIVIL (44) 3676-8150 (44) *****-**********@cruzeirodooeste
Funcionário Público 200
Verônica pereira dos santos correria
PMCO (44) 3676-2812 (44) *****-****
*********@hotmail. com
Instituições voluntárias
Instituição Contato Tel. fixo Celular Email
Lions clube maria do Carmo (44) 0000-0000 (44) *****-****
Ações que pode desenvolver:
Ações humanitárias, serviço voluntário
Ativação do Plano
6. ATIVAÇÃO DO PLANO
6.1. Autoridade de Ativação
O Plano de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:
Responsável: ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE Função: COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA
CIVIL
Celular:
(44) *****-****
Fixo residencial:
(44) *****-****
Fixo comercial:
(44) 3676-8150
Outro:
(44) *****-****
Responsável: Gildo Rogério da Silva Função: Coordenador adjunto COMPDEC
Celular:
(44) *****-****
Fixo residencial:
(44)*****-****
Fixo comercial:
(44) 3676-8150
Outro:
(44) *****-****
Responsável: Função:
Celular: Fixo residencial: Fixo comercial: Outro:
6.2. Critérios para Ativação
O PLANCON será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:
• Quando o responsável pelo monitoramento (listados abaixo) receber alerta meteorológico do CENAD, CEDEC, COREDEC ou COMDEC;
• Quanto o nível dos rios monitorados (veja lista abaixo) atingirem os níveis de atenção ou alerta;
• Quando o movimento de massa for detectado pelos responsáveis pelo monitoramento ou for dado um alerta pela MINEROPAR;
• Quando ocorrerem chuvas, vendavais ou tempestades que gerem pessoas desalojadas e/ou desabrigadas;
GILDO ROGÉRIO DA SILVA
AGENTE DE DEFESA CIVIL
CRUZEIRO DO OESTE
(44) 3676-8150 (44) *****-****(44) *****-****(44) 3676-8150
Rios: não Morros: não Réguas de Rios: não Meteorológico: não Estações Pluviométricas: sim
metros metros
6.3. Procedimentos para Ativação
Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência, o Coordenador Operacional deverá realizar os contatos necessários para que as seguintes medidas sejam desencadeadas:
1) Instalar o Sistema de Comando de Incidentes e o Posto de Comando, usando os dados abaixo:
Responsável: PAULO NERY
Fone acionamento:
(44) ********
Celular:
(44) *****-****
Função:
CHEFE DE GABINETE
Fone residencial:
(44) *****-****
Fone comercial:
(44) 3676-8150
Posto de comando:
PREFEITURA MUNICIPAL.
Local:
GABINETE
Telefone:
(44) 3676-8150
2) Acionar o Plano de Chamada, para a composição do Comando do SCI:
Instituição:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Instituição:
DEFESA CIVIL MUNICIPAL
Instituição:
SECRETARIA DE OBRAS
Instituição:
SECRETARIA DE SAÚDE
Cargo:
PREFEITO
Cargo:
COORDENADOR
Cargo:
SECRETÁRIO
Cargo:
SECRETÁRIO
Nome:
ARMANDO CERCI JUNIOR
Nome:
ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE
Nome:
Alejandro Bruno Mendes Santos
Nome:
FLÁVIO POSSETI
Telefone:
(44) *****-****
Telefone:
(44) *****-****
Telefone:
(44) *****-****
Telefone:
(46) *****-****
3) Instalar a Área de Espera, o que é muito importante para a organização e emprego dos recursos;
4) Coleta de informações: Responder as seguintes perguntas norteadoras “O que aconteceu, como está agora e como poderá evoluir”;
5) Levantar telefones para informações: Local do acidente, equipes de socorro que estão em atendimento e notificações em geral, como imprensa;
6) O Coordenador Municipal de Defesa Civil deverá entrar em contato com o Coordenador Regional de Defesa Civil, (Não foi encontrado o coordenador regional, por favor informe um), repassando as informações necessárias;
7. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO
A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos.
7.1. Critérios para a desmobilização
O PLANCON será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizem um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:
• Quando a evolução da precipitação após a ativação do Plano, monitorada pelos responsáveis não for confirmada pelos órgãos de Defesa Civil ou devido a alguma alteração meteorológica confirmada pelo SIMEPAR;
• Quando a evolução do nível do(s) rio(s) após a ativação do Plano, monitorado(s) pelos responsáveis baixar dos níveis de atenção e alerta;
• Quando o movimento de massa não for detectado pelos responsáveis ou quando após avaliação técnica dos órgãos responsáveis (MINEROPAR) descartar o risco;
• Quando a ocorrência de chuvas, vendavais e tempestades que geraram pessoas desabrigadas e
/ou desalojadas tenham cessado e as pessoas já tiverem sido retornadas para as suas residências;
7.2. Autoridade para desmobilização
O Plano de Contingência poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:
Responsável: ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE Função: COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA
CIVIL
Celular:
(44) *****-****
Fixo residencial:
(44) *****-****
Fixo comercial:
(44) 3676-8150
Outro:
(44) *****-****
Responsável: Gildo Rogério da Silva Função: Coordenador adjunto COMPDEC
Celular:
(44) *****-****
Fixo residencial:
(44) *****-****
Fixo comercial:
(44) 3676-8150
Outro:
(44) *****-****
Responsável: Função:
Celular: Fixo residencial: Fixo comercial: Outro:
7.3. Procedimentos para desmobilização
Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas:
• Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior)
8. AÇÕES OPERACIONAIS
8.1. Monitoramento
O monitoramento é o gatilho para o início de qualquer ação prévia quando se refere a desastres. Isto demonstra a sua importância para que o município consiga antever as suas ações e consequentemente salve mais vidas quando for preciso.
Para este Plano, dentro do cadastro de ações operacionais há um espaço voltado para o monitoramento, onde foram abordados os diferentes meios como monitoramento de rios, encostas, estações pluviométricas e estações meteorológicas.
Para isso é importante que o município referencie um responsável por estas coletas de dados através das estações de monitoramento, criando uma rotina de verificações e leituras dos instrumentos, e que este responsável esteja integrado com o sistema municipal de Defesa Civil.
IMPORTANTE: Vale ressaltar que quanto mais meios de monitoramento estiverem acionados em seu município, mais segura será a sua rede de proteção à população.
GILDO ROGÉRIO DA SILVA
AGENTE DE DEFESA CIVIL
CRUZEIRO DO OESTE
(44) 3676-8150 (44) *****-****(44) *****-****(44) 3676-8150
Rios: não Morros: não Réguas de Rios: não Meteorológico: não Estações Pluviométricas: sim
metros metros
metros metros
metros metros
Ações de Monitoramento
Ação/Recurso Quantidade
Quantidade de estações pluviométricas no município 02
Número de vezes por semana em que há monitoramento das encostas 00
Quantidade de réguas instaladas em rios 00
Número de vezes por semana em que há monitoramento dos rios 00
Quantidade de estações meteorológicas 00
8.2. Prioridades na gestão da ocorrência
Importante: Em um desastre é considerável o esforço em tentar manter as pessoas em suas casas sempre que for possível, pois o fato delas irem para abrigos aumenta o tempo de volta da normalidade.
9. AÇÕES DE RESPOSTA
As ações de resposta serão desenvolvidas pelas instituições abaixo relacionadas, com os respectivos responsáveis e telefones de acionamento. Para cada situação que o cenário da ocorrência apresentar, na questão da resposta, é necessário correlacionar um órgão presente no município como responsável
Socorro
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Salvamento BM CRUZEIRO DO OESTE Ten THIAGO (44) 3676-5441
(41) *****-****
At. Pré-Hospitalar SAMU SAMU (44) 3676-5441 (44) *****-****
Busca BM CRUZEIRO DO OESTE Ten.THIAGO (44) 3676-5441 (41) *****-****
Evacuação BM CRUZEIRO DO OESTE Ten THIAGO (44) 3676-5441 (41) *****-****
Assistência às vítimas
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Cadastro Secretaria de Assistencia Social KAUANE (44) 3676-2349 (44) *****-****
Abrigamento Secretaria de Assistencia Social JEFERSON GONÇALVES JUNIOR (44) 3676-4495 (44) *****-****
Doações Secretaria de Assistencia Social Eliana Cerci (44) 3676-2349 (44) *****-****
At. Médico Hospitalar Secretaria de saúde FLÁVIO POSSETI (44) 3676-2349 (46) *****-****
Manejo de Mortos Polícia Civil POLICIA CIVIL (44) 3676-1684 (44) *****-****
At. Grupos especiais APAE SELMA HADAS (APAE) (44) 3676-1432 (44) *****-****
Reabilitação de cenários
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Avaliação de Danos COMPDEC ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE (44) 3676-8150 (44) *****-****
Decretação SE/ECP PMCO ARMANDO CERCI JUNIOR (44) 3676-8150 (44) *****-****
Rec. Infraestrutura PMCO LUCAS (ENGENHEIRO) (44) 3676-8150 (44) *****-****
Serviços Essenciais PMCO CARLOS FARINAZZO(AGRICULTURA) (44) 3676-1255 (44) *****-****
Segurança Pública 7º BPM MAJOR ABREU (44) 3676-8700 (44) *****-****
Informações Públicas PMCO LISLIÊ PEREIRA DOS SANTOS (44) 3676-8150 (44) *****-****
10. INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO DE INCIDENTES
O SCI é uma ferramenta de gerenciamento de incidentes padronizada, para todos os tipos de sinistros e eventos, que permitindo aos seus usuários adaptar uma estrutura organizacional integrada para suprir as complexidades e demandas de incidentes únicos ou múltiplos, independente das barreiras jurisdicionais.
A correta utilização do Sistema de Comando de Incidentes permite que sejam atingidos três objetivos principais durante o atendimento de um incidente:
• A segurança dos respondedores do incidente, bem como o de todas as pessoas envolvidas ou atingidas pelo evento;
• O cumprimento dos objetivos táticos definidos para o desenvolvimento das ações relacionadas ao incidente;
• O uso eficiente dos recursos disponibilizados;
A flexibilidade inerente à ferramenta faz com que ela possa expandir ou contrair para atingir as diferentes necessidades impostas pelo evento durante o atendimento. Essa flexibilidade torna o método de gerenciamento efetivo para qualquer situação, complexa ou simples, tanto do ponto de vista do custo operacional quanto do ponto de vista da eficiência da abordagem gerencial.
Sendo utilizado de forma correta e respeitando-se os princípios adotados para a ferramenta, o SCI deve atingir as finalidades e os benefícios para os quais o sistema foi desenvolvido:
• Atender as necessidades dos incidentes, independente do seu tipo ou magnitude;
• Permitir que o pessoal empregado no evento, proveniente de uma variada gama de agências, organizações e instituições, possam ser integrados rapidamente e com eficiência a uma estrutura de gerenciamento padronizada;
• Prover suporte administrativo e logístico ao pessoal da área operacional;
• Ser efetivo, do ponto de vista do custo e do emprego dos recursos, evitando-se a sobreposição de esforços;
Segue abaixo a estrutura envolvendo os atores municipais para a concepção do SCI, importante ressaltar que cada pessoa definida para uma função tenha conhecimento de suas ações e principalmente conhecimento da ferramenta como um todo:
Comando
Instituição:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE
Instituição: Cargo:
PREFEITO
Cargo: Nome:
ARMANDO CERCI JUNIOR
Nome: Telefone:
(44) *****-****
Telefone:
DEFESA CIVIL MUNICIPAL COORDENADOR ROGERIO FERREIRA DE ANDRADE (44) *****-****
Instituição: Cargo: Nome: Telefone:
SECRETARIA DE OBRAS SECRETÁRIO Alejandro Bruno Mendes Santos (44) *****-****
Instituição: Cargo: Nome: Telefone:
SECRETARIA DE SAÚDE SECRETÁRIO FLÁVIO POSSETI (46) *****-****
Staff de Comando
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Ligação PREFEITURA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO LISLIÊ PEREIRA DOS SANTOS (44) 3676-8150 (44) *****-****
Segurança 7º BPM MAJOR ABREU (44) 3676-1202 (44) *****-****
Informaçõ es ao Público PREFEITURA MUNICIPAL EDINEI FIORENTINI (44) 3676-8150 (44) *****-****
Seções Principais
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Planejamento PREFEITURA MUNICIPAL PLANEJAMENTO LORENA FUNAYAMA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Operações CORPO DE BOMBEIROS TENENTE THIAGO (44) 3621-4150 (41) *****-****
Logística DEFESA CIVIL MUNICIPAL RODRIGO LUIZ BARBOSA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Finanças PMCO FINANÇAS NURIA CRISTINA ZAMORA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Planejamento
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Unidade Situação SECRETARIA DE AGRICULTURA LEONARDO FOGAÇA (44) 3676-4906 (44) *****-****
Unidade Recursos PREFEITURA MUNICIPAL JUNIOR INFORMATICA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Documentação PMCO PROCURADORIA EVELIN PETINELI (44) 3676-8150 (44) *****-****
Especialistas SECRETARIA DE AGRICULTURA CARLOS FARINAZZO (44) 3676-4906 (44) *****-****
Operações
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Área de Espera ESCOLA MUNICIPAL TASSO DA SILVEIRA Amália (44) 3676-5486 (44) *****-****
Operações Aéreas SAMU AÉREO SAMU (44) 3626-4750 (44) *****-****
Sub. Socorro PMCO JOSEFA (ENFERMEIRA) (44) 3676-8150 (44) *****-****
Sub. Assistência CREAS (ASSISTÊNCIA SOCIAL) SELMA (44) 3676-2349 (44) *****-****
Sub. Reabilitação SEC.PLANEJAMENTO LORENA FUNAYAMA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Sub. Decretação CENTRO DE EVENTOS MARIELSO (44) 3676-1636 (44) *****-****
Logística
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Unidade Suprimentos Prefeitura Municipal MARCOS JOSÉ LOPES (44) 3676-8150 (44) *****-****
Unidade Instalações Prefeitura Municipal SEC. Obras CECINATO (44) 3676-8150 (44) *****-****
Unidade Apoio Op. Prefeitura Municipal SEC. Saúde FERNANDO (44) 3676-2566 (44) *****-****
Unidade Alimentação Prefeitura Municipal SEC.Administração MARIA EDUARDA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Unidade Médica Secretaria Municipal de Saúde FLÁVIO POSSETI (44) 3676-1255 (46) *****-****
Unidade Comunicação Prefeitura Municipal ANSELMO (44) 3676-8150 (44) *****-****
Finanças
Coordenador: Instituição: Nome: Tel. fixo: Celular:
Unidade Emp. Recursos Prefeitura Municipal MARCUS MOURA (44) 3676-8150 (44) *****-****
Unidade Compras Prefeitura Municipal RAYRA MUNHOS (44) 3676-8150 (44) *****-****
Unidade Custos Prefeitura Municipal ANDREIA KÁTIA CELLA (44) 3676-8150 (44) *****-****
10.1. Organograma do SCI
11. Atribuições Gerais
São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil:
• Manter um plano de chamada atualizado do pessoal do seu órgão com responsabilidade pela implementação do plano;
• Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a participação do seu órgão na implementação do plano;
• Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação do seu órgão na implementação do plano;
• Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão na implementação do plano;
• Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão na implementação do plano;
• Prover meios para a garantia da continuidade das operações do seu órgão, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;
• Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas ao seu órgão na implementação do plano;
• Certificar-se que todos os que precisem estar disponíveis ou desencadear ações neste plano saibam disso inclusive como e quando fazerem. Isso vale para as pessoas e para as instituições;
É preciso lembrar que este plano poderá vir a ser executado em conjunto com órgãos de apoio que possuem os seus próprios planos, portanto esta verificação de compatibilidade e alinhamento deve ser realizada na concepção do plano e em suas revisões.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 1632/2026
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA CONDUÇÃO DOS LEILÕES DESTINADOS À ALIENAÇÃO DE BENS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ – PARANÁ, SEM REMUNERAÇÃO ADICIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROBERTO DA SILVA, Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 31, caput e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que o leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração;
CONSIDERANDO a necessidade de designação formal de servidor municipal para a condução dos leilões destinados à alienação de bens móveis e/ou imóveis pertencentes ao Município de Iporã/PR;
CONSIDERANDO que o servidor designado já percebe os vencimentos correspondentes ao seu vínculo funcional com o Município, não sendo devida comissão sobre arrematações nem remuneração adicional específica em razão desta designação;
RESOLVE:
I - Designar a servidora municipal JANAINA BERGAMIN PEREIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PORTARIA nº 190/2025, para, sem prejuízo das atribuições próprias de seu cargo, conduzir os leilões destinados à alienação de bens móveis e/ou imóveis pertencentes ao Município de Iporã/PR, observados o respectivo processo administrativo, o edital e a legislação aplicável.
II - Compete ao servidor designado praticar os atos necessários à condução dos leilões, especialmente dirigir a sessão pública, receber, ordenar e analisar os lances, declarar os arrematantes, lavrar e assinar atas e demais documentos pertinentes, prestar as informações necessárias e adotar as providências compatíveis com a função, sempre em observância às regras estabelecidas no edital e no processo administrativo.
III - O exercício da função prevista nesta Portaria ocorrerá sem pagamento de comissão, percentual sobre o valor das arrematações, gratificação ou qualquer remuneração adicional específica, permanecendo o servidor exclusivamente com a remuneração e as vantagens legalmente inerentes ao seu cargo ou vínculo funcional.
IV - A presente designação não altera o vínculo funcional do servidor, não implica mudança de cargo e não gera direito à incorporação de vantagem ou parcela remuneratória de qualquer natureza em razão do exercício da função aqui atribuída.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.
Iporã-(PR), 19 de outubro de 2026.
ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 311/2026 DE 19 DE OUTUBRO
SÚMULA: Convocação de Candidato Aprovado no Concurso Público - Efetivo, do Município de Cruzeiro do Oeste – Pr, conforme Edital de Abertura nº 001/2024, de 29 de fevereiro de 2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
E em conformidade com o Concurso Público – Efetivo e Edital de Abertura nº 001/2024 datado de 29 de fevereiro de 2024, realizado em 21 de abril de 2024, e considerando a Homologação da Classificação Final que homologou o resultado final do Concurso Público – Efetivo, publicado em 23 de Maio de 2024, no Jornal Umuarama Ilustrado.
CONVOCA o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público – Efetivo e Edital nº 001/2024, homologado o resultado final dos aprovados no Concurso Público, através do Edital de Homologação da Classificação Final nº 048/2024 do dia 23/05/2024, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 23/05/2024, para no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data da publicação deste Edital, apresentar documentações para contratação, observadas as condições previstas no Edital de Abertura nº. 01/2024, itens 14.6 e 14.7.
CARGO: MOTORISTA – 40H
Inscrição CANDIDATO CPF Classificação
192 LEANDRO HUDSON DE FREITAS xxx.700.439-xx21º
Os candidatos (a) aprovados (a) e convocados (a) deverão apresentar os seguintes documentos para admissão e contratação:
- Carteira de Identidade (R.G.) e fotocópia;
- Certificado de reservista e fotocópia, quando couber;
- Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação nas últimas eleições ou a justificativa da ausência;
- C.P.F. e fotocópia;
- Cadastro do PIS/PASEP fotocópia;
- Comprovante de escolaridade exigida, e registro no Conselho da Classe quando couber;
- Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
- Certidão de nascimento com CPF dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber;
- Duas fotos 3X4 recente, tirada de frente;
- CTPS (carteira de trabalho) e fotocópia;
- Comprovante de residência
- Declaração, com firma reconhecida, de não ter sofrido o exercício de função pública, penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar;
- Declaração, com firma reconhecida, de inexistência de acúmulo ilegal de cargos ou de aposentadoria.
- Atestado de antecedentes cível e criminal, fornecido pelo Cartório do Distribuidor do Fórum da cidade que reside)
- Atestado de Saúde Mental (Será encaminhado ao Técnico em Segurança do Trabalho do Município de Cruzeiro do Oeste)
- Conta Banco CAÍXA ECONÔMICA (Conta Salário – Agência de Cruzeiro do Oeste)
- O candidato que não comparecer no prazo estipulado, será excluído da lista de aprovados, conforme Edital de Abertura nº 001/2024 do Concurso Público – Efetivo.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.
ARMANDO CERCI JUNIOR
- Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 030/2026
Processo Administrativo n.º 085/2026
Objeto: Contratação de empresa METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA objetivando aquisição de 01 (um) Carro Hatch – Onix Hatch 1.0 Aspirado mecânico 2026/2026, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Perobal/PR, mediante utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde Amerios – CISA, inscrito no CNPJ nº 86.689.023/0001-70

Contratante: MUNICÍPIO DE PEROBAL
Contratado: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA
Valor total: R$ 99.650,00 (noventa nove mil seiscentos cinquenta reais)
Fundamentação legal: artigo 74, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Autorização da inexigibilidade: 19/10/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
ATO DA MESA n. 033/2026
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, usando de suas legais atribuições,
RESOLVE:
AUTORIZAR o Vereador José Augusto Pereira Leal, a viajar até Curitiba - PR no período de 20 a 23 de outubro de 2026, onde participara do WORKSHOPPRÁTICO “O FUTURO DAS CIDADES E O PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL”, descrito no Requerimento nº002/2026 (Gabinete do Vereador José Augusto), cabendo o pagamento antecipado de quatro diárias, nos termos da Lei nº.1.425, de 26 de fevereiro de 2026
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 19 de outubro de 2026.
LAERCIO GOMES DE ARAUJO
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA
JOSÉ AUGUSTO PEREIRA LEAL
SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2º ADENDO MODIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 174/2026

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Pregoeira Barbara da Silva Costa, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente ADENDO, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 174/2026, cujo objeto é o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a contratação de empresa especializada em fornecimento, montagem e entrega de kits de materiais escolares, serem distribuídos gratuitamente aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A Secretaria Municipal de Administração e Diretoria de Compras, ALTERA-SE, INCLUA-SE-SE e MODIFICA-SE por meio deste adendo, conforme segue:
INCLUA-SE NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO 02) DO EDITAL E ONDE CONSTAR:
NO ITEM 1.6. KIT 2 - ENSINO FUNDAMENTAL:
01 UNIDADE DE RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 30 CM
ALTERA-SE Item 1.6. (KIT 3 - EJA), O SUBITEM A SEGUIR:
ONDE SE LÊ:
01 UNIDADE DE CAIXA DE LÁPIS DE COR DE 12 CORES
LEIA-SE:
02 UNIDADE DE CAIXA DE LÁPIS DE COR DE 12 CORES
A data da sessão pública para o julgamento do certame permanece inalterada.
O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n° 174/2026, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.
O Edital modificado será encaminhado às empresas que o adquiriram, e os demais interessados, poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no link Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Comuniquem-se as empresas que adquiriram. Publique-se.
Guaíra (PR), em 16 de outubro de 2026.
Barbara da Silva Costa / Pregoeira

Rainha do Noroeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
ESTADO DO PARANÁ

Fone (44) 3675-4300
Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394
CEP 87.820-000 — CNPJ 75.377.200/0001-67

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 075/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074/2025.

Pelo presente **TERMO ADITIVO**, a **Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.377.200/0001-67, com sede na Rua Juscelino Kubitscheck de Oliveira, n.º 2394, Bairro Centro, Cidade Gaúcha/PR, CEP 87.820-000, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **Sr. Alexandre Lucena**, doravante denominado **CONTRATANTE.**

E de outro lado, a empresa **59.026.159 Rosi Maria De Barros Neves**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.026.159/0001-28, com sede à Rua Dona Nicha, n.º 1212, Bairro Jardim Alvorada, Cidade Gaúcha/PR, CEP 87.820-000, endereço eletrônico rosebarrosneves@gmail.com, telefone (44) 99849-4934, neste momento representada por sua sócia administradora **Sra. Rosi Maria de Barros Neves**, brasileira, empresaria, inscrita pelo CPF sob o n.º 079.696.229-41, doravante denominada **CONTRATADA.**

CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo n.º 075/2025 tem por objeto a contratação de empresa habilitada para prestação de serviços terceirizados, de forma contínua, de coveiro para manutenção das atividades do Cemitério Municipal de Cidade Gaúcha/PR;

CONSIDERANDO que o contrato prevê o reajustamento dos valores contratados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

CONSIDERANDO a ocorrência de variação inflacionária no período contratual, aferida mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no percentual acumulado de 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento), conforme índice previsto para o reajustamento dos valores contratuais;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a aplicação do índice de reajustamento previsto contratualmente;

CONSIDERANDO o disposto no art. 92, inciso V e § 3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, quanto à previsão de critérios, data-base e periodicidade do reajustamento dos preços contratados;

Resolvem aditar o contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR

1.1. Fica concedido o reajuste contratual com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), correspondente a 4,22% (quatro vírgula vinte e dois por cento), acumulado no período de 12 (doze) meses.

1.2. O valor contratual reajustado passa a observar a seguinte composição:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR INICIAL	REAJUSTE (4,22%)	VALOR REAJUSTADO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COVEIRO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL...	4.500,00	189,90	4.689,90
		VALOR TOTAL R$	56.278,80

1.3. O valor correspondente ao reajuste perfaz o montante de R$ R$ 189,90 (cento e oitenta e nove reais e noventa centavos) mensais, passando o valor mensal contratado para R$ 4.689,90 (quatro mil seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

1.4. O valor mensal da prestação dos serviços, em decorrência do reajuste, passa de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para R$ 4.689,90 (quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa centavos).

1.5. O valor global anual do contrato passa de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) para R$ 56.278,80 (cinquenta e seis mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), representando um acréscimo anual de R$ 2.278,80 (dois mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) decorrente do reajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato original que não foram expressamente modificadas por este instrumento.

2.2. E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento por meio de assinatura eletrônica, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Cidade Gaúcha/PR, 01 de outubro de 2026.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal
Contratante

Rosi Maria de Barros Neves
Sócia Administradora
Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO n.º0 33/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA E EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI
O MUNICIPIO DE PEROBAL, Estado do Paraná, torna público, que realizará PREGÃO ELETRONICO, com critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Municipal nº095/2025,e demais normas aplicáveis.
OBJETO: Registro de preços para futura contratação de Empresa para Aquisição de Suplementos Alimentares, Fórmulas Infantis e Leites Especiais, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Perobal – Pr.
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 20/10/2026 às 09h00min até 05/11/2026 às 08h30min.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 05/11/2026 as 08h31min até 08h59min
DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 05/11/2026 às 09h00min
TIPO DE DISPUTA: ABERTO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$ 706.368,95 (setecentos e seis mil e trezentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos)
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://www.bll.org.br.
LINK PARA ACESSO AO EDITAL: https://perobal.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
Perobal, 19 de outubro de 2026
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA N.º 713
De 13/10/2026
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a Lei Municipal n. 167, de 29/06/2004 que institui a Licença Prêmio para os servidores municipais;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio aos servidores abaixo relacionado:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Adriana Aparecida Xavier Matriculas – 214 e 1226	Professor	2014/2019	19/10/2026 à 18/12/2026
Márcia Andréia Zucarelli Matriculas – 1313 e 1633	Professor	2010/2015 2014/2019	19/10//2026 à 02/11/2026

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. (13/10/2026).
Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 299/2026
Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 720/2024, do Edital de Pregão Eletrônico nº 152/2024
Contratante: MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Contratada: VETINSPEC SERVICOS VETERINARIOS LTDA, CNPJ nº 43.734.170/0001-02
Objeto do Contrato: Prestação de serviços especializados de médico veterinário, com carga horária de 04 (quatro) horas semanais, para prestação de serviço e anotação de responsabilidade técnica perante ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIM/POA) e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-PR) para estabelecimento de entreposto de pescados e carga horária de 04 (quatro) horas semanais para a casa do mel, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, desse Município de Guaíra/PR.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato Administrativo nº 720/2024.
Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente contrato por mais 12 (doze) meses, até 23 de outubro de 2027.
Do Reajuste do Valor Contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de R$ 51.714,72 (cinquenta e um mil, setecentos e quatorze reais e setenta e dois centavos).
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.
Guaíra, Paraná, 19 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

RESCISÃO CONTRATUAL Nº 011/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 024/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90
Contratada: CONSTRUTORA L D LTDA, CNPJ nº 48.897.120/0001-60
DO OBJETO - Constitui objeto deste termo a RESCISÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo nº 039/2026, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 024/2025, que tem como objeto a execução de obras de reforma do Terminal Rodoviário de Guaíra, situado à Avenida Coronel Otávio Tosta, esquina com a Rua Bandeirantes, Cidade de Guaíra-PR, em conformidade com o projeto básico de engenharia e demais documentos técnicos.
RESCISÃO: Tendo em vista o não cumprimento, pela CONTRATADA, das condições estabelecidas no Contrato Administrativo supracitado, conforme parecer da Procuradoria jurídica deste Município e Decisão Administrativa emitida pela Diretoria de Compras e Licitações, todos anexos ao Proc. Administrativo nº 014/2026, fica rescindido UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo nº 039/2026, a partir de 19 de outubro de 2026.
DO FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão unilateral de contrato tem amparo na disposição contida no o artigo 138, inciso I, e artigo 139 da lei 14.133/2021.
APLICAÇÃO DE PENALIDADES:
Fica imposta multa compensatória de 15% (quinze por cento), com valor total de R$ 133.631,03 (cento e trinta e três mil seiscentos e trinta e um reais e três centavos), conforme cálculo efetuado pelo diretor de compras e licitações, considerando o disposto na Cláusula Décima Segunda do Contrato
Fica a empresa impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Guaíra/PR pelo prazo de 18 (dezoito) meses, com fundamento no art. 156, inciso III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 039/2026 e na Cláusula Décima Segunda do Contrato Administrativo nº 039/2026
DA JUSTIFICATIVA: Conforme Proc. Administrativo nº 014/2026.
Guaíra, Paraná, 19 de outubro de 2026.
GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo Aditivo nº1
Ref: CONTRATO Nº 104/2025
Contratante: Município de Perobal
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE,
Cláusula Primeira: Fica alterado o prazo de vigência disposto na Clausula Segunda presente contrato, encerrando-se em 23 de outubro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica reajustado o valor total da Clausula Quinta de R$ 558.608,31 (quinhentos cinquenta oito mil seiscentos oito reais e trinta um centavo) para R$ 558.774,71 (quinhentos cinquenta oito mil setecentos setenta e quatro reais e setenta e um centavo), referente a prorrogação do prazo de vigência disposto na clausula primeira do presente aditivo, juntamente com reajuste concedido na taxa administrativa passando de 0,75% para 0,78% conforme índice IPCA.
Cláusula Terceira: Fica alterada a redação da Cláusula Sétima, que passa a vigorar nos seguintes termos:
7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
7.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), acumulado no período, exclusivamente para repor a perda do poder aquisitivo da moeda. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.3. O reajuste de que trata o item anterior será formalizado por simples termo de apostilamento e/ou termo aditivo, conforme determina o artigo 136, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, dispensada a celebração de termo aditivo ou parecer prévio da assessoria jurídica, salvo em caso de dúvida jurídica relevante.
7.4. Eventuais atrasos na publicação do índice ou na feitura do apostilamento e/ou termo aditivo não retiram o direito da Contratada ao recebimento dos valores retroativos devidos, calculados a partir da data em que completada a anualidade do contrato.
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo e/ou apostilamento.
7.8. O reajuste será realizado por Termo Aditivo e/ou apostilamento.
7.9. REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
7.10. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato como pactuada, respeitada, em Município de Perobal – Pr., qualquer caso, a repartição objetiva de risco previamente estabelecida, poderá ser reestabelecido o equilíbrio econômico financeiro do mesmo, desde que solicitado e plenamente justificado pela contratada, com planilhas e provas dos fatos que comprovem a alteração do contrato, conforme disposições da Lei 14.133/21.
7.11. Caso haja alteração imprevisível no custo que prejudique a execução do objeto pela detentora cabe a mesma requerer e demonstrar documentalmente a necessidade de equilíbrio econômico financeiro
7.12. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios necessários.
7.13. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, serão respondidos pela administração em até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.
7.14. Para a caracterização do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar no Setor de Compras e Licitações, de preferência via e-mail: licitaperobal@hotmail.com, toda documentação abaixo:
7.15. Cópias das notas fiscais referentes ao mês de julgamento da licitação, informando sua margem de lucro no fornecimento do (s) serviços (s) contratado (s), bem como cópia das notas fiscais referentes ao período de realização do pedido.
7.16. O valor reequilibrado nunca deverá ser superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.
7.17. Cópias das certidões vigentes:
i) Certificado de regularidade do FGTS;
ii) Certidão de débitos Trabalhista;
iii) Certidão de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
iv) Certidão relativos a débitos tributários e dívida ativa Estadual;
v) Certidão de débitos relativos a débitos tributários e dívida ativa municipal;
vi) Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site http://www1.tce.pr.gov.br/ (Consulta de Impedidos de Licitar);
vii) Tribunal de Contas da União - TCU em consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne os resultados das certidões no TCU - Licitantes Inidôneos;
viii) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
ix) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e
x) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.
7.18. Na ausência de um dos documentos elencados acima, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro NÃO SERÁ RECEBIDO.
7.19. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do CONTRATADO, cabendo a PREFEITURA a análise e deliberação a respeito do pedido.
7.20. A licitante fica ciente de que os lances ofertados durante a sessão são de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo reequilíbrio de preços em consequência de altos descontos com o intuito único de ganhar a licitação e posteriormente buscar via revisão do preço aumentar ou regularizar sua margem operacional, sob pena de cancelamento contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.21. Se o CONTRATADO não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será INDEFERIDO pelo Município de Perobal – Pr., e o contratado continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor arrematado, sob pena de cancelamento da Contrato e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
7.22. Para deferimento do reequilíbrio, se ocorrida alguma das situações descritas nos itens acima a CONTRATADA deverá apresentar, a cada mês, Planilha de Custos atualizada, novamente acompanhada de todas as notas fiscais e demais documentos que a justifiquem, sendo que o realinhamento se dará mediante a comprovação do preço pago ao(s) fornecedor(es)
7.23. O Município de Perobal – Pr., se reserva no direito de realizar cotação paralela, para averiguar os valores informados nas Planilhas supracitadas. E apresentando-se como uma situação contornável, através da troca de fornecedores por parte da Empresa, será considerado injustificado o pedido, mantendo-se os valores originais.
7.24. A Administração deverá, quando autorizado o reequilíbrio dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados, sendo que a atualização não retroagirá a ordens de serviços já emitidas.
7.25. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.
7.26. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.
Cláusula Quarta:
Ratificam-se as demais clausulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.
Data:16/10/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
Estado do Paraná
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços n.º 030/2026
Município de Perobal
EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR: HA FRANCO INSTALAÇÕES ELETRICAS E ENRGIA SOLAR LTDA
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais elétricos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias, departamentos e demais setores da Administração Municipal de Perobal – PR
Valor Total: R$87.379,60
Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027.
Fundamentação: Pregão Eletrônico SRP n.º 028/2026

Ata de Registro de Preços n.º 031/2026
Município de Perobal
EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR: E D PARANHOS ELETRICA LTDA
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais elétricos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias, departamentos e demais setores da Administração Municipal de Perobal – PR
Valor Total: R$54.814,00
Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027.
Fundamentação: Pregão Eletrônico SRP n.º 028/2026

Ata de Registro de Preços n.º 032/2026
Município de Perobal
EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR: J.A.A MATERIAIS ELETRICOS EIRELI
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de materiais elétricos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias, departamentos e demais setores da Administração Municipal de Perobal – PR
Valor Total: R$292.090,84
Vigência: 16/10/2026 a 16/10/2027.
Fundamentação: Pregão Eletrônico SRP n.º 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 029/2026
Processo Administrativo n.º 084/2026
Objeto: Contratação da empresa SOCIETE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, objetivando aquisição de 01 (uma) Ambulância de Transporte – Simples Remoção Tipo A, modelo Renault Master L1H1 AMB, destinada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Perobal/PR, mediante utilização da Ata de Registro de Preços nº 003/2026, da qual o Município de Perobal/PR figura como órgão participante, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde Amérios – CISA, inscrito no CNPJ nº 86.689.023/0001-70.
Contratante: MUNICÍPIO DE PEROBAL
Contratado: SOCIETE COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
Valor total: R$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais)
Fundamentação legal: artigo 74, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Autorização da inexigibilidade: 19/10/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
LEI Nº1485
De 19 de outubro de 2026
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e Suplementar, dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial e Suplementar no valor de R$ 3.042.362,75 (Três milhões quarenta e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
06.00SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02Divisão de Ensino
123611450.2065Ensino Fundamental - FUNDEB 70%
183/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL180.000,00
186/3.3.90.08.00OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR7.000,00
123651450.2061Primeira Infância - Creche - FUNDEB 70%
208/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL220.000,00
123651450.2062Primeira Infância - Pré Escola - FUNDEB 70%
212/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL5.000,00
123671450.2040Manutenção da Educação Especial
216/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL5.000,00
FONTE101
TOTAL.....417.000,00
06.00SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02Divisão de Ensino
123651450.2038Manutenção do Ensino Infantil
190/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL65.000,00
196/3.1.91.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS60.000,00
FONTE103
TOTAL.....125.000,00
06.00SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02Divisão de Ensino
123651450.2038Manutenção do Ensino Infantil
191/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL350.000,00
197/3.1.91.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS200.000,00
FONTE104
TOTAL.....550.000,00
06.00SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02Divisão de Ensino
1236114502037Manutenção do Salário Educação
174/3.3.90.32.00MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA100.000,00
175/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA20.000,00
Fonte107
TOTAL.....120.000,00
07.00FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL
07.01Fundo Municipal de Saúde de Perobal
103011300.2048Manutenção do PAB
227/3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL750.000,00
FONTE303
TOTAL.....750.000,00
07.00FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL
07.01Fundo Municipal de Saúde de Perobal
1030113032051Manutenção da Farmácia Básica Municipal
257/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO130.000,00
259/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA50.000,00
Fonte339
TOTAL.....180.000,00
07.00FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL
07.01Fundo Municipal de Saúde de Perobal
1030113002043Manutenção das Atividades da Saúde
457/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA8.226,67
Fonte350
TOTAL.....8.226,67
03.00SECRETARIA DA ADMINIST., INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO
03.01Gabinete do Secretário
0412210502004Manutenção do Gabinete do Secretário
506/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO53.214,74
507/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA150.000,00
03.02Divisão de Rec. Humanos e Serv. Gerais
0412213500002Contribuição para Formação do PASEP
508/3.3.90.47.00OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS8.921,34
05.00SECRETARIA DE OBRAS, AGRIC. E SERV. PÚBLICOS
05.02Divisão de Fiscalização de Obras
1545115512014Manutenção dos Serviços de Obras
509/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO50.000,00
510/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA200.000,00
06.00SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.02Divisão de Ensino
1236514502038Manutenção do Ensino Infantil
511/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO50.000,00
512/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA130.000,00
07.00FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL
07.01Fundo Municipal de Saúde de Perobal
1030113002043Manutenção das Atividades da Saúde
513/3.3.90.30.00MATERIAL DE CONSUMO50.000,00
514/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA200.000,00
Fonte913
TOTAL.....892.136,08
TOTAL GERAL.....3.042.362,75
Art. 2º. Como recurso para cobertura do credito aberto no artigo anterior fica utilizados o provável excesso de arrecadação nas Fontes de Recursos:
101 – Fundef 60%.....R$ 417.000,00;
103 – Educação 10% s/Transf.Constitucionais.....R$ 125.000,00;
104 – Educação 25% sobre Impostos.....R$ 550.000,00;
107 – Salário Educação.....R$ 120.000,00
303 – Saúde - Receita Vinculada (EC 29/00 - 15%).....R$ 750.000,00;
339 – FAF – Estadual Custeio..... R$ 180.000,00
350 – Saúde - Emenda Incrementos Temporários.....R$ 8.226,67
913 – AFM – Recursos Livres.....R$ 892.136,08
conforme o contido no parágrafo 3º. Do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64.
TOTAL..... 3.042.362,75
Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído Lei Municipal nº. 1411/2025 com vigência de 2026 a 2029 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela lei Nº. 1365 com vigência para 2026.
Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
LEI Nº1486
De 19 de outubro de 2026
Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial, dando outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei Municipal :
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
04.00SECRETARIA DA FAZENDA
04.01Gabinete do Secretário
2884622000001Amortização e Encargos de Financiamentos
455/3.3.90.91.00SENTENÇAS JUDICIAIS40.000,00
Fonte1000
TOTAL.....40.000,00
TOTAL GERAL..... 40.000,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do credito aberto no artigo anterior fica utilizados redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:
03.00SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO
03.03Divisão Compras, Licitação e Patrimônio
0412210502015Manutenção dos Serviços de Compras, Licitação e Patrimônio
51/3.3.90.39.00OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA40.000,00
Fonte1000
TOTAL.....40.000,00
TOTAL GERAL.....40.000,00
Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias descritas nos artigos 1º e 2º desta Lei, no PPA – Plano Plurianual, instituído pela Lei Municipal nº. 1411/2025 com vigência de 2026 a 2029 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela lei Nº. 1365 com vigência para 2026.
Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 19 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 257, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026
Interrompe a Ampliação Temporária da Jornada de Trabalho concedida a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando o comunicado da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do dia 15 de outubro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1o Interromper a partir do dia 06 de outubro de 2026, a Ampliação Temporária da Jornada de Trabalho concedida através da Portaria n.º 192, de 13 de julho de 2026, a servidora VILMA APARECIDA DO NASCIMENTO, matrícula nº. 17060, portadora da CPF/MF n.º 695.xxx.xxx-590, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o art. 61, inciso V da Lei Complementar n.º 119 de 14 de fevereiro de 2022.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 19 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS



Sumário

1. RELATÓRIO 3
1.1. CONTEÚDO DO ACÓRDÃO 3
1.2. TRÂMITE DO PROCESSO 5
2. O MUNICÍPIO – DADOS E INDICADORES 6
2.1. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) 6
2.2. ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL 7
2.3. FINANÇAS 7
2.4. BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS 8
3. FUNDAMENTAÇÃO 9
3.1. AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA 9
3.1.1 Resultado Obtido na Avaliação da Atuação Legislativa 10
3.1.2 Resultado Alcançado por Questão de Avaliação 10
3.1.3 Conclusão Sobre a Atuação Legislativa 10
3.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 11
3.2.1. Entrega da Prestação de Contas no Prazo 12
3.2.2. Declaração de Ciência do Controle Interno 12
3.2.3. Aspectos Fiscais – Limite de Gastos com Pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal 12
3.2.4. Gestão do Legislativo 13
3.2.4.1 Teto constitucional para despesas da Câmara 13
3.2.4.2 Limite constitucional para despesas com a folha de pagamento 13
3.2.4.3 Existência de superávit/déficit financeiro na fonte de recursos livres 14
3.2.4.4 Transferência de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais para fundos criados pelo Poder Legislativo 15
3.2.5. Considerações adicionais sobre a análise da Execução Orçamentária e Financeira 16
4. VOTO 17
5. Deliberação 18

Prestação de Contas da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, exercício de 2025. Pela **REGULARIDADE** das contas.

1. RELATÓRIO

Trata-se da prestação de contas do Chefe do Poder Legislativo do **MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL**, referente ao exercício financeiro de 2025, analisadas de acordo com conteúdo e rito estabelecidos nos artigos 224 a 226 do Regimento Interno e na Instrução Normativa n.º 197, de 18 de novembro de 2025.

O Quadro 1 relaciona o responsável pela chefia da **CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL** no exercício de 2025 e o Quadro 2 relaciona as partes e procuradores que constam na autuação deste feito:

Quadro 1 – Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL no ano de 2025

Presidente da Câmara	Data início	Data fim
AILTON DE SOUZA FREIRE	01/01/25	31/12/26

FONTE: TCE-PR[1]

Quadro 2 – Partes Processuais

Sujeito	Nome	Procurador
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL	-
Gestor atual	AILTON DE SOUZA FREIRE	-
Gestor das Contas	AILTON DE SOUZA FREIRE	-

FONTE: TCE-PR

1.1. CONTEÚDO DO ACÓRDÃO

Além do Relatório, este Acórdão apresenta o seguinte conteúdo:

1 O MUNICÍPIO – DADOS E INDICADORES

Apresenta informações relativas aos principais indicadores demográficos, econômicos, sociais e de serviços públicos do MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL, com a finalidade de contextualizá-lo.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Avaliação da Atuação Legislativa

Compreende a análise da avaliação da atuação legislativa considerando aspectos como atuação parlamentar, comissões, fiscalização, julgamento das contas, transparência e relacionamento com o cidadão e estrutura, realizada nos termos dos artigos 6º, inciso II, e 9º da Instrução Normativa n.º 197/2025.

2.2 Análise da Execução Orçamentária e Financeira

[1] Os dados apresentados têm origem nos sistemas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e são alimentados pelo próprio jurisdicionado, permanecendo sob sua responsabilidade a exatidão e a veracidade das informações registradas.

Comporta a análise sobre os aspectos orçamentários, financeiros, patrimoniais e operacionais da Câmara Municipal, nos termos do artigo 226 do Regimento Interno e de acordo com o escopo estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa n.º 197/2025.

3 VOTO

Expõe a proposta de voto elaborada pelo Conselheiro relator do processo acerca do mérito das contas apreciadas, trazendo também, se for o caso, eventuais posicionamentos dos demais Conselheiros.

4 DELIBERAÇÃO

Compreende a decisão colegiada e os respectivos encaminhamentos deliberados, com fundamento no conteúdo do item 3.

1.2. TRÂMITE DO PROCESSO

Em observância ao disposto no artigo 20 da Instrução Normativa n.º 197/2025, a unidade técnica procedeu ao primeiro exame deste processo por meio da **Instrução - 946/26 - CCONTAS (peça 7)**, cujo conteúdo englobou a descrição da conjuntura social, econômica e política do município, a avaliação da atuação legislativa e a análise da execução orçamentária e financeira.

A unidade técnica se pronunciou posicionando-se pela **regularidade das contas**.

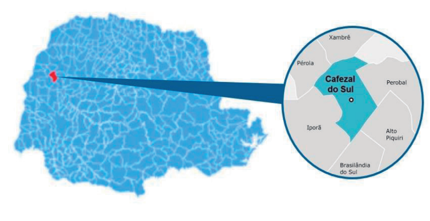
O **Ministério Público de Contas junto a este Tribunal de Contas**, mediante o **Parecer - 545/26 - 3PC (peça 9)**, manifestou-se nos autos.

Estando o processo devidamente instruído pela Unidade Técnica e com o parecer do Ministério Público de Contas, os autos encontram-se aptos para julgamento.

2. O MUNICÍPIO – DADOS E INDICADORES

Com uma população estimada de **4.580 habitantes**[2] (316º mais populoso do Paraná), o MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL está situado na **Região Geográfica Imediata de Umuarama**, dispõe de uma **área territorial de 336,677 km²** e figura como o **329º** maior em densidade demográfica no Estado **(13,60 habitantes** por km²)[3].

Figura 1 - Localização do Município no Estado do Paraná



FONTE: Ipardes (adaptado)

2.1. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Em 2023, o Produto Interno Bruto *per capita* do MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL alcançou **R$ 44.495,00**, o que o colocou como **216º** maior entre os municípios paranaenses. Na Tabela 1 é possível observar a contribuição de cada atividade econômica no PIB Municipal (Valor Adicionado Bruto - VAB):

Tabela 1 - Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto por Atividade Econômica

Produto	Município	Média Região	Média Estado
Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R$ 1,00)	44.495,00	39.534,86	43.081,38
PIB a preços correntes (R$ 1.000)	199.026,00	483.580,04	1.378.378,60
PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos (R$ 1.000)	140.238,23	425.327,33	1.189.447,52
PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária (R$ 1.000)	73.026,61	93.158,92	154.664,87
PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria (R$ 1.000)	5.698,19	68.866,86	325.979,49
PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços (R$ 1.000)	36.755,77	194.829,78	560.998,97
PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública (R$ 1.000)	24.757,67	68.471,77	147.804,19

FONTE: IPARDES

2.2. ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Durante o exercício de 2025, a CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL foi presidida **pelo senhor AILTON DE SOUZA FREIRE**.

Quadro 3 - Presidentes da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL Mais Recentes

Presidente da Câmara	Data início	Data fim
AILTON DE SOUZA FREIRE	01/01/25	31/12/26

FONTE: TCE-PR

O Quadro 4 resume a situação do julgamento das contas dos presidentes da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, pelo TCE-PR, nos últimos 5 anos:

Quadro 4 - Situação das Contas do Poder Legislativo Municipal

Ano	Processo	Presidente da Câmara	Acórdão TCE-PR	Número do Ato
2024	183320/25	ROBERTO LEANDRO DE MELLO	Regular	1620/25 - S2C
2023	172642/24	ROBERTO LEANDRO DE MELLO	Regular	1992/24 - S1C
2022	200383/23	ELITON ALEX DA SILVA	Regular	881/23 - S1C
2021	186646/22	ELITON ALEX DA SILVA	Regular	2034/22 - S2C
2020	144222/21	ELITON ALEX DA SILVA	Regular	2624/21 - S2C

FONTE: TCE-PR

A Tabela 2 ilustra os resultados obtidos pela Câmara Municipal no Índice da Transparência Pública (ITP)[4]

Tabela 2 - Indicador ITP

Índice	Ano	Valor	Posição Estado
Índice de Transparência da Administração Pública (ITP)	2025	79,14	209º

FONTE: TCE-PR

No ano de 2025, a CÂMARA DE CAFEZAL DO SUL obteve uma nota de 79,14% de atendimento dos itens do ITP, figurando na posição 209 entre as câmaras paranaenses.

2.3. FINANÇAS

A Tabela 3 ilustra a composição das despesas autorizadas e realizadas da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL para o exercício de 2025, detalhando os montantes por grupo de natureza da despesa. Destaca-se que o valor recebido pela Câmara a título de Transferências Financeiras foi de **R$ 2.100.000,00**

[4] https://www1.tce.pr.gov.br/transparencia/indice-de-transparencia-da-administracao-publica-itp-2025.htm

Tabela 3 - Despesas Autorizadas e Realizadas - 2025

Especificação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pessoal e Encargos Sociais	1.702.400,00	1.517.400,00	1.403.080,30	1.403.080,30	1.403.080,30
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	372.600,00	567.600,00	490.715,62	490.715,62	490.715,62
Investimentos	25.000,00	15.000,00	7.823,00	7.823,00	7.823,00
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.100.000,00	2.100.000,00	1.901.618,92	1.901.618,92	1.901.618,92

FONTE: TCE-PR

2.4. BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS

Acesse os dados detalhados da Câmara Municipal clicando nos botões ou escaneando os QR Codes abaixo:

À esquerda: Demonstrativos Contábeis (Balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais). À direita: Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Esta seção se destina à avaliação dos resultados obtidos pela **CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL** quanto à atuação legislativa, a fim de subsidiar o julgamento das contas do(a) Presidente da Câmara Municipal do ano de 2025, nos termos dos artigos 224 a 226 do Regimento Interno e da Instrução Normativa n.º 197, de 18 de novembro de 2025.

Para o ano de 2025, a avaliação da atuação legislativa considerou os seguintes aspectos: **Atuação Parlamentar, Comissões, Fiscalização, Julgamento das Contas, Transparência e Relacionamento com o Cidadão e Estrutura.** Para cada um desses aspectos, foi atribuído um grau de atendimento da atuação legislativa, de acordo com a metodologia de apuração estabelecida na Nota Técnica n.º 38, de 25 de novembro de 2025, da Coordenadoria-Geral de Fiscalização deste Tribunal.

As informações que fundamentam o resultado da avaliação da atuação legislativa foram obtidas por meio de formulários eletrônicos respondidos, **de forma declaratória, pelo(a) Presidente da Câmara Municipal**, na qualidade de gestor(a) das contas e autoridade máxima do Poder Legislativo, **durante o período de 02/12 a 12/12/2025.** O conteúdo dos formulários e os critérios avaliativos estão descritos na Nota Técnica n.º 38/2025-CGF.

Na próxima página, é possível visualizar as principais informações sobre o resultado obtido pela **CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL** no ano de 2025. Para consultar os dados detalhados, acesse este link e clique abaixo da opção Legislativo, no botão "detalhar", o mesmo acesso pode ser feito ao escanear o código abaixo.

Resultados detalhados da Avaliação da Atuação Legislativa

3.1.1 Resultado Obtido na Avaliação da Atuação Legislativa

Em **2025** a CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL obteve a pontuação de **3,51** na Avaliação da Atuação Legislativa.

A seguir, é possível conferir o desempenho alcançado em cada aspecto avaliado (questão de avaliação):

3,51

3.1.2 Resultado Alcançado por Questão de Avaliação

Questão	Descrição	Nota
1 Atuação Parlamentar	Normatização da função legislativa e controle de qualidade.	2,80
2 Comissões	Formação, regulamentação e funcionamento das comissões parlamentares.	4,44
3 Fiscalização	Normatização, estruturação e execução da função fiscalizadora.	1,90
4 Julgamento das contas	Regulamentação, execução e transparência do julgamento das contas do Prefeito.	6,30
5 Transparência e relacionamento	Transparência dos atos legislativos e relacionamento com o cidadão.	2,54
6 Estrutura	Estrutura organizacional, administrativa e tecnológica	3,06

3.1.3 Conclusão Sobre a Atuação Legislativa

A Câmara obteve a nota **3,51** na Avaliação da Atuação Legislativa. Por se tratar do primeiro exercício de aplicação da avaliação, o resultado possui caráter informativo e orientativo. Portanto, não enseja, neste exercício, a emissão de apontamentos de ressalva ou de irregularidade, nos termos do art. 27, § 1º, da Instrução Normativa n.º 197, de 18 de novembro de 2025.

3.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Esta seção apresenta a verificação da **conformidade da execução orçamentária e financeira dos recursos** da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL no exercício de 2025, nos termos do artigo 226 do Regimento Interno e do artigo 3º da Instrução Normativa n.º 197/2025.

A análise observou o escopo definido no Anexo I da referida Instrução Normativa, cujos conteúdos e objetivos são apresentados a seguir.

Parecer do Controle Interno
Verificar se foi apresentada declaração do gestor com o registro de ciência do parecer do Controle Interno sobre as contas.

Aspectos Fiscais – Limite de Gastos de Pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal
Avaliar o cumprimento do limite legal de gastos com pessoal e, diante de eventual excesso, o cumprimento dos prazos para retorno ao teto.

Gestão do Legislativo
Avaliar o cumprimento dos limites constitucionais de despesas totais e de pessoal da Câmara, a existência de superávit ou déficit em recursos livres, e o respeito à vedação de transferências indevidas de repasses duodecimais para fundos próprios do Poder Legislativo.

3.2.1. Entrega da Prestação de Contas no Prazo

Verifica-se na autuação do processo de Prestação de Contas que a Entidade atendeu o prazo estipulado no art. 225, caput, do Regimento Interno do TCE/PR.

3.2.2. Declaração de Ciência do Controle Interno

O **Sistema de Controle Interno** da CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL contou com o(s) seguinte(s) responsável(is) durante o ano de 2025:

Quadro 5 - Responsável(is) pelo Sistema de Controle Interno – 2025

Nome	Início	Final
GILBERTO JOSÉ EIDT	01/01/25	31/12/26

FONTE: TCE-PR

Por meio de documento pertinente juntado neste processo, é possível observar que o representante legal da entidade atestou expressamente ter conhecimento sobre as conclusões trazidas no **Relatório Anual de Controle Interno** elaborado pelo Controlador Interno designado para a função. Verifica-se que **houve** o encaminhamento da declaração em questão, motivo pelo qual conclui-se que a **entidade cumpriu o disposto no artigo 7º da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 2005.**[5]

3.2.3. Aspectos Fiscais – Limite de Gastos com Pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nos termos dos arts. 19, inciso III, 20, inciso III, alínea "a", e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa líquida total com pessoal do Poder Legislativo Municipal não pode exceder **6% da Receita Corrente Líquida (RCL)**. Caso esse limite seja ultrapassado, **o excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.**

Vale destacar que, conforme os artigos 65 e 66 da LRF, em caso de período de baixo crescimento do PIB, os prazos para o retorno das despesas com pessoal são duplicados e, em caso de ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa, os prazos ficam suspensos enquanto perdurar a situação.

Considerando que não havia necessidade de reduções ou o retorno necessário foi devidamente efetivado, conforme demonstrado na tabela abaixo, **conclui-se que a Câmara Municipal cumpriu o disposto nos artigos 19, inciso III, 20, inciso III, alínea "a" e 23 da LRF.**

Tabela 4 - Cálculo da despesa com pessoal

Data-base	Receita Corrente Líquida Ajustada (R$)	Despesa total com Pessoal (R$)	% Despendido	Situação de alerta
30/06/2023	27.724.700,18	1.180.758,53	4,26	Normal
31/12/2023	30.370.396,05	1.287.363,90	4,24	Normal
30/06/2024	32.805.664,93	1.331.027,14	4,06	Normal
31/12/2024	33.956.047,31	1.266.864,08	3,73	Normal
30/06/2025	36.310.910,53	1.290.315,42	3,55	Normal
31/12/2025	38.675.738,16	1.403.080,30	3,63	Normal

FONTE: TCE-PR

[5] "Art. 7º Os gestores emitirão sobre as contas e o parecer do controle interno, pronunciamento expresso e indelegável, nos quais atestarão haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas."

3.2.4. Gestão do Legislativo

Esta seção verifica quatro pontos da gestão financeira da Câmara: o cumprimento do **teto constitucional de despesas totais** (art. 29-A da CF), o **limite específico de gastos com a folha de pagamento** (§ 1º do art. 29-A), a existência de **superávit ou déficit financeiro na fonte de recursos livres ao final do exercício** e a **proibição de transferir repasses duodecimais para fundos próprios do Legislativo**.

3.2.4.1 Teto constitucional para despesas da Câmara

O art. 29-A da Constituição Federal estabelece **limite máximo para as despesas totais da Câmara Municipal**. Esse limite corresponde a um percentual da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício anterior, variando conforme a população do Município.

Para fins de apuração do limite, são consideradas as despesas do Poder Legislativo, incluindo os subsídios dos Vereadores. A partir de 2025, passaram também a ser computados os gastos com inativos e pensionistas, em razão da entrada em vigor da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 109/2021.

No caso em análise, a tabela abaixo indica que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL **respeitou o limite constitucional de despesas totais previsto no art. 29-A da Constituição Federal.**

Tabela 5 - Demonstrativo consolidado da base de cálculo constitucional e do limite de despesa total do Poder Legislativo Municipal -2025

Especificação	Valor
Receita tributária e transferências constitucionais arrecadadas em 2024 (a)	30.737.128,26
Limite percentual conforme população do Município (b)	7,00
Limite máximo para despesa total em 2025 (c = a x b)	2.151.598,98
Despesa total empenhada pela Câmara em 2025 (d)	1.901.618,92
Pessoal Inativo e Pensionistas (e)	0,00
Despesa executada no orçamento da prefeitura (f)	0,00
Total da Despesa Realizada (g = d + e + f)	1.901.618,92
Excesso verificado R$ (h = g - c)	0,00
Excesso verificado em % (i = h / a)	0,00

FONTE: TCE-PR

3.2.4.2 Limite constitucional para despesas com a folha de pagamento

Nos termos do § 1º do art. 29-A da Constituição Federal, **as despesas com folha de pagamento da Câmara Municipal**, incluídos os subsídios dos Vereadores e os gastos com inativos, **não podem exceder 70% da receita base de cálculo do exercício anterior.**

No caso em análise, a tabela abaixo indica que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL **respeitou o limite constitucional de despesas com folha de pagamento previsto no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.**

Tabela 6 - Demonstrativo do limite de despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal

Especificação	Valor (R$)
Limite Máximo para despesa total em 2025 (a)	2.151.598,98
Teto máximo para folha (70%) (b = a x 70%)	1.506.119,29
Despesa realizada com folha de pagamento (pessoal ativo) (c))	1.403.080,30
Pessoal Inativo e Pensionistas (d)	158.776,59
Despesa realizada com folha de pagamento de Ativos e Inativos (e = c + d)	0,00
(-) Obrigações Patronais (f)	1.244.303,71
(=) Despesa Líquida com Folha de Pagamento (g = e – f)	57,83
Percentual Aplicado (h = g / a)	0,00
Excesso verificado em R$ (i = g – b)	0,00

FONTE: TCE-PR

3.2.4.3 Existência de superávit/déficit financeiro na fonte de recursos livres

Nos termos dos arts. 29-A, 165 e 168 da Constituição Federal e do art. 22 da Instrução Normativa nº 89/2013, de 28 de fevereiro de 2013 do TCE-PR, os recursos repassados ao Poder Legislativo devem ser integralmente aplicados no exercício financeiro. Eventual saldo remanescente na fonte de recursos livres **(superávit)** deve ser devolvido ao Poder Executivo ao final do exercício, após o atendimento de todas as despesas regularmente empenhadas.

Por outro lado, a ocorrência de obrigações sem a correspondente disponibilidade financeira para sua cobertura **(déficit financeiro)** caracteriza irregularidade.

No caso em análise, a tabela abaixo indica que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL **observou o adequado equilíbrio financeiro na fonte de recursos livres.**

Tabela 7 - Resultado dos Recursos Livres -2025

Especificação	Fonte 000	Fonte 001	Fonte 068	Outras Fontes
1 - Transferências Financeiras Recebidas	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00
2 - Transferências Financeiras Concedidas	0,00	198.381,08	0,00	0,00
3 - Resultado Líquido das Transferências Financeiras (1-2)	0,00	1.901.618,92	0,00	0,00
4 - Despesas Correntes	0,00	1.893.795,92	0,00	0,00
5 - Despesas de Capital	0,00	7.823,00	0,00	0,00
6 - Soma da Despesa (4+5)	0,00	1.901.618,92	0,00	0,00
7 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO (3-6)	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - Inscrição/Baixa de Realizável por Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00	0,00	0,00
10 - Superávit/Déficit do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00
11 - SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ATUAL (7+8+9+10)	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Saldo Anterior Despesa Não Empenhada	0,00	0,00	0,00	0,00
13 - Inscrição de Despesa Não Empenhada	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - Cancelamento de Inscrição de Despesa Não Empenhada	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - Empenho no Exercício de Despesa Inscrita em Exercício(s) Anterior(es) em Não Empenhada	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Saldo Atual Despesa Não Empenhada (12+13-14-15)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Total do Ativo Realizável	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - RESULTADO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (11-16-17)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: TCE-PR

Notas: 1 - Esse demonstrativo apresenta de forma individualizada as principais fontes (padrão do TCE-PR) geralmente utilizadas pelas Câmaras Municipais. As demais fontes, exceto a Fonte 094, estão agrupadas na coluna "Outras Fontes".

2 – A Fonte 000 – Recursos Ordinários (Livres) – é utilizada para registrar recursos não vinculados de impostos, utilizados livremente pela entidade para diversas finalidades, sem destinação específica obrigatória.

3 – A Fonte 001 – Recursos do Tesouro (Descentralizados) – é utilizada para registrar outros recursos não vinculados, provenientes do Tesouro, também sem destinação específica obrigatória.

4 - A Fonte 068 – Fundo Especial da Câmara Municipal – é utilizada para registrar os valores do fundo especial do Poder Legislativo, de natureza contábil-financeira, para contabilização dos recursos destinados à execução de obras.

5 - Haverá restrição quando o valor da linha "18 - RESULTADO ACUMULADO DO EXERCÍCIO (11-16-17)" para as fontes livres (representado pelas fontes 000 e 001) for superavitário e superior a R$ 1.500, ou qualquer valor quando deficitário.

6 – Informações extraídas do plano de contas constante no endereço: https://www.tce.pr.gov.br/para-o-fiscalizado/sistemas/sim-sistema-de-informacoes-municipais/plano-de-contas.htm

3.2.4.4 Transferência de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais para fundos criados pelo Poder Legislativo

Nos termos do art. 168, § 1º, da Constituição Federal, **é vedada a destinação de sobras financeiras dos repasses duodecimais para fundos instituídos pelo Poder Legislativo.** Eventuais saldos remanescentes devem ser devolvidos ao Poder Executivo ao final do exercício.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, constata-se que **o Poder Legislativo cumpriu o disposto no § 1º do artigo 168 da Constituição Federal.**

Tabela 8 - Destinação de recursos para fundos criados pelo legislativo -2025

Fonte	Descrição	Transf. Financ. Recebida (R$)	Ativo Financeiro (R$)
068	Fundo Especial da Câmara Municipal	0,00	0,00

FONTE: TCE-PR

3.2.5. Considerações adicionais sobre a análise da Execução Orçamentária e Financeira

Não há considerações adicionais relacionadas à Análise da Execução Orçamentária e Financeira.

4. VOTO

Considerando os fatos expostos no item de fundamentação, **VOTO**, com fundamento no art. 16, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. ° 113/2005, pela **REGULARIDADE** das contas do(a) **senhor AILTON DE SOUZA FREIRE**, na qualidade de Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL**, relativas ao exercício de **2025**.

Após o trânsito em julgado, fica autorizado o encerramento do feito, em conformidade com o art. 398, § 1º, do Regimento Interno, e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo – DP.

5. Deliberação

Decidem os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade:

Julgar pela **REGULARIDADE** das contas do **senhor AILTON DE SOUZA FREIRE**, na qualidade de Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL**, relativas ao exercício de **2025**.

Após o trânsito em julgado, fica autorizado o encerramento do feito, em conformidade com o art. 398, § 1º, do Regimento Interno, e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo – DP.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.

Plenário Virtual, 1º de outubro de 2026 – Sessão Virtual n.º 17.

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

13

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE TAPEJARA

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 0127/2026
OBJETO: Constitui-se objeto do presente contrato a prestação, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, dos serviços de Consultoria de Valores Mobiliários, no âmbito de investimentos, voltados aos Regimes Próprios de Previdência Social, segundo legislação pertinente vigente à época da execução das atividades, devidamente especificada e discriminada no Anexo I, que passa a fazer parte integrante do contrato.
MODALIDADE: Dispensa n° 010/2026
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE TAPEJARA - TAPEJARAPREV
CONTRATADA: CM CONSULTORIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA LTDA..
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 65.492,04 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quatro centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 19 de outubro de 2026
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE TAPEJARA - TAPEJARAPREV
FABIO HENRIQUE BARBOSA SERRA
C.P.F.: 007.826.069-89

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 857/2026
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público que realizará contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, e no § 3º do art. 75, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EM AMBIENTE WEB, COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E EVOLUTIVA, HOSPEDAGEM EM NUVEM, DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE BUSINESS INTELLIGENCE (BI), GEORREFERENCIAMENTO E DEMAIS FUNCIONALIDADES NECESSÁRIAS AO GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/PR.
Valor máximo estimado: R$ 58.154,53 (cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos).
As propostas deverão ser encaminhadas, exclusivamente, para o endereço eletrônico licitacao@tapejara.pr.gov.br, até o dia 22/10/2026, às 08h00 (oito horas). O prazo para apresentação das propostas é de 3 (três) dias úteis, contados da publicação deste aviso, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.
Maiores informações: Secretaria Municipal de Assistência Social, e-mail dastap@tapejara.pr.gov.br, telefone (44) 3677-1222.
Tapejara, PR, 19 de outubro de 2026.
Regiane Dutra Vilas Boas
Secretaria Municipal de Asistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 73/2024
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF Nº 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: R C M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 001/2024.
OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de execução, do Contrato Administrativo nº 73/2024.
PRAZO: 120(cento e vinte) dias, a partir de 02/10/2026 à 31/01/2026.
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/PR, 16 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
ATO DA MESA N. º018/2026
A Mesa Diretora do Legislativo Municipal de Tapira – Estado do Paraná, usando das prerrogativas regimentais conferidas na Lei 1127/2025,
RESOLVE:
A Mesa Diretora autoriza os vereadores: Alcides Masquietto, Devair dos Santos, João César de Moraes Perin, a viajarem para a cidade de Dionísio Cerqueira – SC, dos dias 20 a 23 de outubro de 2026, para participarem de curso com os temas: "Prevenção, Planejamento e Tomada de Decisão Diante de Crises e Eventos Extremos", "Comissões Técnicas e Incompatibilidades Parlamentares" e "A Formação do Preço nas Contratações Públicas: Responsabilidades e Cuidados para Assessores e Servidores. A diária será no valor de R$ 1.332,00 (mil trezentos e trinta e dois reais) cada dia, referente somente aos dias que correspondem à viagem, nos termos da Lei N°1127/2025.
As despesas de locomoção serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.
Edifício da Câmara Municipal de Tapira – Estado do Paraná, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

VANDERLEI VIEIRA MENDES	DEVAIR DOS SANTOS
Presidente	1° Secretário

PREFEITURA DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 268/2026
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;
CONCEDER
Art. 01 - À servidora ISAMARA MARCIANA DA SILVA, portadora do CPF. nº 091.***.***-96, licença para AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO, conforme atestado médico datado em 28/09/2026, no período de 28/09/2026 a 29/10/2026.
Art. 02 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário com seus efeitos retroativos a partir do período acima supracitado.
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE
Tuneiras do Oeste - PR, 19 de outubro de 2026.
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS
Prefeito Município

PREFEITURA DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 071/2026/PMTO/GAB
Súmula: Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais de Tuneiras do Oeste – PR, em razão da transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público e do feriado nacional de Finados, no exercício de 2026, e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a autonomia municipal e a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e organizar a prestação dos serviços públicos municipais, nos termos do art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar o expediente das repartições públicas municipais, compatibilizando o funcionamento da Administração Pública com a continuidade dos serviços essenciais e o interesse da coletividade;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de transferir, excepcionalmente no exercício de 2026, a observância do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro;
CONSIDERANDO que o dia 2 de novembro é feriado nacional, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002;
DECRETA:
Art. 1º Fica transferida, excepcionalmente no exercício de 2026, para terça-feira, 03 de novembro de 2026, a observância do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro, no âmbito das repartições públicas da Administração Municipal direta.
Art. 2º Em razão do feriado nacional de Finados, celebrado na segunda-feira, 2 de novembro de 2026, e da transferência prevista no art. 1º deste Decreto, fica suspenso o expediente administrativo ordinário nas repartições públicas municipais nos dias 2 e 3 de novembro de 2026, ressalvados os serviços essenciais e aqueles cuja continuidade seja indispensável ao interesse público.
§ 1º Os serviços essenciais, especialmente os de saúde, educação, vigilância em saúde, coleta de resíduos sólidos, limpeza pública, emissão de notas de produtor rural e emissão de guias para transporte de animais, deverão funcionar conforme a necessidade, mediante escalas, plantões ou outros mecanismos definidos pelos responsáveis pelas respectivas Secretarias Municipais.
§ 2º O Conselho Tutelar deverá organizar escala especial de plantão para assegurar o atendimento das situações urgentes, observadas a legislação aplicável e as atribuições legais do órgão.
§ 3º Os titulares das Secretarias Municipais e os responsáveis pelos órgãos e setores abrangidos por este Decreto deverão adotar as providências necessárias para garantir a continuidade dos serviços essenciais e dar publicidade às respectivas escalas de atendimento.
Art. 3º A suspensão do expediente prevista neste Decreto não prejudicará a execução de atividades cuja continuidade seja indispensável à Administração Pública e ao atendimento da população, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Edifício do Paço Municipal, Tuneiras do Oeste – PR, 19 de outubro de 2026.
GUERINO MENDONÇA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Rua Pref. Carlito S. Villela, 376 - Centro - Caixa Postal: 13 - Fone: (44) 3677-1229
CGC/MF - 80.907.835/0002-69 - CEP: 87.430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA Nº 018/2026

Diante da homologação da licitação acima referida, bem como da assinatura da ata respectiva, **adjudico** o objeto licitado, em favor da empresa FELIPE DIOLINDO CNPJ 47.328.755/0001-83, no VALOR TOTAL: R$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais), para o objeto: Contratação de empresa especializada em recauchutagem de pneus a serem realizadas nos veículos da frota do Samae de Tapejara.

Tapejara, 07 de outubro de 2026.

Ruan Carlos Sabino dos Santos
Diretor Executivo do Samae

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 09/2026

RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME: ADILSON LINHARES DOS SANTOS
MATRICULA: 202414
RG:05661822979
DESTINO/UF: CASCAVEL PR
DATA: 17/10/2026
HORA SAÍDA: 09:30
HORA RETORNO 17/10/2026 17:30
MEIO DE TRANSPORTE:VAN PLACA TBM-4J42

CUSTO APROXIMADO R$ 299,00

Pagamento 1/8 de diária , conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 51,41 como reembolso de despesas de viagem realizada até a cidade de CASCAVEL PR Onde o funcionário ira levar alunos do colégio Jose Alfredo para prestar vestibular na Faculfade FAG.

CLEVERTON FABIO DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº108/2026
Abre Crédito Adicional Suplementar dando outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na Lei Municipal Nº. 1483 de 08 de outubro de 2026, publicada em 15 de outubro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto, no Orçamento do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 1.075.000,00 (um milhão e setenta e cinco mil reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória:

02.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE E PLANEJAMENTO	
02.01	Gabinete do Prefeito	
0412210502002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3/3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	20.000,00
4/3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
041221050.2005	Comemorações, Festividades, Recepções Oficiais e Divulgação Oficial	
13/3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700.000,00
06.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.02	Divisão de Ensino	
1236514502038	Manutenção do Ensino Infantil	
203/3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL	
07.01	Fundo Municipal de Saúde de Perobal	
1030113002043	Manutenção das Atividades da Saúde	
236/3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
241/3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	
09.01	Gabinete do Secretário	
1854117002053	Programa de Proteção ao Meio Ambiente	
320/3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
321/3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
Fonte	1000	
TOTAL	.....	1.075.000,00
TOTAL GERAL	.....	1.075.000,00

Art. 2º. Como recurso para cobertura do credito aberto no artigo anterior fica utilizados redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO	
03.01	Gabinete do Secretário	
0412210502004	Manutenção do Gabinete do Secretário	
23/3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
03.02	Divisão de Rec. Humanos e Serv. Gerais	
0412210502013	Manutenção dos Serviços Gerais	
42/3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
05.00	SECRETARIA DE OBRAS, AGRIC. E SERV. PÚBLICOS	
05.02	Divisão de Fiscalização de Obras	
1236115511004	Construção de Unidades Escolares	
73/4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	67.000,00
1545115511001	Pavimentação e Recapeamento Asfáltico	
79/4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
1545115511093	Aquisição e Desapropriação de Imóveis	
84/4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	100.000,00
1545115511119	Readequação de Praças Municipais	
88/4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
1545215502017	Manutenção da Divisão de Serviços Urbanos e Planejamento	
99/3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
100/3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
05.03	Divisão de Fomento Agrop.e Meio Ambiente	
2060617502024	Manutenção da Divisão de Fomento Agropecuário	
114/3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
07.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEROBAL	
07.01	Fundo Municipal de Saúde de Perobal	
1030113041013	Aquisição de Veículos para a Saúde	
260/4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	408.000,00
Fonte	1000	
TOTAL	.....	1.075.000,00
TOTAL GERAL	.....	1.075.000,00

Art. 3º. Fica alterado o cronograma de desembolso mensal/programação financeira mensal.
Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
PAÇO MUNICIPAL “ANIBAL KHURY”, 19 de outubro de 2026.
CRISTIANO CEZAR MERLINI DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

PORTARIA N.º 256, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026
Readaptação temporária de função.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município e considerando a Conclusão da Perícia Médica Municipal em seu Laudo Médico n.º 166/2026;
RESOLVE:
Art. 1o Readaptar a partir de 17 de outubro de 2026, a servidora MARIA ANGELICA SIRENA KOIKE SOUZA, matrícula n.º 92464, portadora do CPF/MF nº 060.xxx.xxx-89, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro Plantonista, para desempenhar as atribuições do cargo efetivo de Agente de Apoio Administrativo, conforme determina o Laudo Médico Pericial n.º 166/2026 e como prevê os termos do art. 54 da Lei Complementar n.º 118 de 14 de fevereiro de 2024, até o dia 16 de dezembro de 2026.
Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 16 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

DECRETO Nº 119, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026
Concede Avanço Horizontal aos Servidores Públicos do Magistério Municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o disposto no art. 43 e anexo VII ao X da Lei Complementar nº 120, de 14 de fevereiro de 2022, concede aos servidores públicos municipais, ocupantes de cargos de provimento efetivo, avanço horizontal, referente o interstício 2025/2026, conforme segue:

MATR	PROFESSOR CARGO/EMPREGO	NÍVEL/ CLASSE	ENQUADR. AQUISIÇÃO DO DIREITO
15776	Elisangela Feitosa dos Santos	Professor C – 09	01/10/2026
92366	Geralda Mendes Cordeiro Francisco	Professor de Educação Infantil	C – 05 01/10/2026
90506	Maria Aparecida Lira Bahia	Professor de Educação Infantil	C – 06 01/10/2026
90735	Mauro Sérgio Narcizo Rodrigues	Professor C – 06	01/10/2026
90557	Nayara Zubek Souza	Professor de Educação Infantil	C – 06 01/10/2026
90590	Rita de Cássia Araujo	Professor de Educação Infantil	C – 05 01/10/2026
90638	Simara Adrina Speciam	Professor de Educação Infantil	C – 06 01/09/2026

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 16 de outubro de 2026.
RONALDO ADRIANO VILAS BOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 168/2026
SÚMULA:- ABRE CREDITO SUPLEMENTAR.
O Prefeito Municipal de Xambrê – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, especialmente o contido na Lei nº. 2705 de 22 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual 2026).
DECRETA
Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Município para 2026 um CREDITO SUPLEMENTAR, no corrente Orçamento Geral do Município no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para suporte de dotação orçamentária vigentes.

FICHA	ORG	UN	FUNC PROGRAM	FNT	NOMECLATURA	CAT ECON	VALOR
100	03	001	28.843.1108.0.113	000	Manut. Ativ. Controle da Dívida Pública	3.2.90.21	50.000,00

TOTAL 50.000,00
Art. 2º - Para cobertura dos Créditos abertos no artigo anterior serão utilizados produtos do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

FICHA	ORG	UN	FUNC PROGRAM	FNT	NOMECLATURA	CAT ECON	VALOR
103	03	001	28.843.1108.0.114	000	Manut. Ativ. Precatórios	4.6.90.71	50.000,00

TOTAL 50.000,00
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data da sua Assinatura.
XAMBRÊ, Pr., 15 de Outubro de 2026.
DECIO JARDIM
Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 10/2026
HOMOLO e ADJUCO o presente Processo de Dispensa de Licitação nº 10/2026, por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pela Lei nº 14133/2021.
OBJETO: Aquisição de um roupeiro e de uma fruteira para a Sede Administrativa do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), para atender as necessidades da copa e do setor de manutenção em redes de água e esgoto.
EMPRESA: J.RAIMUNDO E CIA LTDA
CNPJ: 11.722.225./0001-78
VALOR TOTAL: R$ 1.878,42 (Um mil oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos)
Mariluz, 19 de outubro de 2026.
Carlos Cézar dos Santos
Diretor

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Rua Prefeito Carlito Schimidt Villela, 376 – Centro – Caixa Postal: 13 – Fone/Fax: (44) 3677-1229/3677-1701
CNPJ 80.907.835/0001-69 - CEP: 87.430-000
Tapejara – Paraná

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO IP A SEREM UTILIZADOS NO ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO DO SAMAE DE TAPEJARA.

MODALIDADE: DISPENSA Nº 020/2026.

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tapejara – PR.

CONTRATADO: INFOPEL INFORMÁTICA E SUPPRIMENTOS LTDA - CNPJ sob o n° 47.368.855/0001-33.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2026.

VALOR: R$ 9.794,37 (nove mil setecentos e noventa e quatro reais e trinta e sete centavos).

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.

Tapejara, 05 de outubro de 2026.

SAMAE DE TAPEJARA
RUAN CARLOS SABINO DOS SANTOS
DIRETOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 19 DE OUTUBRO DE 2024 – SME
SÚMULA: Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica de Gestão das ações da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Tuneiras do Oeste – Paraná e estabelece diretrizes para sua composição, atribuições, organização, monitoramento e avaliação.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE TUNEIRAS DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente as disposições que asseguram o direito à educação e à igualdade de condições para o acesso, a permanência e a aprendizagem;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e as estratégias estaduais e nacionais de colaboração voltadas à alfabetização;
CONSIDERANDO as diretrizes e ações desenvolvidas no âmbito do Programa Educa Juntos Paraná e demais programas de cooperação federativa voltados à alfabetização
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a alfabetização das crianças na idade adequada e fortalecer as ações de recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO a importância de institucionalizar mecanismos permanentes de governança, gestão, coordenação pedagógica, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para planejar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de alfabetização;
CONSIDERANDO a Lei nº 147/2026 que institui a Política Municipal de Alfabetização -Tuneiras do Oeste, para o desenvolvimento das ações de alfabetização no municipio, em consonância com o Programa Educa Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada.
RESOLVE:
CAPÍTULO I –
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1. Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Tuneiras do Oeste – Paraná, a Estrutura Administrativa e Pedagógica de Gestão das ações da Política Municipal de Alfabetização, destinada à coordenação, ao planejamento, à implementação, ao monitoramento, à avaliação e ao aperfeiçoamento contínuo das ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.
Art. 2. A Estrutura constitui mecanismo permanente de organização institucional, com atuação articulada entre:
I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – coordenação pedagógica do Ensino Fundamental – anos iniciais;
III – coordenação pedagógica da Educação Infantil;
IV – Articulação Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA;
V – direções das unidades escolares;
VI – coordenações pedagógicas escolares;
VII – professores e demais profissionais envolvidos nas ações pedagógicas;
VIII – demais setores e profissionais que contribuam para a garantia do direito à aprendizagem.
Art. 3. A Estrutura tem por finalidade ampliar a capacidade institucional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para:
I – planejar ações estratégicas de alfabetização;
II – coordenar a implementação das diretrizes municipais de alfabetização;
III – acompanhar indicadores de aprendizagem;
IV – fortalecer a alfabetização na idade adequada;
V – promover a recomposição das aprendizagens;
VI – organizar e acompanhar avaliações diagnósticas e de monitoramento;
VII – acompanhar resultados de fluência leitora;
VIII – promover formação continuada dos profissionais da educação;
IX – realizar acompanhamento técnico-pedagógico às unidades escolares;
X – fortalecer a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XI – apoiar as escolas na elaboração e execução de planos de ação pedagógica;
XII – consolidar dados e informações educacionais;
XIII – promover intervenções pedagógicas baseadas em evidências;
XIV – reduzir desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e unidades escolares;
XV – fortalecer a participação das famílias e da comunidade escolar;
XVI – contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento das ações municipais de alfabetização.
CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA
Art. 4. A Estrutura Administrativa e Pedagógica será organizada nos seguintes níveis de atuação:
I – Coordenação Estratégica das ações de Alfabetização;
II – Gestão Administrativa e Técnico-Pedagógica;
III – Coordenação Pedagógica da Alfabetização e da Recomposição das Aprendizagens;
IV – Coordenação da Educação Infantil como base da alfabetização;
V – Articulação Municipal dos programas e estratégias de alfabetização;
VI – Gestão e coordenação das unidades escolares;
VII – Execução pedagógica e monitoramento das aprendizagens.
CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO E COMPOSIÇÃO
Art. 5. A Coordenação Estratégica será exercida pela Secretária Municipal de Educação e Cultura.
I – Marluce Francisca da Silva Rodrigues
§ 1º Compete à Coordenação Estratégica assegurar a liderança institucional, administrativa e pedagógica das ações municipais de alfabetização.
§ 2º A Coordenação Estratégica articulará os setores da Secretaria, as unidades escolares, os programas estaduais e federais e as demais instituições parceiras.
Art. 6. A Gestão Administrativa e Técnico-Pedagógica será exercida pelas profissionais responsável pela coordenação pedagógica do Ensino Fundamental – anos iniciais na Secretaria Municipal de Educação de Tuneiras do Oeste.
I – Andréia Antonia Dias Napoleão
II – Juliana Alves Moreira
Parágrafo único. Compete a essas profissionais organizar, articular, acompanhar e integrar as ações administrativas e pedagógicas necessárias à implementação das ações de alfabetização.
Art. 7. A Coordenação Pedagógica da Alfabetização e da Recomposição das Aprendizagens será composta pela Articuladora Municipal de Alfabetização da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA, sem prejuízo da participação de outros profissionais designados.
I – Andréia Antonia Dias Napoleão
§ 1º A profissional atuará de forma articulada na coordenação das ações de alfabetização, recomposição das aprendizagens, avaliação, monitoramento e acompanhamento das unidades escolares.
§ 2º A Articuladora Municipal de Alfabetização da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA exercerá, ainda, as atribuições de articulação entre as ações municipais e as estratégias estaduais e nacionais voltadas à alfabetização
Art. 8. A Coordenação da Educação Infantil será exercida pelas profissionais Solaine Aparecida da Silva Brazil e Edna Barbosa Torres; responsáveis pela coordenação pedagógica dessa etapa.
Parágrafo único. Compete a esse profissional articular ações voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral, à ampliação do vocabulário, às experiências literárias, às práticas de leitura, à cultura escrita e a outras aprendizagens pertinentes, respeitando as especificidades da infância e as diretrizes curriculares da Educação Infantil.
CAPÍTULO IV
DA EQUIPE GESTORA DAS UNIDADES ESCOLARES
Art. 9. Integram a Estrutura administrative e pedagógica de gestão da Politica Municipal de Alfabetização as diretoras das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Tuneiras do Oeste.
I- Ana Paula Marsola
II- Julciléia Alves Moreira
III- Renata Bondezan Ferraresi
IV- Simone Vitorino de Souza
V- Silvia Pereira Ramos e Silva
VI- Silvana Braz Linfanti
VII- Solange Gomes da Silva
VIII- Tatiane Duarte de Andrade
§ 1º As diretoras atuarão como gestores locais das ações de alfabetização, assegurando a implementação das diretrizes, ações, protocolos e estratégias definidas pela Secretaria.
§ 2º A atuação deverá ocorrer em articulação permanente com as coordenações pedagógicas, professores e demais profissionais da unidade escolar.
CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA
Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I – coordenar estrategicamente as ações municipais de alfabetização;
II – assegurar a continuidade institucional das ações como política pública;
III – definir diretrizes gerais para sua implementação;
IV – viabilizar, conforme a disponibilidade e as normas aplicáveis, recursos humanos, materiais e pedagógicos necessários;
V – acompanhar os indicadores municipais de alfabetização;
VI – promover articulação com programas estaduais e federais;
VII – garantir oportunidades de formação continuada;
VIII – acompanhar os resultados das avaliações internas e externas;
IX – promover avaliação e replanejamento das ações;
X – assegurar a articulação entre os setores da Secretaria;
XI – promover a integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XII – fortalecer a corresponsabilidade institucional das unidades escolares;
XIII – acompanhar a execução do plano municipal de ação;
XIV – divulgar os resultados das ações desenvolvidas, observadas as normas de proteção de dados;
XV – adotar providências para o cumprimento das metas estabelecidas.
CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICO-PEDAGÓGICA
Art. 11. Compete à coordenação pedagógica do Ensino Fundamental – anos iniciais:
I – coordenar a execução administrativa e pedagógica das ações relacionadas à alfabetização;
II – acompanhar a implementação das diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;
III – organizar fluxos de trabalho entre os setores envolvidos;
IV – acompanhar o planejamento das ações pedagógicas;
V – apoiar a organização das formações continuadas;
VI – acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes;
VII – organizar avaliações diagnósticas e processos de monitoramento;
VIII – acompanhar os indicadores educacionais da rede;
IX – acompanhar os indicadores de fluência leitora e os resultados de alfabetização;
X – acompanhar estudantes em processo de recomposição das aprendizagens;
XI – realizar devolutivas pedagógicas aos professores e às equipes gestoras;
XII – acompanhar estratégias de intervenção e recomposição;
XIII – promover articulação entre as coordenações pedagógicas;
XIV – subsidiar decisões com base nos resultados educacionais;
XV – realizar acompanhamento pedagógico nas unidades escolares;
XVI – observar e acompanhar práticas pedagógicas;
XVII – acompanhar o cumprimento das metas;
XVIII – identificar e compartilhar boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares;
XIX – elaborar relatórios técnicos sobre as ações desenvolvidas.
CAPÍTULO VII
DAS ATRIBUIÇÕES DA ARTICULAÇÃO MUNICIPAL DA RENALFA
Art. 12. Compete ao(à) Articulador(a) Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA:
I – realizar a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura com os programas estaduais e nacionais de alfabetização;
II – acompanhar orientações, normativas e ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ao Programa Educa Juntos e a outras estratégias vigentes;
III – mobilizar as unidades escolares para participação nas ações propostas;
IV – acompanhar a execução das ações e dos programas de alfabetização;
V – apoiar a implementação das formações propostas pelos programas;
VI – acompanhar indicadores e instrumentos de monitoramento;
VII – organizar informações e dados solicitados pelos programas parceiros;
VIII – promover a integração entre as ações dos programas e a Política Municipal de Alfabetização;
IX – apoiar a elaboração de relatórios técnicos;
X – participar de reuniões de planejamento, acompanhamento e monitoramento da Politica Municipal de Alfabetização.
CAPÍTULO VIII
DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Art. 13. Compete à coordenação pedagógica da Educação Infantil:
I – coordenar ações pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento integral das crianças;
II – promover experiências que contribuam para aprendizagens precursoras da alfabetização.
III – desenvolver ações voltadas à oralidade e à ampliação do vocabulário;
IV – estimular práticas permanentes de leitura e literatura infantil;
V – orientar experiências relacionadas à consciência fonológica de forma adequada à faixa etária;
VI – articular pedagogicamente a pré-escola e o 1º ano do Ensino Fundamental;
VII – acompanhar o desenvolvimento das crianças;
VIII – promover formação continuada dos profissionais da Educação Infantil;
IX – acompanhar espaços leitores e ambientes educativos;
X – orientar a documentação pedagógica;
XI – participar das reuniões de monitoramento;
XII – apoiar a transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.
CAPÍTULO IX
DAS ATRIBUIÇÕES DOS(AS) DIRETORES(AS) DAS UNIDADES ESCOLARES
Art. 14. Compete aos(às) diretores(as) das unidades escolares:
I – assegurar a implementação das ações de alfabetização na unidade escolar;
II – acompanhar os resultados de aprendizagem dos estudantes e os indicadores de alfabetização;
III – promover reuniões periódicas de análise dos resultados;
IV – assegurar a realização das avaliações diagnósticas e de monitoramento;
V – acompanhar a frequência escolar e promover busca ativa quando necessária;
VI – acompanhar estudantes com dificuldades persistentes de aprendizagem;
VII – assegurar ações de recomposição das aprendizagens e acompanhar o reforço escolar;
VIII – incentivar a participação dos professores nas formações continuadas;
IX – apoiar o trabalho da coordenação pedagógica;
X – garantir a organização dos registros pedagógicos;
XI – promover a participação das famílias;
XII – acompanhar a execução do plano de ação pedagógica da unidade;
XIII – encaminhar informações e dados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
XIV – participar das reuniões municipais de monitoramento;
XV – promover a corresponsabilidade da equipe escolar pela garantia do direito à aprendizagem.
CAPÍTULO X
DO REGIME DE TRABALHO E DO TEMPO DEDICADO ÀS AÇÕES
Art. 15. Os servidores que integrarem a Estrutura desenvolverão suas atribuições no âmbito de seus cargos, funções e jornadas regulares de trabalho, observadas as competências legalmente atribuídas a cada profissional.
Art. 16. As ações de alfabetização constituem prioridade estratégica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e deverão integrar o planejamento, a rotina administrativa e o trabalho pedagógico dos profissionais envolvidos.
Art. 17. As atividades poderão compreender, conforme as atribuições de cada função:
I – planejamento estratégico;
II – reuniões de gestão e pedagógicas;
III – acompanhamento das unidades escolares e visitas técnicas;
IV – observação de práticas pedagógicas;
V – análise de dados e indicadores;
VI – organização e aplicação de avaliações;
VII – elaboração de relatórios;
VIII – formação continuada e orientação aos professores;
IX – acompanhamento dos planos de intervenção;
X – monitoramento dos resultados;
XI – articulação com programas estaduais e federais.
§ 1º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura organizará cronograma de reuniões, acompanhamento pedagógico, monitoramento e formação para assegurar a continuidade das ações.
§ 2º As atividades deverão ser registradas em instrumentos próprios, tais como relatórios, atas, registros pedagógicos, protocolos de visita e fichas de monitoramento e demais documentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
CAPÍTULO XI
DO MONITORAMENTO E DA GOVERNANÇA
Art. 18. A Estrutura Administrativa e Pedagógica de Gestão realizará o monitoramento contínuo das ações desenvolvidas.
Art. 19. O monitoramento poderá considerar, entre outros aspectos:
I – percentual de estudantes alfabetizados, conforme os parâmetros oficiais vigentes;
II – resultados das avaliações diagnósticas e de monitoramento;
III – indicadores de fluência leitora;
IV – estudantes em processo de recomposição das aprendizagens;
V – frequência escolar;
VI – participação dos estudantes nas ações de apoio e reforço;
VII – participação dos profissionais nas formações;
VIII – evolução dos indicadores por estudante, turma e unidade escolar;
IX – participação das famílias;
X – resultados das avaliações externas;
XI – cumprimento das metas estabelecidas.
Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura promoverá reuniões periódicas da Política Municipal de Alfabetização com os integrantes da Estrutura instituída por esta Portaria.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer em níveis estratégico, técnico-pedagógico e escolar.
§ 2º As decisões e os encaminhamentos deverão ser registrados em ata, relatório ou instrumento próprio.
CAPÍTULO XII
DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE GESTÃO
Art. 21. A gestão das ações de alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração entre:
I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – Articulação Municipal da RENALFA
III – Coordenações e assessorias pedagógicas;
IV – direções escolares;
V – coordenações pedagógicas escolares;
VI – professores;
VII – famílias;
VIII – demais órgãos e instituições que atuem na proteção integral das crianças.
Art. 22. A atuação dos integrantes observará os princípios da equidade, inclusão, colaboração, corresponsabilidade, gestão baseada em evidências, melhoria contínua, transparência, sustentabilidade institucional e garantia do direito à aprendizagem.
CAPÍTULO XIII
DA ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA
Art. 23. A Estrutura observará, em linhas gerais, a seguinte organização funcional:
I – Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Coordenação Estratégica;
II – Articulação Municipal da RENALFA;
III - Coordenação/Gestão Técnico-Pedagógica do Ensino Fundamental – anos iniciais;
IV – Coordenação Pedagógica da Educação Infantil;
V – Gestão das unidades escolares;
VI – coordenações pedagógicas escolares, professores, estudantes e famílias.
CAPÍTULO XIV
DA COMPOSIÇÃO E DO QUANTITATIVO DA ESTRUTURA
Art. 24. A composição nominal e o quantitativo dos profissionais integrantes da Estrutura serão definidos por ato de designação ou anexo próprio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de acordo com a organização administrativa da Rede Municipal de Ensino.
§ 1º A Estrutura poderá atuar de forma integrada com coordenadores pedagógicos escolares, professores alfabetizadores, professores da Educação Infantil, profissionais de apoio pedagógico e demais servidores envolvidos nas ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens.
§ 2º A participação dos demais profissionais ocorrerá de acordo com suas atribuições funcionais e as necessidades identificadas.
CAPÍTULO XV
DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA
Art. 25. A Estrutura será avaliada periodicamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 26. A avaliação considerará:
I – cumprimento das atribuições;
II – implementação das ações previstas;
III – participação dos servidores;
IV – realização das formações;
V – acompanhamento das unidades escolares;
VI – evolução dos indicadores de alfabetização;
VII – efetividade das ações de recomposição;
VIII – resultados de fluência leitora;
IX – qualidade dos processos de monitoramento;
X – cumprimento das metas municipais.
CAPÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 27. Os integrantes da Estrutura deverão atuar de forma articulada e colaborativa, assegurando unidade às ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino.
Art. 28. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá editar orientações complementares, protocolos, instrumentos de acompanhamento e outros documentos necessários à execução desta Instrução Normativa.
Art. 29. Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada a legislação aplicável.
Art. 30. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Tuneiras do Oeste – Paraná, 19 de Outubro de 2026.
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 09/2026

RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME: ADILSON LINHARES DOS SANTOS
MATRICULA: 202414
RG:[illegible]61822[illegible]
DESTINO/UF:TOLEDO PR
DATA: 18/10/2026
HORA SAÍDA: 04:00
HORA RETORNO 18/10/2026 15:00
MEIO DE TRANSPORTE:VAN PLACA TBB-7C70

CUSTO APROXIMADO R$ 290,00

Pagamento 1/8 de diária , conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 51,41 como reembolso de despesas de viagem realizada até a cidade de TOLEDO PR Onde o funcionário ira levar atletas do atletismo para uma prova de rua

CLEVERTON FABIO DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 10/2026

RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME: MARCIO ROBERTO SOLERA
MATRICULA: 202366
RG:[illegible]444[illegible]
DESTINO/UF:CAMPO MOURÃO
DATA: 18/10/2026
HORA SAÍDA: 06:00
HORA RETORNO 18/10/2026 14:00
MEIO DE TRANSPORTE:ONIBUS PLACA BCK-9F36

CUSTO APROXIMADO R$ 199,00

Pagamento 1/8 de diária , conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 51,41 como reembolso de despesas de viagem realizada até a cidade de CAMPO MOURÃO Onde o funcionário ira levar atletas do atletismo para uma prova de rua na cidade.

CLEVERTON FABIO DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA-2026
RELATÓRIO DE VIAGEM

SERVIDOR: EDILSON XAVIER MARCELINO
MATRÍCULA: 202239
DESTINO: CAMPO MOURÃO/PR
SAÍDA: 20/10/2026 ás 06:00 horas
RETORNO:20/10/2026 ás 20:00 horas
VEÍCULO: SEE 1E19
VALOR APROXIMADO DA VIAGEM:160,00

REFERENTE PAGAMENTO DE 1/8 DE UMA DIÁRIA CONFORME LEI MUNICIPAL Nº. 1.496/09 DE 09 DE SETEMBRO DE 2009, NA IMPORTÂNCIA DE R$ 51,41 COMO REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM REALIZADA ATÉ O MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO/ PR, PARA PARTICIPAR DO CONEXÃO CNM-GOVERNAÇA CULTURAL- ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

Recebi em 19/10/26

MUNICIPIO DE MARILUZ
CNPJ : 76.404.136/0001-29
Estado do Paraná
AVENIDA MARILIA, 1920 - CENTRO - CEP: 87470000 (44) 3534-8000
e-mail: mariluz@mariluz.pr.gov.br

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

Nº da Diária: 295 Data: 19/10/2026 Página: 1 / 2

Orgão: 02 - GOVERNO MUNICIPAL
Unid. Orçamentária: 02.001 - GABINETE DO PREFEITO
Função: 04 - ADMINISTRACAO
SubFunção: 122 - ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0002 - GESTAO DAS POLITICAS DE PLANEJAMENTO
Projeto/Atividade: 2003 - MANUTENCAO DO GABINETE
Nat. da Despesa: 3.3.90.14 - DIARIAS - CIVIL
Desdobramento: 14 - DIARIAS NO PAIS
SubDesdobramento: 03 - AGENTES POLITICOS
Reduzido: 6
Fonte de Recurso: 1001 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente

Nome do servidor (a): PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES	**Matrícula do servidor(a):**
Cargo/Função: Prefeito	
Nº da lei de autorização: 1496/2009	**Nº de Ato de Concessão:** 291/2026 — **Data da Lei :** 09/09/2009
Valor Hospedagem: 0,00	**Valor Evento R$:** 0,00 — **Destino:** CURITIBA-PR - PR
Quantidade de Diárias: 1,00	**Valor Unitário da Diária R$:** 2.056,50 — **Valor Total da Solicitação R$:** 2.056,50

Justificativa: REFERENTE AO PAGAMENTO DE DUAS DIÁRIAS E MEIA DE DIÁRIA, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1.496/09 DE 09 DE SETEMBRO DE 2009, NO VALOR DE R$ 2056,50 COMO REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGEM REALIZADA ATÉ O MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR, PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICIPIO.

Data de Saída: 20/10/2026 **Horário de Saída:** 04:30 **Meio de Transporte:** SEQ-4F56
Data de Retorno: 23/10/2026 **Horário de Retorno:** 16:30 **Custo de Transporte:** 550,0
Dotação: 6 - 02.001.04.122.0002.2.003.3.3.90.14.00.00 - DIARIAS - CIVIL

.....
SECRETÁRIO(A)

Data: ___/___/_____

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA

DESPACHO:

( ) AUTORIZADO, observando o Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, o limite definido de execução orçamentária e em conformidade com os procedimentos licitatórios estabelecidos na Lei 14.133/21, sob responsabilidade do solicitante.

( ) NÃO AUTORIZADO

Paulo Armando da Silva Alves
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
CNPJ:76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 – ☎ (0xx44) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Torna-se pública, após cumprimento das formalidades legais, a homologação do objeto do procedimento licitatório Inexigibilidade Nº 54/2026, em favor da empresa abaixo descrita, conforme ata lavrada em 16 de outubro de 2026.

Fornecedor: ANTONIO CARLOS LOURO DE MATOS
CNPJ/CPF: 035.723.999-71

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	O presente documento tem por objeto a formalização da declaração de inexigibilidade de licitação para a locação de imóvel com 58,67 m³ (cinquenta e oito vírgula sessenta e sete metros quadrados) de construção, contendo 02 (duas) salas destinadas ao atendimento especializado pelos profissionais de Psicopedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia, destinado ao Departamento de Educação, Cultura e Esportes deste Município, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 064/2025 e Requisição/Solicitação anexas ao processo.	12	R$ 1.200,00	R$ 14.400,00

Valor Total Homologado - **R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**

Encaminhe-se à Divisão de Licitação e Compras para elaboração dos Instrumentos Contratuais.
Edifício da Prefeitura Municipal de Tapejara, em 19 de outubro de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Rua Prefeito Carlito Schimidt Villela, 376 – Centro – Caixa Postal: 13 – Fone/Fax: (44) 3677-1229/3677-1701
CNPJ 80.907.835/0001-69 – CEP: 87.430-000
Tapejara – Paraná

PORTARIA Nº 031, DE 05 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede férias regulamentares e dá outras providências.

O DIRETOR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei nº 1.122/2007;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, férias regulamentares, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
Natã Aparecido Serrano	42	25/07/2024 a 24/07/2025	19/10/2026 a 02/11/2026
Lucinéia Faria de Oliveira	23	19/12/2024 a 18/12/2025	05/10/2026 a 19/10/2026
Aldrea M da Motta	11	02/03/2024 a 01/03/2025	05/10/2026 a 19/10/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, em 05 de outubro de 2026.

Ruan Carlos Sabino dos Santos
Diretor Executivo do Samae

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Rua Prefeito Carlito Schimidt Villela, 376 – Centro – Caixa Postal: 13 – Fone/Fax: (44) 3677-1229/3677-1701
CNPJ 80.907.835/0001-69 – CEP: 87.430-000
Tapejara – Paraná

RATIFICAÇÃO
DO VENCEDOR DO CERTAME
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2026
PROCESSO Nº. 022/2026

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tapejara, Estado da Paraná - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são Conferidas por Lei e, CONSIDERANDO que de acordo com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, autoriza à RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NA ANALISE DE DOCUMENTOS ENVIADOS VIA PROTOCOLO E VIA E-MAIL ATE A DATA LIMITE DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2026 ATE AS 08H:00MIM, e com base no Parecer Jurídico desta autarquia, resolve **RATIFICAR** O VENCEDOR DO CERTAME REALIZADO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026: FELIPE DIOLINDO CNPJ 47.328.755/0001-83, no VALOR TOTAL: R$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais), para o objeto: Contratação de empresa especializada em recauchutagem de pneus a serem realizadas nos veículos da frota do Samae de Tapejara.

Tapejara, 07 de outubro de 2026.

Ruan Carlos Sabino dos Santos
Diretor Executivo do Samae

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FNS
Rua Floriano Peixoto, 2473 - CNPJ: 74.015.626/0001-40
Fone: (44)3534-2654 – E-mail: samaemariluz@hotmail.com
Mariluz - Paraná
PROCESSO LICITATÓRIO Nº16/2026
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
JUSTIFICATIVA
O presente Processo de Dispensa de Licitação nº 10/2026, tem por finalidade atender às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, visando à aquisição de um roupeiro e de uma para atender as necessidades da copa e do setor de manutenção em redes de água e esgoto.
A aquisição de um roupeiro destinado ao Departamento Operacional do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) justifica-se pela necessidade de disponibilizar um local adequado, organizado e seguro para a guarda dos pertences pessoais dos servidores que desempenham atividades operacionais, incluindo encanadores, auxiliares de serviços gerais e motoristas.
Considerando a natureza das atividades desenvolvidas por esses profissionais, que frequentemente envolvem serviços externos, manutenção das redes de abastecimento de água e outras tarefas que podem ocasionar o contato com sujeira, umidade e diferentes materiais, torna-se necessário dispor de um espaço apropriado para o armazenamento dos pertences pessoais dos funcionários, evitando que sejam deixados em locais inadequados ou misturados aos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados durante a execução dos serviços.
A disponibilização do roupeiro contribuirá para melhorar a organização do ambiente de trabalho, proporcionar maior segurança na guarda dos objetos pessoais e favorecer as condições de higiene e conservação do espaço utilizado pelos servidores. Além disso, permitirá melhor aproveitamento do ambiente e proporcionará mais comodidade aos funcionários durante a jornada de trabalho.
Dessa forma, a aquisição pretendida visa atender a uma necessidade administrativa e operacional do SAMAE, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, para a organização das dependências do Departamento Operacional e para a adequada acomodação dos pertences dos servidores, em conformidade com os princípios da eficiência e do interesse público.
FORNECEDOR VALOR TOTAL
J. Raimundo e Cia Ltda
(CNPJ 11.722.225/0001-78) R$ 1.872,42 (Um mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos)
Fundamentação Legal: Art. 75, Inciso VIII, da Lei Federal nº14133/2021
Autorizo a instauração do referido processo de Dispensa de Licitação
Mariluz, 19 outubro de 2026.
Carlos Cézar dos Santos
Diretor Geral

TERMO DE RATIFICAÇÃO
Ratifico a dispensa de licitação, nos termos do presente processo e de acordo com a solicitação formulada através da Direção Geral.
Mariluz, 19 de outubro de 2026.
Carlos Cézar dos Santos
Diretor Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
CNPJ 76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONES (044) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

LEI COMPLEMENTAR Nº 163/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Concede isenção do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis — ITBI nas aquisições de unidades habitacionais realizadas por beneficiários de Programas de Construção de Habitações de Interesse Social de que trata a Lei Federal nº 11.888 de 24.12.2008.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO (artigo 54, da Lei Orgânica Municipal) A SEGUINTE:

Art. 1º Fica concedida isenção integral do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos — ITBI incidente sobre a transmissão onerosa da propriedade ou de direitos reais relativos a unidade habitacional adquirida por pessoa natural beneficiária de Programas de Construção de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo único. A isenção aplica-se exclusivamente à transmissão destinada à constituição da moradia própria e permanente do beneficiário e de sua família.

Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar considera-se beneficiário aquele que:

I — figure como adquirente da unidade habitacional em território do Município;
II – integre família com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 11.888, de 2008;
III — utilize o imóvel para moradia própria e permanente; e
IV — não seja proprietário, promitente comprador ou titular de direito real sobre outro imóvel residencial, salvo hipótese expressamente admitida pela legislação do Programa.

§ 1º O enquadramento nos Programas de que trata esta Lei Complementar deverá ser comprovado mediante contrato, declaração, certificado, cadastro ou documento equivalente emitido pelo agente financeiro, órgão público ou entidade responsável pelo empreendimento.

§ 2º A isenção não será concedida exclusivamente com base na alegação de participação no programa, sendo indispensável a comprovação dos requisitos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 3º A isenção prevista nesta Lei Complementar aplica-se exclusivamente à primeira transmissão onerosa da unidade habitacional ao beneficiário final, desde que destinada à sua moradia própria e permanente e atendidos, cumulativamente, os requisitos nela estabelecidos.

§ 1º O benefício será concedido uma única vez em relação a cada unidade habitacional e somente alcançará a transmissão realizada diretamente ao beneficiário final regularmente enquadrado no respectivo programa de habitação de interesse social.

§ 2º Não estão abrangidas pela isenção:

I – as transmissões anteriores à aquisição da unidade habitacional pelo beneficiário final;

II – as transmissões realizadas em favor de incorporadoras, construtoras, loteadoras, instituições financeiras ou quaisquer outras pessoas jurídicas que participem da implantação, construção, financiamento, incorporação ou comercialização do empreendimento;

III – as transmissões destinadas a fins comerciais, investimento, locação ou revenda;

IV – as transmissões que não estejam diretamente vinculadas aos programas de habitação de interesse social abrangidos por esta Lei Complementar; e

V – as transmissões posteriores à aquisição da unidade habitacional pelo beneficiário final, ainda que realizadas em favor de pessoa que preencha os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 4º A isenção dependerá de reconhecimento pela autoridade administrativa competente, mediante requerimento do interessado, acompanhado dos documentos necessários à comprovação do preenchimento das condições legais.

Parágrafo único. O requerimento deverá ser apresentado antes do recolhimento do ITBI e do registro do título translativo, salvo hipótese de restituição prevista na legislação tributária municipal.

Art. 5º O requerimento deverá ser instruído, no mínimo, com:

I — documento oficial de identificação e CPF do adquirente;
II — contrato de compra e venda, instrumento de financiamento ou título equivalente;

III — comprovação do enquadramento da operação nos Programas de Construção de Habitação de Interesse Social;
IV — declaração de utilização do imóvel como moradia própria e permanente;
V — declaração de inexistência de outro imóvel residencial incompatível com o benefício;
VI — documento que permita identificar o imóvel, sua localização e suas características;
VII — outros documentos exigidos pela regulamentação ou necessários à fiscalização.

Art. 6º A autoridade administrativa poderá solicitar informações ao agente financeiro, ao órgão gestor dos Programas de construção de habitação de interesse social, ao cartório de registro de imóveis ou a outros órgãos públicos para verificar o cumprimento dos requisitos desta Lei Complementar.

Art. 7º O reconhecimento da isenção não dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações tributárias acessórias, inclusive da apresentação de declarações, documentos e informações exigidos pela Administração Tributária.

Art. 8º Constatada, mediante regular procedimento administrativo, a falsidade de declaração ou o descumprimento de requisito legal existente no momento da concessão do benefício, a isenção será revista, procedendo-se à constituição do crédito tributário, acrescido dos encargos previstos na legislação tributária, sem prejuízo das demais responsabilidades legalmente cabíveis.

Parágrafo único. O beneficiário responderá pelo imposto devido, salvo quando comprovada a responsabilidade exclusiva de terceiro.

Art. 9º A isenção prevista nesta Lei Complementar somente poderá ser aplicada às transmissões cujo fato gerador ocorra após o início de sua vigência, vedada a retroação para fatos geradores anteriores.

Parágrafo único. O disposto no caput não prejudica a análise de pedido relativo a fato gerador ocorrido durante a vigência desta Lei Complementar, ainda que o requerimento seja apresentado posteriormente, desde que preenchidos os requisitos legais e observado o prazo prescricional aplicável.

Art. 10. A concessão do benefício de que trata esta Lei Complementar observará o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

§ 1º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita, referente ao exercício de início da vigência e aos 2 (dois) exercícios subsequentes, integra o processo legislativo desta Lei como Anexo I.

§ 2º A fruição do benefício fica condicionada ao atendimento de pelo menos uma das condições previstas nos incisos I ou II do caput do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º Na hipótese de atendimento ao disposto no inciso II do caput do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o benefício somente produzirá efeitos após a implementação das respectivas medidas de compensação, observado o § 2º do mesmo artigo.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar, exclusivamente quanto aos procedimentos administrativos necessários à sua execução, vedada a criação, ampliação ou restrição dos requisitos, beneficiários ou hipóteses de isenção nela estabelecidos.

Art. 12. A isenção instituída por esta Lei Complementar observa a competência tributária municipal prevista no art. 156, inciso II, e o disposto no art. 150, § 6º, ambos da Constituição Federal.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara/PR, 19 de Outubro de 2026.

RONALDO ADRIANO VILAS BOAS
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2º ADENDO MODIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL Nº 174/2026

O Município de Guaira, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Pregoeira Barbara da Silva Costa, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados, especialmente às empresas que adquiriram o edital em epígrafe, o teor do presente ADENDO, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 174/2026, cujo objeto é o Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a contratação de empresa especializada em fornecimento, montagem e entrega de kits de materiais escolares, serem distribuídos gratuitamente aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A Secretaria Municipal de Administração e Diretoria de Compras, ALTERA-SE, INCLUA-SE-SE e MODIFICA-SE por meio deste adendo, conforme segue:
INCLUA-SE NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO 02) DO EDITAL E ONDE CONSTAR:
NO ITEM 1.6. KIT 2 - ENSINO FUNDAMENTAL:
01 UNIDADE DE RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 30 CM
ALTERA-SE Item 1.6. (KIT 3 - EJA), O SUBITEM A SEGUIR:
ONDE SE LÊ:
01 UNIDADE DE CAIXA DE LÁPIS DE COR DE 12 CORES
LEIA-SE:
02 UNIDADE DE CAIXA DE LÁPIS DE COR DE 12 CORES
A data da sessão pública para o julgamento do certame permanece inalterada.
O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 174/2026, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.
O Edital modificado será encaminhado às empresas que o adquiriram, e os demais interessados, poderão obtê-lo através do site www.guaira.pr.gov.br no link Processos Licitatórios e/ou pelo site https://bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9928/9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Comuniquem-se as empresas que adquiriram. Publique-se.
Guaira (PR), em 16 de outubro de 2026.
Barbara da Silva Costa / Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
C.N.P.J:76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442 - FONE (044) 3677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

LEI Nº 2655, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, diretrizes gerais para elaboração da Proposta Orçamentária, e normas de execução financeira, controle de custos e avaliação de resultados dos programas, a serem executadas pelo Município, no exercício de 2027, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

Art. 1 º. O Orçamento do Município de Tapejara, relativo ao exercício financeiro de 2027, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, em observância ao disposto nos arts. 165, § 2º, 166 e 167 da Constituição Federal, no art. 103, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Tapejara, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreendendo:

I - as ações prioritárias e metas da Administração Pública Municipal;
II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
III – diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
IV - diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI – as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
VII – as disposições relativas aos orçamentos dos Fundos e da Seguridade Social;
VIII – as disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
IX - as disposições relativas ao controle de custos e avaliação de resultados.
X – as disposições finais.

CAPÍTULO II
AÇÕES PRIORITÁRIAS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2 º. São prioridades da Administração Municipal:

I – incrementar a capacidade de arrecadação do Município e aperfeiçoar o uso dos recursos públicos buscando acréscimo nos investimentos para atender às necessidades essenciais da população;
II – programar políticas visando à geração de empregos e integração com as regiões circunvizinhas;
III – estabelecer projetos estratégicos do Plano de Governo, dando ênfase para as ações que provoquem maior impacto social;
IV – buscar a plena cidadania através do atendimento às necessidades da população nas áreas de: educação, saúde, habitação, assistência social, abastecimento, esporte, lazer, saneamento, cultura e transporte;
V – fortalecer o exercício da gestão compartilhada entre o Poder Público e a comunidade.

Art. 3 º. As metas e prioridades da Administração Pública Municipal constam do Anexo I desta Lei, compatíveis com o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029 e com a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, cuja proposta será encaminhada à Câmara Municipal no prazo previsto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

§ 1 º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027, o Poder Executivo poderá promover ajustes técnicos nas metas físicas e financeiras, desde que mantida a compatibilidade com o PPA e assegurado o equilíbrio fiscal.

§ 2 º Os programas que integram este Projeto de Lei deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029.

Art. 4 º. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional, e, precatórios judiciais, bem como contrapartida de programas financiados e aprovados por lei municipal.

Art. 5º. Será assegurada a destinação de recursos orçamentários para a implementação de programas e ações voltados ao atendimento da criança e do adolescente no Município, em observância ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6 º. O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Tapejara relativo ao exercício financeiro de 2027 deve obedecer aos princípios da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:

I – o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
IV - o princípio da economicidade implica, na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 7 º. Para efeito desta Lei entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
III - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
V - ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta
física programada e sua finalidade, bem como os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas;
VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.
VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob as formas de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
IX - órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da classificação institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;
X - unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a Lei Orçamentária Anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;
XI - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;
XII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários;
XIII - convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.

Art. 8 º. As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 9º. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, indicando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso e a fonte de recursos, observadas as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

§ 1º As categorias econômicas da despesa classificam-se em:
I - despesas correntes;
II - despesas de capital.

§ 2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregações de elementos de despesa com características semelhantes quanto ao objeto de gasto, assim classificados:
I - pessoal e encargos sociais;
II - juros e encargos da dívida;
III - outras despesas correntes;
IV - investimentos;
V - inversões financeiras;
VI - amortização da dívida.

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o detalhamento definido pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente quanto às transferências intergovernamentais, transferências a entidades privadas sem fins lucrativos, transferências a consórcios públicos e aplicações diretas.

§ 4º A despesa será detalhada, no mínimo, até o nível de elemento de despesa, podendo haver desdobramento suplementar para fins de registro, controle e avaliação da execução

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

orçamentária e financeira.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual conterá a destinação dos recursos por fonte, conforme classificação padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelas orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

§ 6º Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o respectivo ingresso.

§ 7º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos poderão ser ajustadas ou incluídas, mediante ato do Poder Executivo, devidamente justificado, em observância às normas legais e aos princípios da transparência e da responsabilidade fiscal.

§ 8º As receitas provenientes de aplicações financeiras manterão a fonte de recursos das receitas que lhes deram origem.

§ 9º A Reserva de Contingência será classificada na forma estabelecida pelas normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

§ 10 Fica o Poder Executivo autorizado a promover atualizações nos planos de contas da receita e da despesa, durante a execução orçamentária, em decorrência de alterações promovidas pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional ou dos órgãos de controle.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027 ao Poder Legislativo.

Art. 11. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá, no mínimo:

I - a análise do comportamento da arrecadação das receitas no último exercício encerrado, com indicação das principais variações ocorridas;
II - o demonstrativo da despesa realizada no exercício anterior, em comparação com a despesa autorizada;
III - a situação verificada no último exercício encerrado quanto ao cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
IV - o demonstrativo do cumprimento dos limites constitucionais relativos à aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal;
V - o demonstrativo do cumprimento dos limites constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 198, § 2º, da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
VI - a discriminação da dívida pública consolidada e mobiliária, com a indicação de sua evolução no último exercício.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, a ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, será constituído de:

I - texto da lei;
II - quadros e demonstrativos da receita e da despesa, na forma prevista na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
III - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
IV - demonstrativo da despesa, segundo a natureza;
V - programa de trabalho do Governo;
VI - demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas, discriminados por projetos, atividades e operações especiais;
VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
VIII - demonstrativo da despesa por unidades orçamentárias, detalhado por elemento de despesa;
IX - demonstrativo da receita, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
X - demonstrativo da evolução da receita e da despesa nos dois últimos exercícios, da estimativa para o exercício corrente e da previsão para os dois exercícios subsequentes;
XI - demais demonstrativos exigidos pela legislação aplicável e pelos órgãos de controle.

Parágrafo único. Integrarão o Projeto de Lei Orçamentária Anual todos os quadros e anexos previstos na Lei Federal nº 4.320, de 1964, bem como aqueles exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 13. O Orçamento Fiscal compreenderá a programação dos Poderes Legislativos e Executivos, neste último compreendidos os Fundos integrantes e os Orçamentos da Administração Indireta constituída pelo Instituto de Previdência do Município de Tapejara – TAPEJARA-PREV e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo único. Os orçamentos do TAPEJARA-PREV e do SAMAE, bem como o acompanhamento de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial e a respectiva escrituração contábil, serão organizados de forma integrada ao orçamento geral do Município, assegurada a segregação necessária para fins de controle e transparência.

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 14. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no art. 153, § 5 º, e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com o art. 29-A da Constituição Federal.

§ 1 º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2 º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 15. O Poder Legislativo e os Órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Poder Executivo suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação, até o dia 20 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta lei.

CAPÍTULO V
DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Diretrizes Gerais

Art. 16. O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 17. Na estimativa da receita e na fixação da despesa, serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a arrecadação;
II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e
III - as alterações tributárias.

Art. 18. A despesa será programada observando-se, prioritariamente:

I – o custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;
II - o cumprimento dos mínimos constitucionais em manutenção e desenvolvimento do ensino e em ações e serviços públicos de saúde;
III - o pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida pública;
IV - a continuidade de projetos iniciados em exercícios anteriores;
V - o pagamento de precatórios judiciais, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, em prazo compatível com a elaboração da proposta orçamentária, a relação dos precatórios a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Somente após o atendimento das prioridades previstas neste artigo poderão ser programados recursos para novos investimentos.

Art. 19. A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de subvenções sociais, contribuições ou auxílios, observará o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais legislações aplicáveis.

§ 1º Somente poderão receber recursos públicos as entidades privadas sem fins lucrativos que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - realizem atendimento direto ao público, de forma gratuita, em atividades compatíveis com as competências do Município;
II - possuam natureza jurídica compatível com a execução das atividades de interesse público, tais como associações, fundações privadas, organizações da sociedade civil e demais entidades sem fins lucrativos;
III - estejam em situação regular quanto às obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e perante o ente transferidor;
IV - comprovem regular funcionamento e a legitimidade de sua diretoria;
V - não possuam pendências na prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do Município.

§ 2º Os repasses de recursos serão formalizados por meio de instrumento jurídico adequado, conforme a natureza da parceria, podendo consistir em termo de colaboração, termo de fomento, acordo de cooperação ou outro instrumento congênere, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e, quando cabível, convênios.

§ 3º A concessão de recursos dependerá de prévia autorização legislativa específica, quando exigida, bem como da demonstração de atendimento ao disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º As entidades beneficiárias deverão prestar contas dos recursos recebidos, na forma e nos prazos estabelecidos pela Administração Pública Municipal, sendo vedada a realização de novos repasses enquanto houver pendências ou irregularidades na prestação de contas.

§ 5º As prestações de contas apresentadas serão disponibilizadas para consulta pública, em observância ao princípio da transparência.

§ 6º As entidades beneficiadas submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos, metas e resultados previstos no instrumento de parceria.

Art. 20. As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão o limite mínimo fixado no artigo 212 da Constituição Federal do Brasil.

Art. 21. As despesas com ações e serviços públicos de saúde observarão o limite mínimo previsto no art. 198 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 22. O Orçamento da Administração Direta e dos Fundos Municipais consignará dotações suficientes para o pagamento do serviço da dívida pública, compreendendo juros, encargos e amortizações decorrentes de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária, observadas as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo único. O Orçamento deverá, ainda, assegurar a inclusão de dotações suficientes para o pagamento de precatórios judiciais, em conformidade com o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Art. 23. Os projetos, atividades e programas com dotações vinculadas a recursos de convênios e de operações de crédito, somente serão executados havendo o efetivo ingresso da correspondente receita transferida.

Art. 24. Na fixação das despesas de capital, visando à criação, expansão ou aperfeiçoamento dos serviços já criados e implantados, serão consideradas as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei.

Art. 25. Para efeito de compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias com o Plano Plurianual do período 2026/2029, serão consideradas as prioridades e metas nele estabelecidas.

Art. 26. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser incorporadas emendas que:
I - sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente lei;
II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidem:

a) sobre dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
b) sobre o serviço da dívida;
c) sobre dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras fontes vinculadas, bem como de suas contrapartidas;
d) transfiram recursos próprios da administração indireta.

Art. 27. É vedada a inclusão no projeto de lei orçamentária de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto no Plano Plurianual ou, em lei que autorize sua inclusão.

Art. 28. No Projeto de Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada a inserção de projetos ou atividades cuja dotação orçamentária programada não seja suficiente à cobertura integral dos custos no decorrer do exercício, bem como, serão identificadas as instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 29. As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Município terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a promover a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários, nos termos do art. 167, inciso VI, da Constituição Federal, desde que mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, admitidos ajustes na classificação funcional.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se:
I - transposição: a realocação de recursos entre programas de trabalho no âmbito do mesmo órgão orçamentário;
II - remanejamento: a realocação de recursos entre órgãos orçamentários, inclusive em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos;
III - transferência: a realocação de recursos no âmbito do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho, ao nível de categoria econômica da despesa.

§ 2º As movimentações de que trata o caput não poderão implicar alteração do valor global da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual nem modificar os montantes aprovados para os respectivos programas.

§ 3º As transposições, remanejamentos e transferências realizados nos termos deste artigo não serão computados para fins de apuração do limite para abertura de créditos adicionais suplementares fixado na Lei Orçamentária Anual.

Art. 31. A Lei Orçamentária poderá autorizar o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada na LOA-Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, observadas as disposições do artigo 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º Não serão computados no limite estabelecido no caput deste artigo os créditos adicionais suplementares abertos com base:
I - no superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, por fonte de recursos;
II - no excesso de arrecadação;
III - em recursos provenientes de operações de crédito autorizadas;
IV - em recursos vinculados, quando o ingresso exceder a previsão inicial.

§ 2º A abertura dos créditos de que trata este artigo poderá implicar a adequação das ações do Plano Plurianual e das metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 3º Desde que existente a modalidade de aplicação, poderão ser incluídos elementos de despesa em projetos, atividades ou operações especiais não previstos originalmente, observadas as normas de execução orçamentária.

§ 4º As autorizações previstas neste artigo estendem-se aos Fundos Municipais e às entidades da Administração Indireta.

"**§ 5º**. Cada decreto que o Poder Executivo baixar para promover alterações orçamentárias será informado ao Legislativo, no prazo de até 15 (quinze) dias de sua edição, via Ofício acompanhado de cópia do ato administrativo e sua devida justificativa técnica, para fins de transparência, fiscalização ativa, clareza e controle social, cronologia e ordenada execução orçamentária, bem como publicação na ordem sequencial em local específico de transparência".

"Art. 31-A. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 consignará dotações destinadas às programações decorrentes de emendas parlamentares individuais, até o limite correspondente a 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro anterior ao do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Metade do limite estabelecido no caput será destinada a ações e serviços públicos de saúde, vedada a aplicação desses recursos em despesa de pessoal e encargos sociais.

§ 2º A inclusão das programações decorrentes das emendas parlamentares individuais deverá observar as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, as despesas obrigatórias, as vinculações constitucionais, legais e o equilíbrio orçamentário e financeiro, não implicando, por si só, acréscimo automático ao montante global da despesa fixada.

§ 3º É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações decorrentes das emendas parlamentares individuais, observados os limites previstos neste artigo e ressalvadas as hipóteses de impedimento de ordem técnica ou legal devidamente justificadas.

§ 4°. A execução das programações de que trata este artigo observará critérios objetivos, imparciais, igualitários e impessoais, independentemente da autoria da emenda.

§ 5°. Os procedimentos relativos à identificação, comunicação, saneamento dos impedimentos de ordem técnica ou legal observarão os prazos e disposições estabelecidos nesta lei, na legislação federal e normativas aplicáveis."

§ 6º. A elaboração e a execução das programações decorrentes das emendas parlamentares individuais previstas neste artigo observarão as metas de resultado fiscal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 7º. Caso a inclusão das programações de que trata o parágrafo anterior exija alteração dos valores constantes dos demonstrativos fiscais, deverão ser promovidos os correspondentes ajustes técnicos, acompanhados da respectiva memória de cálculo, preservada a compatibilidade entre as metas fiscais, as receitas estimadas e as despesas programadas.

§ 8º. Para fins do disposto no § 13 do artigo 166 da Constituição Federal de 1988 consideram-se impedimentos de ordem técnica aqueles elencados no artigo 10 da Lei Complementar Federal n° 210, de 25 de novembro de 2024, sem prejuízo de outras normativas específicas que couber aplicar no âmbito do Município.

Art. 32. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita, ou a elas equiparadas dependem de lei autorizatória específica observadas as normas que disciplinam a matéria.

§ 1 º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156 da Constituição Federal, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II da Constituição Federal, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

§ 2 º É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Art. 33. As alterações, inclusões ou exclusões de programas e ações constantes no Plano Plurianual – PPA, decorrente de reavaliação da realidade econômica e social do Município, deverão estar compatíveis na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 34. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que resultem na execução de despesas, sem o cumprimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º Cabe ao ordenador de despesa do órgão responsável pelo aumento da despesa, realizar o impacto orçamentário-financeiro.

§ 2º Quando o aumento de despesa incorrer em gastos com pessoal, os processos deverão ser encaminhados previamente a Divisão de Recursos Humanos para realização de cálculo de percentual do índice de gasto com pessoal.

§ 3º Toda contratação de pessoal que incorrer em aumento de despesa, deverá passar, obrigatoriamente, por aprovação da Secretaria de Finanças.

§ 4º A Divisão de Contabilidade registrará os atos e os fatos, relativos à gestão orçamentário financeira, que tenham efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e das providências derivadas do caput deste artigo.

§ 5º Ressalva-se do disposto neste artigo, a despesa considerada irrelevante de acordo com art. 57 desta Lei.

Seção II
Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 35. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 138 a 154, da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;
II - da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e
III - do Orçamento Fiscal.
Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas em conformidade com o disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e nas normas constitucionais aplicáveis ao regime próprio de previdência social, especialmente as Emendas Constitucionais nº 20, de 15 de dezembro de 1998, nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e nº 103, de 12 de novembro de 2019.
Parágrafo único. A programação da despesa com pessoal e encargos sociais observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, sendo 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 37. A criação de cargos, empregos e funções, a concessão de vantagens, aumentos ou reajustes de remuneração, a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas pelo Município, somente poderão ser realizadas se atendidos, cumulativamente:

I - o disposto no art. 37, inciso II, e no art. 169 da Constituição Federal;
II - os limites e condições estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
III - a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
IV - a demonstração da compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei de Diretrizes Orçamentárias;
V - a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único: As alterações nos planos de carreira, incluindo progressões, promoções, reenquadramentos, mobilidade funcional e demais formas de desenvolvimento na carreira, observarão os limites legais e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 38. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 consignará dotações destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, considerando:

I - a estrutura de cargos e carreiras vigente;
II - os efeitos financeiros decorrentes de progressões, promoções, reenquadramentos e adicionais legalmente instituídos;
III - a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dos agentes políticos;
IV - a previsão de provimento de cargos e contratações necessárias à manutenção e expansão dos serviços públicos;
V - os encargos sociais e demais despesas decorrentes da folha de pagamento.
VI – previsão de recursos financeiros necessários para o cumprimento dos avanços funcionais horizontais e verticais, nos períodos próprios, previstos nos planos de carreiras que se enquadrem os servidores públicos do Poder Executivo Municipal.

§ 1º A revisão geral anual de que trata o inciso III será realizada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada no período de janeiro a dezembro do exercício anterior, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, abrangendo os servidores públicos da administração direta e indireta, incluídas as autarquias, bem como os aposentados e pensionistas, observada a paridade legalmente aplicável.

§ 2º A concessão da revisão geral anual fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, ao atendimento dos limites legais de despesa com pessoal e à observância do disposto nos arts. 16, 17, 19, 20 e 21 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, bem como ao art. 169 da Constituição Federal.

§ 3º As despesas de que trata este artigo serão custeadas com recursos próprios e vinculados, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras e os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 39. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extraordinária fica restrita a situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, sem prejuízo das demais vedações impostas ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso.

Art. 40. A proposta orçamentária para o exercício de 2027 consignará recursos destinados à capacitação, qualificação e aperfeiçoamento dos servidores públicos municipais, os quais serão vinculados a programa de trabalho específico.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão de obra que se destinem à substituição de servidores e empregados públicos serão classificados no elemento de despesa próprio como "outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização" e computados para fins de apuração da despesa total com pessoal, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos e Salários do Município, e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 42. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante.

Art. 43. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente através de Decreto, de acordo com a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo, desde que não implique majoração de tributo, limitando-se à atualização monetária.

Art. 44. Acréscimos provocados por alterações na legislação tributária após 30 de setembro de 2026 serão apropriados ao orçamento do ano de 2027 e poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 45. Os tributos lançados e não arrecadados em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita, para efeito do disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 46. O IPTU sofrerá a aplicação das isenções previstas Lei Complementar Municipal nº 137 de 08 de dezembro de 2022.

Art. 47. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

CAPÍTULO VIII
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO ORÇAMENTO DOS FUNDOS

Art. 48. Os Fundos Municipais de Saúde, de Assistência Social, de Direitos da Criança e do Adolescente e o FUNDEB e demais Fundos terão suas receitas e despesas alocadas no orçamento geral do Município e serão consideradas na execução do orçamento como unidades orçamentárias dentro dos órgãos correspondentes.

§ 1 º As receitas dos Fundos serão classificadas nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 2 º Os recursos destinados ao cumprimento das metas e ações a serem desenvolvidos pelos Fundos, serão classificados nas categorias econômicas:

3 - Despesas Correntes

4 - Despesas de Capital.

§ 3 º O desdobramento da despesa dos Fundos dar-se-á até o nível de elemento de despesa.

Art. 49. Os orçamentos próprios dos Fundos observarão na sua elaboração, as normas preceituadas na Lei Federal nº 4.320, de 1964, quanto às suas classificações a serem adotadas paras as suas receitas e despesas, bem como as prioridades e metas especificadas no anexo próprio.

Art. 50. Em obediência ao princípio da unidade orçamentária, fica o Poder Executivo incumbido de incluir na proposta orçamentária do Executivo Municipal para o exercício de 2027, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e o Instituto de Previdência do Município de Tapejara – TAPEJARA-PREV.

§ 1 º Na estimativa das receitas do TAPEJARA-PREV, deve ser considerada a contribuição patronal e dos servidores, oriundas de aplicações financeiras, transferência, e as provenientes de outras fontes.

§ 2 º A programação das despesas deve considerar os custos com o pagamento de inativos e pensionistas e de benefícios previdenciários; prever futuras aposentadorias e pensões e o reajuste e/ou reposição salarial programados nesta Lei.

§ 3 º Visando assegurar liquidez e rentabilidade na aplicação de recursos do Instituto de Previdência, a Diretoria além das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e na Lei Municipal, a cada quadrimestre deve ser procedida à avaliação da situação financeira e patrimonial e, anualmente, avaliação atuarial com o objetivo de, em caso de déficit, corrigir o percentual de contribuição, estabelecer limites de gastos e evitar eventuais perdas que possam colocar em risco a saúde financeira do Instituto.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 51. O Anexo de Metas Fiscais compreenderá:

I – especificação das metas anuais para o exercício de 2027;
II – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício;
III – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três últimos exercícios anteriores;

Art. 52. Durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2027, caso se verifique que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, nos termos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º A limitação de empenho e movimentação financeira observará critérios de proporcionalidade entre os Poderes e de prioridade das despesas obrigatórias, devendo incidir preferencialmente sobre as despesas de natureza discricionária.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto no caput, poderão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - redução de despesas com eventos, festividades e publicidade institucional não essencial;
II - contenção de despesas com cargos em comissão e funções gratificadas, observados os limites legais;
III - redução de despesas com estagiários;
IV - limitação da realização de horas extraordinárias, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas;
V - postergação da aquisição de bens e materiais permanentes;
VI - contenção de despesas correntes não obrigatórias;
VII - reavaliação e eventual postergação de investimentos programados.

§ 3º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas:

I - ao pagamento de pessoal e encargos sociais;
II - ao serviço da dívida pública;
III - ao cumprimento dos mínimos constitucionais em saúde e educação;
IV - ao pagamento de precatórios judiciais.

§ 4º Restabelecida a arrecadação prevista, ainda que parcialmente, a execução orçamentária poderá ser retomada proporcionalmente, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 53. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades mediante ato do Executivo, devendo suspender-se os efeitos das medidas de contenção editadas por força de aplicação do disposto no art. 52.

Art. 54. A Reserva de Contingência será constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal e corresponderá, no projeto de Lei Orçamentária Anual, a, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinando-se ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos fiscais imprevistos, nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1 º Além de atender às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais e emendas à Lei Orçamentária Anual.

§ 2 º Caso os valores destinados para outros riscos fiscais, conforme o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências não ocorram, o Poder Executivo poderá utilizá-los como recurso para abertura de créditos adicionais.

§ 3º A parcela correspondente ao limite mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista no caput deste artigo será preservada para o atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, sendo vedada a sua utilização para constituição de dotações ou pagamento de execução de emendas parlamentares individuais previstas no Art. 31-A desta Lei."

Art. 55. A Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, incluída no Orçamento da Seguridade Social, para 2027, poderá ser utilizada como recurso, para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, destinados exclusivamente às despesas previdenciárias.

Art. 56. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do anexo VI.

§ 1 º O passivo contingente e os riscos e eventos fiscais imprevistos, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência.

§ 2 º Sendo a Reserva de Contingência insuficiente, o Poder Executivo Municipal encaminhará projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo a anulação total ou parcial de recursos alocados para investimentos e ou despesas correntes, desde que não vinculados ou já comprometidos.

§ 3 º Os eventos fiscais imprevistos, referem-se às despesas diretamente relacionadas ao custeio e manutenção dos serviços da Administração Municipal, orçadas a menor ou não orçadas.

Art. 57. São consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de novas ações governamentais, cujo impacto orçamentário-financeiro não ultrapasse o valor dispensável de licitação, fixado no inciso II, do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 21 de abril de 2021, na forma atualizada.

Art. 58. As despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal, quando estabelecidas através de convênios, acordos ou congêneres, precedidos de autorização legislativa.

Art. 59. O Poder Executivo Municipal elaborará e publicará a programação financeira, especificada no mínimo, por entidade e fonte de recursos e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado no mínimo, por entidade e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1 º O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a aprovação da Lei Orçamentária de 2027, o cronograma mensal de desembolso para o referido exercício.

§ 2 º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2027.

Art. 60. No prazo previsto no § 2º do artigo 54, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 61. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesas de capital, em conformidade com o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. A lei poderá destinar os recursos a que se refere o art. 56, para custeio de despesas ou amortização de dívidas com o regime de previdência próprio ou geral.

Art. 62. Para fins de cumprimento do disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, por ocasião do envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, relatório contendo as informações necessárias à identificação dos projetos em andamento, incluindo as obras públicas iniciadas até a data de elaboração da proposta orçamentária.

CAPÍTULO X
DO CONTROLE DE CUSTOS E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 63. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2027, sua execução deverá:

I - atender ao disposto no art. 167 da Constituição;

II - propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o inciso II deste artigo será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 64. O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", e no art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, serão realizados pela Secretaria Municipal de Planejamento sendo que a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual - PPA 2026-2029 caberá à Unidade de Controle Interno do Município.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65. Cabe a Secretaria de Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual do período 2026-2029 e, da Lei Orçamentária de que trata esta lei.

Art. 66. Os recursos decorrentes de emendas, que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º, do art. 166, da Constituição Federal, de 1988.

Art. 67. Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Prefeito até o primeiro dia de janeiro do ano de 2027, a programação constante do projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social bem como as despesas relativas a pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal.

Art. 68. As ações e metas prioritárias de que trata o anexo I desta Lei, elaboradas e de responsabilidade das respectivas Secretarias, excetuadas aquelas de duração continuada e destinadas à manutenção das unidades orçamentárias, aí incluídas as despesas de pessoal e encargos, somente serão alocadas no orçamento para o exercício de 2027, ou só serão objeto da abertura de crédito adicional especial no decorrer dele, se:

I – for celebrado convênio com órgão Federal ou Estadual que dê suporte à despesa;
II - seja obtida operação de crédito, na forma e nos limites estabelecidos em lei, para a cobertura da despesa;
III – com a indicação de outras fontes de recursos diferentes das previstas nos incisos I e II deste artigo.
Art. 69. Os órgãos e entidades mencionados no art. 10 desta Lei ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do Município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 70. Após a publicação da lei orçamentária anual e dos créditos adicionais, o detalhamento das dotações orçamentárias será efetuado nos sistemas informatizados de orçamento e finanças, independente de ato formal.

Art. 71. Esta lei, entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tapejara, 19 de outubro de 2026.

Ronaldo Adriano Vilas Boas
Prefeito Municipal